

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40

José Manuel Guedes de Sousa

Mestrado em História
(História Moderna e Contemporânea)

2012

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40

José Manuel Guedes de Sousa

Mestrado em História

(História Moderna e Contemporânea)

Orientador científico

Professor Doutor Sérgio Campos Matos

2012

Resumo

Nesta dissertação pretende-se compreender o pensamento e a acção cívica do historiador Vitorino Magalhães Godinho durante os anos quarenta do século XX. Através de diferentes abordagens que contemplam o ensino da história, a investigação científica e a acção política, dar-se-á particular atenção aos contextos historiográfico, cultural e político em que o seu pensamento e obra se desenvolveram. Procura-se identificar quais as ideias que procurou difundir no quadro de um processo de renovação da historiografia portuguesa, do qual teve plena consciência, sendo um dos seus principais teorizadores e dinamizadores ainda neste decénio. Ciente da importância que a história tem na organização das sociedades, procurou que as suas actividades em torno do estudo do passado fossem perspectivadas igualmente numa vertente cívica. Nesse sentido, o estudo da sua obra dá-nos um olhar privilegiado sobre as tensões que existiram entre diferentes concepções e usos da história, tendo como fundo a luta contra o regime ditatorial e a instauração de uma democracia.

Palavras-chave: historiografia; teoria da história; cidadania; universalismo.

Abstract

This research studies the thought and civic action of historian Vitorino Magalhães Godinho during the nineteen forties. Using different approaches that include history teaching, scientific research and political action, it particularly focuses the historiographical, cultural and political context in which his thought and work have developed. The aim is to understand what were the ideas he sought to promote within the scope of the renewal process of the portuguese historiography, of which he was fully aware, being one of the main theorists and enthusiasts in this decade. Aware of the importance that history has in the organizations of societies, Magalhães Godinho also wanted his historiographical activities to be seen under a civic perspective. Thus, studying his work provides us with a privileged view on the conflicting concepts and utilisations of history against the backdrop of the struggle against the dictatorial regime and the establishment of a democracy.

Keywords: historiography; theory of history; citizenship; universalism.

“assim como o poeta está condenado à palavra, o músico ao som, o historiador, por seu turno, está condenado à cidadania, se é que deseja encontrar algo que valha a pena historiar...”

Joel Serrão, *A emigração portuguesa – sondagem histórica* (1ª ed., 1972)

“Somos contemporâneos de todas as épocas, vivemos em todos os países. A história é essencialmente uma continuidade – conquanto cortada de tantas rupturas – e uma solidariedade – por vezes desesperadamente negada.”

V. Magalhães Godinho, *Ensaio*, vol. III, 1971, p. 152.

Abreviaturas utilizadas

AHFLUL – Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique

FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IAC – Instituto para a Alta Cultura

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista

NDAS – Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista

SPHC – Sociedade Portuguesa de História da Civilização

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

US – União Socialista

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo I - O ensino da história	17
O “velho Convento de Jesus”	19
Da “faculdade oficial” à “faculdade real”	22
A docência na Faculdade de Letras de Lisboa	25
A polémica saída da Faculdade de Letras de Lisboa	32
Historicização do ensino	41
A investigação científica no sistema universitário	44
Capítulo II - A historiografia dos Descobrimentos e Expansão: o lugar de Magalhães Godinho	49
Edição e crítica das fontes	56
Causas e rumos da Expansão portuguesa no século XV	63
A universalidade da história e as sociedades africanas	66
Comemorações e história	72
Os infantes D. Henrique e D. Pedro: uma polémica historiográfica	79
Capítulo III - Historiografia, historiadores e intervenção cívica	91
Historiografia e intervenção cívica	93
Uma genealogia de historiadores cidadãos	101
A oposição ao Estado Novo nos anos 40	110
Conclusão	123
Fontes e bibliografia	129
Apêndices	143

Introdução

Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) foi um dos historiadores que mais marcou os rumos da historiografia portuguesa nos últimos setenta anos. Contribuiu de forma decisiva para a introdução de novas metodologias e perspectivas no estudo do passado dos homens, seguindo bem de perto – primeiro em Portugal e depois num contacto mais estreito – a renovação que se operava na historiografia francesa em torno dos *Annales*. As investigações que dedicou à história dos Descobrimentos e Expansão, temática histórica que mais interesse lhe suscitou, são um exemplo dessa mudança que procurou introduzir na historiografia portuguesa, abrindo ao estudo desta área perspectivas inovadoras nos campos económico, social, cultural e mental.

A sua produção historiográfica não se resume, contudo, aos estudos de história dos Descobrimentos e Expansão, apesar de o seu reconhecimento enquanto historiador em grande parte daí advir. Magalhães Godinho revelou desde jovem um particular interesse pelas grandes colecções de história universal, que abarcavam diferentes sociedades de diferentes épocas. Alguns aspectos do seu universalismo revelam-se na diversidade de interesses que tinha em relação à história. Ao longo da sua vida vai publicar trabalhos que vão desde a antiga civilização egípcia, à crise do Império Romano, passando pelas sociedades marroquinas anteriores à presença dos portugueses, sem esquecer, mais recentemente, trabalhos em torno do período da I República, em

publicações biográficas e documentais sobre o seu pai, Vitorino Henriques Godinho, e seu tio, Manuel Maia Magalhães¹.

Para além da historiografia, o contributo de Magalhães Godinho para a história pode ainda ser notado em vários dos seus ensaios e na actividade docente que desempenhou ao longo de quase cinquenta anos, tanto em França como em Portugal. Revelou um trabalho profícuo na vertente pedagógica, mobilizando e incentivando muitos dos seus alunos para inovadores trabalhos no campo das ciências sociais. Destaca-se, ainda nos anos quarenta, a sua passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa, onde teve como alunos Jorge Borges de Macedo, Barradas de Carvalho, Joel Serrão ou Rui Grácio, e, já nas décadas de setenta e oitenta, pela FCSH-UNL, formando aí numerosos investigadores e estimulando o desenvolvimento de um “programa de investigação” na história económica e social de Portugal².

Magalhães Godinho também se destacou pela sua intervenção política. Ainda nos anos quarenta foi um dos fundadores do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, depois União Socialista, integrando igualmente o MUNAF e o MUD. Já no final dos anos sessenta, participou no II Congresso Republicano em Aveiro. Com o 25 de Abril, veio a ser ministro da Educação e Cultura por alguns meses no segundo e terceiro governos provisórios e, em 1984, uma breve passagem pela Biblioteca Nacional de Portugal como director. Desiludido com a política e com a forma como estava a ser conduzida a implementação do regime democrático, Magalhães Godinho viria a intervir civicamente sobretudo a partir do ensaísmo. Quer colaborando em alguns periódicos, quer editando vários livros, prosseguiria um percurso iniciado ainda nos anos quarenta. Educação, cidadania, conhecimento científico e política cultural foram alguns dos temas que abordou com maior frequência, sem esquecer também uma ampla perspectiva dos problemas estruturais da sociedade portuguesa e da Europa, horizonte de que se vai ocupar até bem perto da sua morte³.

Não se pretende com esta caracterização e descrição dos vectores mais salientes do seu percurso científico e cívico ser exaustivo; nem tal seria possível neste ensejo, dada à complexidade, dimensão e multiplicidade da sua actividade. Deseja-se tão-só

¹ Alguns destes trabalhos referidos foram reunidos nos seus *Ensaio*s, vol. I *Sobre história universal*, Lisboa, 1968.

² Cf. Nuno Valério, “Vitorino Magalhães Godinho et l’histoire économique du Portugal”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L («Le Portugal et le Monde. Lectures de l’oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho»), Lisboa-Paris, 2005, pp. 115-116; “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 398-399.

³ Vd. *Os problemas de Portugal. Os problemas da Europa*, 2ª edição, Lisboa, 2010.

traçar algumas das linhas definidoras do seu trajecto científico, cultural e cívico, colocando também duas questões: foi – e é - este trajecto reconhecido? Qual o “legado” deixado por Vitorino Magalhães Godinho?

A forma como foi difundida a notícia da sua morte, em 26 de Abril de 2011, talvez seja um bom ponto de partida para responder a estas questões. Os canais televisivos escassos segundos lhe dedicaram nos seus noticiários. Outros meios de comunicação social, exceptuando alguns casos pontuais, deram-nos um breve e pré-formatado resumo dos títulos das suas obras mais importantes e dos cargos públicos desempenhados, repetindo-se a informação à medida das possibilidades informáticas e da pressão do “tempo útil” de cobrir o acontecimento⁴. Pode a evocação ser uma forma de esquecimento?

Como se referiu, algumas excepções existiram, sobretudo de instituições culturais e de ensino. Destacam-se a mostra e sessão evocativas realizadas em Maio de 2011 pela Biblioteca Nacional de Portugal e, mais recentemente, em Outubro de 2011, a FCSH-UNL dedicou em sua homenagem a abertura do ano escolar, sendo aí apresentadas algumas comunicações sobre o seu pensamento, obra e acção pedagógica.

Ressalvando alguns meios universitários e culturais, muitos deles associados ao seu percurso cívico e académico, a morte de Magalhães Godinho passou despercebida, não se gerando uma reflexão pública sobre o seu pensamento e acção. Estará Magalhães Godinho “fora-de-moda”?⁵ Estarão os problemas que colocou e as hipóteses explicativas sobre a sociedade portuguesa ultrapassados? Estará a sua concepção de historiador-cidadão desajustada à sociedade dos nossos dias?

Esta não é certamente a ocasião para prolongar questões em torno da importância que Magalhães Godinho deveria ter na cultura portuguesa, nem tão-pouco para procurar respondê-las. Nem sequer para lhe prestar uma homenagem. Tal seria traí-lo, mas sobretudo trair a história enquanto conhecimento cientificamente conduzido, concepção que procurou difundir. Tendo frequentemente Alexandre Herculano como referência cívica, adequam-se aqui perfeitamente as palavras que Magalhães Godinho proferiu num ciclo de conferências dedicadas ao autor da *História de Portugal*: “Não estamos aqui para comemorar Herculano. Na verdade, o homem que recusou todas as

⁴ Vejam-se as críticas de José Carlos de Vasconcelos e António Borges Coelho à forma como foi noticiada a morte de Magalhães Godinho em *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 1059, 4-17 de Maio de 2011.

⁵ Ver Paulo Archer, numa recensão crítica à obra de Magalhães Godinho, «Os problemas de Portugal. Os problemas da Europa», *Revista de História das Ideias*, vol. 31, 2010, p. 623.

distinções honoríficas, que não quis ser par do reino, que nunca aceitou homenagens, nem elogios, nem complacências, não o podemos amortilhar num ritual. Tem que ser objecto de reflexão e de estudo [...] homenageá-lo seria atraí-lo”⁶.

Os anos 40: delimitação do objecto de estudo

A breve caracterização feita do percurso académico e cívico de Magalhães Godinho teve ainda outro intuito: mostrar a impossibilidade, no âmbito de uma dissertação de mestrado, de abranger todos os vectores da sua obra e acção ao longo da sua vida. Foi necessário delimitar o objecto de estudo, correndo o risco de compartimentar certos aspectos e momentos de um percurso marcado, em grande medida, pela coerência das ideias e por uma concepção complexa e integradora das realidades humanas.

Não obstante, optou-se nesta investigação por atentar sobretudo no seu percurso ao longo da década de quarenta, que corresponde ao período em que Magalhães Godinho iniciou a sua carreira docente e de investigação histórica. Esta escolha assenta em três motivos:

1. Os anos quarenta foram marcados pela abertura de novos horizontes teóricos e metodológicos na historiografia portuguesa. Nesse processo, muitas vezes denominado renovação da historiografia portuguesa⁷, tem especial significado a introdução de ideias provenientes dos *Annales*, sem esquecer os trajectos de António Sérgio, Jaime Cortesão, Veiga Simões, entre outros, que nos anos precedentes vinham contribuindo de diferentes formas para a introdução de novas problemáticas no discurso historiográfico. A obra de Magalhães Godinho nos anos quarenta insere-se neste processo, desempenhando um papel destacado na introdução de novos métodos, tanto no domínio pedagógico como historiográfico, como ainda na reflexão sobre as novas directrizes do pensamento científico da história. Exerceu ainda neste período uma função dinamizadora na constituição de uma rede de historiadores envolvidos neste processo de abertura da história a novos

⁶ “Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista” (1979), *Ensaios e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, 2009, p. 469.

⁷ Cf., por exemplo, José Maria Amado Mendes, “A renovação da historiografia portuguesa”, in Luís Reis Torgal, Fernando Catroga e J. M. Amado Mendes, *História da história em Portugal (sécs. XIX-XX)*, [s.l.], 1996, pp. 277-343.

horizontes, alguns dos quais já foram referidos como seus antigos alunos. A. H. de Oliveira Marques chamou-lhes a “geração de 1939-45”⁸.

2. A II Guerra Mundial teve um impacto significativo na configuração política e cultural da década de quarenta em Portugal, bem como a institucionalização do Estado Novo e a Guerra Civil espanhola na década anterior. Estes acontecimentos coincidiram com o surgimento no espaço público de um conjunto considerável de jovens, muitos deles estudantes universitários, que adquiriam uma consciência política num tempo em grande medida marcado pela polarização ideológica. Por outro lado, os desenvolvimentos da II Guerra Mundial levaram a uma importante recomposição da oposição portuguesa, fortalecida pela constituição de movimentos frentistas, dos quais o MUD foi o mais relevante. Foi nesta conjuntura que Magalhães Godinho iniciou a sua acção política e cívica, podendo-se nesta década perscrutar alguns dos valores e ideias que vão marcar a sua intervenção daí em diante.
3. Este decénio marcou ainda um período delimitado na vida de Magalhães Godinho. 1940 foi o último ano da sua licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, da qual resulta o primeiro trabalho de maior fôlego, *Razão e história (introdução a um problema)*, não obstante alguns artigos e traduções nos anos anteriores. 1947 foi o ano da sua partida para Paris, onde se torna investigador do CNRS, em estreito contacto com Lucien Febvre, Fernand Braudel e com os Annales. Só regressará a Portugal treze anos depois, no início dos anos sessenta. Nestes anos parisienses operam-se significativas mudanças na sua historiografia: forja e aprofunda novos conceitos operatórios (complexo histórico-geográfico, estrutura, conjuntura), amplia os seus horizontes geográficos e temporais no estudo dos Descobrimentos e Expansão, lança-se em trabalhos de história quantitativa, entre outras mudanças. Estas novas perspectivas ficaram marcadas em alguns dos trabalhos que por essa altura publicou, destacando-se *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850* (1955) e o seu *doctorat d'État, L'économie de l'empire portugais - XV^e XVI^e siècles* (1959).

⁸ “Esboço histórico da historiografia portuguesa” (1974), *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, 1988, pp. 49 e ss.

Estes três motivos que justificam esta delimitação temporal da investigação não invalidam que pontualmente se tenha procurado ir um pouco mais além. Alguns dos temas abordados justificaram um alargamento da pesquisa a períodos mais recentes do seu percurso académico e cívico. Aliás, num percurso que procurou que fosse coerente e de continuidade, como as várias reedições dos seus textos demonstram, torna-se profícua uma abordagem diacrónica com o propósito de identificar continuidades ou mudanças nas suas ideias.

Recentemente, Magalhães Godinho indicou três vectores que tinham marcado a sua vida pública: o professorado, a investigação científica e a intervenção cívica⁹. Será em torno destes vectores que assentará igualmente esta investigação, cada qual constituindo um capítulo. O primeiro procurará caracterizar a sua passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa, primeiro como aluno, depois como professor. Ter-se-á particular atenção aos princípios e métodos pedagógicos que procurou implementar, a interacção com os alunos, a reflexão sobre o ensino da história e suas relações com a investigação científica, sem esquecer a sua polémica saída da Faculdade. No segundo capítulo, a historiografia dos Descobrimentos e Expansão terá um papel central na análise das suas investigações, procurando inseri-las no contexto historiográfico da época. Neste sentido, pretendo identificar quais as suas influências neste domínio da historiografia bem como as críticas e polémicas que se geraram em torno da sua obra e do estado da historiografia dos Descobrimentos e Expansão. Por último, o terceiro capítulo será dedicado à análise e caracterização da forma como Magalhães Godinho concebia as relações entre a história e a cidadania, que se reflectiu nas análises que fez da historiografia portuguesa e de alguns historiadores em particular. A sua participação em movimentos oposicionistas, de pendor socialista ou de unidade, também será tida em consideração.

Estes três capítulos constituem igualmente a resposta à problemática que o título desta dissertação sugere: como se articulou a história e cidadania no pensamento de Magalhães Godinho? Como se pode depreender, os três vectores serão perspectivados de forma dinâmica e conexa, apesar de separadas em três capítulos. Mais do que uma opção metodológica, esta perspetivação resulta sobretudo do entendimento que Magalhães Godinho tinha do agir humano. A lógica relacional era um dos alicerces do

⁹ *Ensaaios e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I, p. 7.

seu entendimento da realidade. Assim, os vectores que marcaram a sua vida pública ligam-se pelo que Magalhães Godinho denominou “uma maneira de pensar”, assente no humanismo, razão e universalismo.

Humanismo, antes de mais, porque coloca o ser humano no centro do pensamento, que procura “dar aos homens a possibilidade de não serem inferiores a si próprios”¹⁰. É toda a questão das obras dos homens – dos instrumentos, da técnica, das ideias, das formas de organização da sociedade, etc. – que muitas das vezes não controlam nem compreendem. Humanismo também porque acredita na capacidade dos homens – e não de teologias ou metafísicas – de se superarem a eles próprios e resolverem os seus próprios problemas. Como diria, “o homem faz-se a si próprio”, citando Gordon Childe. Mas também a razão, instrumento pelo qual o conhecimento do homem e da natureza se forja; irmã da democracia, porque age pela persuasão e não pela força. Razão que é também universal porque procura ser válida para todos os homens e não apenas para determinadas nações ou civilizações. Universalismo que não é homogeneidade mas diversidade, havendo que perscrutar no espaço e no tempo diferentes formas de pensar e de sentir.

Fontes e estudos sobre Magalhães Godinho

Como não poderia deixar de ser, as obras e artigos que Magalhães Godinho publicou ao longo dos anos quarenta constituem o corpo principal da documentação utilizada para a realização desta investigação. Mas também outras que publicou nas últimas décadas, especialmente aquelas em que olha retrospectivamente para estes anos. Magalhães Godinho foi um dos historiadores da segunda metade do século XX que mais procurou deixar para a posteridade a sua perspectiva dos acontecimentos em que participou, quer através de entrevistas quer em introduções a algumas das suas obras.

Como se compreenderá, o espólio de Magalhães Godinho ainda não se encontra disponível para consulta pública, o que se reflecte na documentação disponível para esta investigação. Espólio que deverá ter relevantes documentos para o estudo da historiografia portuguesa deste período. A correspondência trocada por Magalhães Godinho é um bom exemplo. Só nos anos quarenta, para além das cartas (já publicadas) que trocou com Lucien Febvre, Fernand Braudel e Marcel Bataillon, tem-se

¹⁰ *Ensaio*s, vol. IV *Humanismo científico e reflexão filosófica*, Lisboa, 1971, p. XII.

conhecimento de correspondência trocada com Óscar Lopes (está prevista a publicação), António José Saraiva, Bento de Jesus Caraça, Veiga Simões, Charles Boxer, Joaquim de Carvalho, Sílvio Lima, Joaquim Veríssimo Serrão, Georges Le Gentil, Maurice Lombard e Pedro Calmon¹¹.

Ainda assim, os arquivos da FLUL contêm documentação relevante para o período em que Magalhães Godinho aí foi professor. São os casos das fichas de sumário das aulas que leccionou, importantes para perceber os princípios pedagógicos e metodológicos que procurou instituir, ou ainda, a título de exemplo, um abaixo-assinado de mais de centena e meia de alunos que protestaram contra a sua saída da Faculdade no início de 1944.

De igual forma, o estudo do pensamento e obra de Magalhães Godinho encontra-se ainda numa fase inicial, não obstante terem já sido dados relevantes contributos¹². Numa perspectiva essencialmente biográfica e global, para além dos dados veiculados pelo próprio Magalhães Godinho, dispomos já de importantes achegas, destacando-se sobretudo a contribuição de Joaquim Romero de Magalhães – que inaugura os estudos sobre Magalhães Godinho em 1988 – mas também de alguns verbetes em dicionários e enciclopédias¹³.

Foram também dados alguns contributos sobre aspectos particulares da sua obra. Destaque-se a edição, em 2005, das comunicações apresentadas por investigadores de diferentes nacionalidades na conferência *Le Portugal et le monde: lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho*, organizada pelo Centre Culturel Calouste Gulbenkian e pelo Centre d'Etudes du Brésil et de l'Atlantique Sud, Sorbonne, em Dezembro de 2003¹⁴. Ainda no mesmo ano, foi-lhe dedicado um número da *Review Fernand Braudel Center*, sendo aí publicados o seu *curriculum vitae*, um artigo da sua autoria traduzido para língua inglesa (originalmente publicado nos *Annales* em 1950), bem como alguns estudos.

¹¹ Publicou excertos de alguma desta correspondência em “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 365-403.

¹² Veja-se a bibliografia no final desta investigação.

¹³ Cf. Joaquim Romero de Magalhães, “De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et adversis animi fortitudine”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, pp. 1-16; Cabe ainda salientar, por ter sido escrito para um público de língua inglesa, por regra menos conhecedor da sua obra, um pequeno artigo de Dale Tomich que parcialmente se insere neste tipo de contributos biográficos. “Vitorino Magalhães Godinho: atlantic history, world history”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 305-312.

¹⁴ *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, 2005.

Parte significativa dos estudos até agora realizados sobre Magalhães Godinho visam realçar o seu contributo para a compreensão da história dos impérios ultramarinos portugueses nas suas várias perspectivas e áreas de influência. Muitos destes trabalhos reconhecem a importância que a sua conceptualização, metodologia e problemáticas tiveram para a historiografia dos impérios ultramarinos, especialmente em Portugal e no Brasil. Dada a abrangência da sua produção historiográfica nas vertentes temporal, espacial e transdisciplinar, outros estudos procuraram ainda caracterizar a dimensão demográfica, sociológica ou medieval da sua obra.

Não obstante a diversidade destes contributos, outras perspectivas da sua vida e obra permanecem por explorar. Como se pode comprovar pelos estudos que lhe foram dedicados, os trabalhos que Magalhães Godinho publicou a partir dos anos sessenta foram os que tiveram maior repercussão junto dos historiadores. Datam desta época *A economia dos Descobrimentos henriquinos* (1962), a publicação dos *Ensaio*s (1968-71), a edição portuguesa de *Os Descobrimentos e a economia mundial* (1963-71), *A estrutura da antiga sociedade portuguesa* (1971), ou ainda a *Introdução à história económica* (1971), *O socialismo e o futuro da península* (1969, com duas edições nesse ano) e a sua colaboração no *Dicionário de história de Portugal* (1963-71), dirigido por Joel Serrão.

Este período corresponde à sua fase mais produtiva e da edição da sua obra mais importante. Ainda assim, deve-se ter em conta que a repercussão que essas obras tiveram assenta também nas mudanças que em breve se operariam. Com o 25 de Abril, os trabalhos de Magalhães Godinho vieram a ter larga audiência, à qual não é alheio, no que respeita ao ensino universitário da história, o processo de institucionalização de novas perspectivas historiográficas que procurava difundir desde os anos quarenta. Alguns dos trabalhos que publicou ao longo desta última década vieram a ser retomados e ampliados nos anos sessenta e setenta, algo que nem sempre é tido em conta¹⁵.

Outro aspecto que tem merecido menor atenção no estudo da sua obra, exceptuando alguns casos, é a análise das circunstâncias em que os seus trabalhos foram realizados. Os contextos historiográfico, cultural e político entre os anos quarenta e

¹⁵ Cf. João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos*, Coimbra, 2004, pp. 101-106. Por lapso, Azevedo e Silva não tem em conta que as críticas que Magalhães Godinho fez a Joaquim Bensaúde foram feitas num opúsculo que publicou em 1943, no seguimento da edição da *Cruzada do Infante D. Henrique* do ano anterior. Todas as críticas posteriores em outras obras foram retiradas deste opúsculo. Assim, as passagens de *A economia dos descobrimentos henriquinos* que este autor refere foram retiradas das *Dúvidas e problemas àcerca de algumas teses da história da expansão*, publicado vinte anos antes.

sessenta, por exemplo, são diferentes sob muitos aspectos, semelhantes em outros tantos. Há que atentar, só para me cingir ao contexto historiográfico, nos debates e críticas que os seus trabalhos suscitaram, nos historiadores que o influenciaram e que influenciou, nas redes ou associações de historiadores que se formaram e como com elas interagiu, nas repercussões que tiveram as instituições de ensino na investigação histórica, em como foram adoptadas e divulgadas diferentes concepções de história, como diferentes ideologias perspectivaram a história e que influência tiveram na historiografia, entre outras questões.

A concluir, apenas alguns agradecimentos. Ao meu orientador, Professor Sérgio Campos Matos, pela disponibilidade e interesse que sempre demonstrou e pelas sugestões e críticas que empreendeu ao longo da realização desta investigação. À Dr.^a Maria Lucília Estanco Louro, aluna de Magalhães Godinho nos anos quarenta, pelo depoimento que me concedeu sobre a Faculdade de Letras de Lisboa daquele tempo e sobre os célebres passeios do Tejo, dos quais guarda uma viva e importante memória. Aos meus pais, pela compreensão e apoio que me deram. Por último, à Raquel, pela revisão final que fez ao texto, pelo incentivo e interesse que sempre manifestou por esta investigação.

Capítulo I

O ensino da história

Segundo a concepção de Magalhães Godinho, a docência inseria-se na perspectiva mais ampla da intervenção cívica, na qual a formação dos cidadãos tinha uma importância crucial. Esta é uma preocupação que tem as suas raízes na tradição republicana e nos intelectuais liberais do século XIX, dos quais Herculano seja talvez o melhor exemplo por representar um modelo cívico para uma geração de historiadores de que Magalhães Godinho fez parte. Mesmo passados mais de cem anos após a instauração do Liberalismo em Portugal, esta preocupação era ainda relevante, se se tiver em conta que em 1940 metade da população portuguesa era analfabeta, valor que apenas será reduzido em cerca de 10% dez anos depois.

A natureza cívica da opção que Magalhães Godinho fez pela docência é claramente assumida nestas suas palavras:

“Como toda a minha formação até aí se situava na área da Matemática e da Física, a minha tendência natural seria para a Engenharia ou as Ciências Matemáticas. No entanto, e contrariamente ao que seria de prever, houve em mim uma opção, de natureza cívica, ligada, talvez, à minha presença na *Seara Nova*. Entendi-a quando se tratou da bifurcação que na altura se me punha, quando vi que a carreira de professor seria fundamental para ajudar a transformar a

sociedade. E que, para tomar consciência dos problemas da sociedade, a formação histórica e filosófica era a mais adequada.”¹⁶

Após a conclusão da licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1940, Magalhães Godinho preparou-se para ser professor liceal. Diplomou-se de seguida pela mesma Faculdade em Ciências Pedagógicas (1941) e realizou o estágio pedagógico no Liceu Pedro Nunes. Foi um percurso que logo abandonou porque entretanto tinha sido convidado por Manuel Heleno, o único professor catedrático da Secção de Histórico-Filosóficas na altura, para ser professor extraordinário contratado na Faculdade em que se tinha formado¹⁷.

Não obstante, o intuito cívico que associava à docência exige que se tenham em conta outras actividades correlacionadas. É o caso das conferências que realizou ao longo desta década fora do contexto universitário. Entre Dezembro de 1941 e Fevereiro de 1942, proferiu quatro palestras na Voz do Operário subordinadas ao tema “História do trabalho e da civilização” que, tanto pelo local como pelo tema das palestras, possivelmente se destinava a um auditório de operários. Foi o “dealbar da acção pedagógica e cívica”¹⁸. Podem-se ainda referir as conferências sobre “Oliveira Martins Historiador” no Ateneu Comercial do Porto em 5 de Maio de 1945, ano do centenário do seu nascimento, e “Meditação sobre a História de Portugal” no Club Fenianos Portuenses, no dia 1 de Dezembro do mesmo ano e que teria tido um forte significado político pela recente proibição das sessões do MUD¹⁹. A estas conferências pode-se ainda juntar um curso que deu no Ateneu Comercial de Lisboa após a sua saída da Faculdade de Letras de Lisboa, financiado por alguns dos seus antigos alunos.

Para além da docência universitária e das conferências que proferiu nesta década, Magalhães Godinho manifestou-se criticamente em relação ao estado do ensino

¹⁶ *Do ofício e da cidadania – combates por uma civilização de dignidade*, Lisboa, 1990, pp. 40-41.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 41-42; AHFLUL – “Acta da sessão de 20 de Outubro de 1941”, *Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fls. 20 e 20v.

¹⁸ “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, n.º 4, 2005, p. 399.

¹⁹ *Ibid.*, p. 400. Nesse mesmo mês, numa carta endereçada a António José Saraiva, Magalhães Godinho revelaria que procurou com esta conferência delinear uma interpretação da história de Portugal que servisse de introdução às questões fundamentais sobre o presente e o futuro de Portugal. Se em relação à primeira parte da conferência tinha destacado os factores que tinham conduzido a 1383, 1640 e 1820, sugerindo o antagonismo entre o regime absoluto e oligárquico e o elemento popular e colectivo, na segunda parte Magalhães Godinho confidenciava que tinha falado com “clareza brutal”. Um excerto desta carta encontra-se em José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal*, Lisboa, 2010, pp. 341-342. Infelizmente, em relação ao conteúdo da grande parte das restantes conferências, não se encontraram informações.

em Portugal. Fê-lo esparsamente em alguns dos seus ensaios e na imprensa periódica em que colaborava. O ensino da história nas universidades foi o principal escopo da sua crítica, o que lhe valeu um artigo censurado a publicar na *Seara Nova*²⁰. O interesse que manifestou sobre a situação do ensino em Portugal, que se iniciara nos anos quarenta, foi desenvolvido nas décadas seguintes, especialmente a partir da década de setenta, em que assume a pasta da educação e cultura no segundo e terceiro governos provisórios liderados por Vasco Gonçalves.

A natureza da documentação a que se teve acesso, as repercussões no seu percurso académico e na dinamização de uma rede de historiadores, a possibilidade de melhor compreender os seus princípios pedagógicos e metodológicos e o seu distanciamento em relação à vertente institucional do ensino e investigação históricas levam a que se dê especial destaque neste capítulo à sua passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa, nem sempre tida em conta quando se aborda a história desta instituição²¹.

O “velho Convento de Jesus”

Ao tempo em que Magalhães Godinho foi aluno e professor na Faculdade de Letras de Lisboa esta funcionava ainda nas mesmas instalações que serviram o Curso Superior de Letras desde a sua fundação, em 1859. Partilhava o mesmo espaço que servia igualmente a Academia das Ciências de Lisboa, esta funcionando na parte superior do edifício. Era um antigo espaço religioso, onde outrora estivera o Convento de Jesus, ou, como muitos dos antigos alunos da Faculdade lhe chamavam, o “velho Convento de Jesus”.

Para muitos dos seus alunos nestes anos quarenta, que provinham de famílias de tradição republicana e laica, como era o caso de Magalhães Godinho, a localização da Faculdade – cujo centro nevrálgico era o antigo claustro – era-lhes incómoda, uma espécie de perpetuação simbólica do tempo em que a educação era ainda de

²⁰ Fernando Tomaz, “Bibliografia do Prof. Vitorino Magalhães Godinho”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, p. 25.

²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, por exemplo, ao participar numa “mesa redonda” sobre os 75 anos da Faculdade de Letras, fizera uma curta intervenção sobre o ensino da história nestes ¾ de século, referindo essencialmente os professores que se destacaram neste período. Ao debruçar-se sobre o intervalo de 1930-1957, cita mais de uma dúzia de professores que neste período contribuíram para o ensino e investigação da história na Faculdade. O nome de Magalhães Godinho não surge entre estes. Cf. “Os 75 anos da Faculdade de Letras. Mesa redonda”, *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, nº6, Dez. 1986, pp. 176-179.

responsabilidade eclesiástica. Mas não se tratava apenas de uma rejeição do simbolismo daquele espaço, era também uma crítica à inadequação física das instalações para um estabelecimento de ensino superior, crítica que vinha já do século XIX. O testemunho de José-Augusto França, aluno da Faculdade nestes anos quarenta, é elucidativo:

O convento era velho, as salas incómodas, e as aulas podiam ser dadas num corredor de azulejos, meio fechado para o efeito, a uma ponta do claustro abandonado. Entrava-se no edifício descendo escadas de pedra, porque o lance que subia dava para a Academia das Ciências²².

O facto de a entrada ser feita a descer não deixou de ser aproveitado na crítica à Faculdade e ao Estado Novo. Rodrigues Lapa, professor desta Faculdade que havia sido demitido por razões políticas na sequência do decreto-lei nº 25:317 de 1935, tinha referido que era a única escola do mundo para a qual se entrava a descer, frase muito apreciada e recordada várias vezes nas memórias mais críticas sobre a Faculdade.

A inadequação das instalações tornava-se cada vez mais notória à medida que o número de alunos crescia consideravelmente. Se na segunda metade do século XIX o número de alunos raramente ultrapassou a meia centena, nas primeiras décadas do século XX o crescimento foi considerável. Entre os anos lectivos de 1936-37 e 1939-40, período em que Magalhães Godinho tinha aí sido aluno, o número de alunos passou de 555 para 761, um aumento de 37%. A somar à crescente inadequação das instalações, o número de docentes não acompanhou este crescimento do efectivo discente, mantendo-se na casa dos vinte ou trinta professores entre as décadas vinte e cinquenta²³. A desadequação do número de professores em relação ao número de alunos e de disciplinas esteve na origem de diversos problemas que se repercutiram no corpo docente da Secção de História.

Todos estes aspectos que se têm vindo a apontar sintetizam-se no posterior balanço que Magalhães Godinho fizera sobre a Faculdade de Letras de Lisboa nos anos em que a frequentou:

²² José-Augusto França, *Memórias para o ano 2000*, 2ª ed. revista, Lisboa, 2001, p. 51. Ver igualmente: Mário Soares, *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, [s.l.], 1974, p. 35; A. H. de Oliveira Marques, “A universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário (1950-1964)”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade» (no 7º centenário da sua Fundação), 5 a 9 de Maio de 1990*, vol. 5, Coimbra, 1990, pp. 436-437.

²³ Os dados referidos foram retirados de A. H. de Oliveira Marques, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, 1988, pp. 158-163.

“...foi no soturno e enxovalhado casarão, onde desprezivelmente funcionava a Faculdade de Letras de Lisboa, que encontrei Fernando Piteira Santos. Frequentavam-na uns 600 estudantes e leccionava aí uma vintena de professores e assistentes, mal escolhidos e pouco dedicados; um ensino no conjunto obsoleto, um ambiente bafiento: «a única escola do mundo para a qual se entra a descer» - ironia de Rodrigues Lapa que lhe valeu a demissão. Como em todas as escolas (e não só) as relações sofriam da desconfiança natural de quem seria o outro – podia ser agente disfarçado, ou fascista disposto à denúncia.”²⁴

Durante os quatros anos em que Magalhães Godinho aí fora estudante, foram poucos os seus professores: Agostinho José Fortes, A. Faria de Vasconcelos, Mário de Albuquerque, Manuel Heleno, Vieira de Almeida, Matos Romão, João da Silva Marques e Schwalbach Lucci²⁵. Estes dois últimos foram seus professores apenas numa disciplina cada, Paleografia e Diplomática e Geografia Humana, respectivamente. O que significa que os restantes seis docentes eram responsáveis pelas outras vinte cadeiras do curso. A dispersão e generalização no ensino eram inevitáveis.

Um caso que envolveu Magalhães Godinho demonstra bem esta situação. José Hermano Saraiva, que fora colega de curso de Magalhães Godinho, conta nas suas memórias que a cadeira de numismática era então leccionada por um professor que não dera uma única aula durante todo o semestre:

“Não sabia nada de numismática, mas não pode ser censurado por isso. A culpa é dos conselhos académicos que distribuem o serviço que a lei criou mas que os professores não estão preparados para dar, e que, em geral, os catedráticos trespassam para os professores contratados e assistentes”²⁶.

Magalhães Godinho viria a ser mal avaliado no exame dessa cadeira, que deveria ter sido sobre uma das mais importantes moedas portuguesas mas acabara por ser sobre a libra, o que motivou o seu protesto em aula. Ainda segundo José Hermano Saraiva, “Vitorino Magalhães Godinho não condescendia com a ignorância e denunciou-a

²⁴ “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *Ensaios e estudos – compreender o mundo de hoje*, vol. II, Lisboa, 2010, p. 503. Ver também o prefácio ao vol. IV dos seus *Ensaios*, Lisboa, 1971, p. XVIII.

²⁵ No final da década de vinte e início da seguinte deu-se uma grande mudança na composição do corpo docente, com a reforma ou morte de muitos docentes que provinham ainda dos tempos iniciais da Faculdade: são os casos de Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Queirós Veloso, Silva Teles e Oliveira Ramos. Cf. A. H. de Oliveira Marques, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *op. cit.*, p. 151.

²⁶ *Álbum de memórias. 3ª e 4ª décadas (anos 40 e 50). A década da esperança e o tempo das campanhas*, [s.l.], 2007, p. 7.

corajosamente”²⁷. Apesar da divergência de percursos de vida e de opções políticas e ideológicas (tal como, de resto, com o seu irmão, António José Saraiva, então próximo de Magalhães Godinho), José Hermano Saraiva reconheceria as suas qualidades enquanto aluno: era o melhor do seu ano, “estudava muitas horas por dia, levava tudo a sério, tinha uma inteligência esclarecida e disciplinada, era extremamente metódico e possuía um carácter aprumado e exemplar”²⁸.

Da “faculdade oficial” à “faculdade real”

Como se depreende pelo que foi exposto nas páginas anteriores, existia uma total rejeição da Faculdade e do ensino que aí se ministrava por parte de um conjunto de alunos oposicionistas, mais ou menos militantes, e dos quais Magalhães Godinho fazia parte. Era, nas palavras de Mário Soares, a “Faculdade oficial” dos docentes, das aulas, dos exames, das classificações, em suma, do sistema de ensino universitário. Em oposição, direccionavam as suas aspirações e interesses para a “Faculdade real”, que assim é descrita pelo mesmo Mário Soares, aluno da FLUL nestes anos quarenta:

“... em contraste com a mediocridade do ensino e o desinteresse do corpo docente, subsistia à *margem* a verdadeira Faculdade, mundo vivo que se agitava nos debates dos «claustros» e nas apaixonadas discussões nos velhos corredores. Quero referir-me à *Faculdade dos alunos*, em que os verdadeiros mestres eram outros alunos, que faziam à própria custa a difícil aprendizagem do pensamento livre, e, principalmente, os livros, que líamos e discutíamos febrilmente, ao acaso dos interesses, modas e das polémicas do momento, absolutamente à parte dos programas dados nas aulas. A esse mundo mais ou menos secreto, fermento de inquietações e de esperanças, devo eu grande parte da minha formação universitária. À escola, propriamente dita, não devo nada!”²⁹

Era um mundo entretecido “pelas redes a ocultas tecido”³⁰, cuidadoso no estabelecimento de contactos, dotado das suas próprias referências culturais, espaços de socialização e de intervenção, regras de relacionamento e hierarquização, muitas vezes associadas a organizações políticas clandestinas, como era o caso do PCP, com forte influência universitária a partir dos anos quarenta. Muitos destes jovens, antes de ingressarem na Faculdade, já tinham uma iniciação em diversos meios culturais, o que

²⁷ *Ibid.*, p. 9.

²⁸ *Ibid.*, p. 6.

²⁹ *Portugal amordaçado*, p. 41.

³⁰ Magalhães Godinho, “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos, *op. cit.*, p. 503.

lhes permitia terem um prévio olhar crítico em relação ao ensino superior em que estavam prestes a ingressar.

O então reorganizado PCP, através da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, tinha uma influência muito importante na organização e entretimento de formas paralelas de sociabilização no meio universitário, ao contrário de outros movimentos políticos oposicionistas, que nunca conseguiram mobilizar os estudantes, excepção feita aos movimentos frentistas da oposição, como o MUD e a sua ramificação juvenil. Jorge Borges de Macedo era por essa altura o membro mais destacado do PCP na Faculdade de Letras, num grupo que contava com Piteira Santos, Barradas de Carvalho, Mário Soares, o seu primo Nogueira Santos, Joana Campina, Maria Lucília Estanco Louro, entre outros³¹.

No campo da imprensa periódica, eram sobretudo os contactos com *O Diabo* e a *Seara Nova*, que, para além da influência enquanto periódicos de interesse cultural, constituíam espaços de socialização. O caso de Magalhães Godinho é exemplificativo. Ainda com 14 anos entrou em contacto com o mundo da Seara Nova e no ano seguinte, em 1934, inicia a sua colaboração neste periódico. O convite tinha sido feito por Câmara Reis, então seu professor no Liceu Gil Vicente, que o introduzira no meio intelectual onde pontificava António Sérgio, Bento de Jesus Caraça, Rodrigues Lapa, entre outros³². Já em 1939, ainda não terminado o curso, Magalhães Godinho fizera parte da redacção de *O Diabo*, em colaboração com Piteira Santos. Era, nas suas palavras, “neste convívio em que se cruzavam todos os campos e cohabitavam ideias diferentes, embora todas de directriz democrática. E conhecia-se muita gente que queria modificar Portugal e trazia competência e vontade lúcida”. Refere, entre outros, os nomes de Álvaro Cunhal, Mário Dionísio, Alves Redol, Dias Amado, Aniceto Monteiro, Mário Silva e Keil do Amaral³³.

Ainda no campo da imprensa periódica, era também nesse universo que jovens estudantes da FLUL, através de jornais efémeros, iam tecendo relações paralelas à “Faculdade oficial”. Tal foi o caso, por exemplo, do *Horizonte*, quinzenário da Associação de Estudantes da FLUL (1942-43, dez números), dirigido por Joel Serrão e

³¹ Cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado*, p. 47; José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. II, Lisboa, 2001, p. 131.

³² V. Magalhães Godinho, *Do ofício e da cidadania...*, p. 37.

³³ “Saúde de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 504.

com colaboração de Rui Grácio, Julião Azevedo (director nos últimos números), Magalhães Godinho, entre outros³⁴.

No plano das referências culturais e cívicas, António Sérgio ocupava um lugar destacado. Joel Serrão tinha começado a ler os *Ensaio*s ainda na sua juventude, identificando-os com os “rumos de esperança”, num presente então incerto. Sérgio era quem, nas suas palavras, “nos levedava os sonhos e o projecto de nossas vidas”³⁵. Outros intelectuais como Bento de Jesus Caraça tiveram uma influência transversal.

Os cafés também constituíam espaços de sociabilidade, de troca de ideias e conhecimentos privilegiados (a “autodidáctica universidade das tertúlias de café”, segundo Joel Serrão), podendo-se destacar o Café Chiado e o Café Portugal como espaços mais conotados com a oposição.

São todos estes lugares, referências e processos de sociabilização que dão forma à “Faculdade real” que falava Mário Soares. A estes pode-se ainda acrescentar certos acontecimentos que estão na origem e são ao mesmo tempo consequências desta teia que se formava. São os casos dos protestos que ocorreram em Novembro de 1941 contra o aumento de propinas³⁶, tanto em Lisboa como em Coimbra, as celebrações do fim da II Guerra Mundial ou ainda o veemente protesto que os alunos de Magalhães Godinho fizeram contra a sua saída, que mais adiante se abordará.

Neste processo de ligação entre os alunos da Faculdade e outros meios culturais e políticos, há que destacar o papel de Fernando Piteira Santos. Também ele aluno da Faculdade de Letras, após uma breve passagem pela Faculdade de Direito, desempenhou um papel congregador na aproximação de diferentes sensibilidades e meios culturais e políticos. O seu importante papel no PCP, a sua capacidade de diálogo com pessoas de diferentes orientações políticas (caso dos irmãos Magalhães Godinho) e a sua influência n’*O Diabo* concorrem para que se torne uma figura crucial quando se procura compreender todo este complexo mundo parauniversitário.

Não é de estranhar que uma das características que os nomes já referidos de Mário Soares, Joel Serrão, Magalhães Godinho ou José-Augusto França mais

³⁴ Cf. Ricardo Presumido, “Horizonte”, in Ernesto Castro Leal (coord. científica), *Memória da imprensa estudantil universitária*, vol. III, Lisboa, 2009, pp. 67-69.

³⁵ *Portugueses somos*, Lisboa, 1975, pp. 75-76. A posição destacada de Sérgio como referência cultural e cívica era extensiva a outros alunos da FLUL neste tempo. Mário Soares identifica-o como “o grande mestre da minha geração” (*Portugal amordaçado*, p. 41) e Magalhães Godinho destaca o seu papel na sua formação, levando-o “a ler directamente os grandes autores e não a conhecê-los através de comentários” (*Do ofício e da cidadania...*, p. 39).

³⁶ Cf. José-Augusto França, *Memórias para o ano 2000*, pp. 51-52.

salientaram ao longo das suas passagens pela FLUL tenha sido o aspecto autodidacta das suas formações, reconhecendo, ainda assim, a influência de alguns dos seus docentes universitários, sendo os casos de Vieira de Almeida e de Delfim Santos os mais referidos. Magalhães Godinho referia a este propósito, num tom irónico, que “gozámos [...] do privilégio de nada ter aprendido na Faculdade, e de nos podermos preparar à nossa vontade”³⁷.

Tinham como referência os casos de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins, historiadores de formação autodidacta e influências historiográficas e cívicas para estes jovens estudantes. Aliás, em 1946, Magalhães Godinho já destacava que os melhores contributos historiográficos não se deviam aos docentes das universidades e citava, para além de Herculano e Oliveira Martins, os casos de Alberto Sampaio, Gama Barros, Costa Lobo, Lúcio de Azevedo e Jaime Cortesão³⁸. Não surpreende que muitos dos alunos referidos, aos quais ainda se podem juntar Joaquim Barradas de Carvalho e António José Saraiva, tenham tido em conta os dois primeiros historiadores acima citados nas suas investigações históricas.

A docência na Faculdade de Letras de Lisboa

Apesar da sua breve passagem pela docência no ensino superior português nos anos quarenta, torna-se importante, no âmbito deste capítulo, compreender as principais características que marcaram esta actividade. Para tal, formularam-se algumas questões que orientaram a investigação para este subcapítulo: quais os valores e métodos pedagógicos que privilegiou? Quais as perspectivas históricas que enfatizou nas suas aulas? Que ligações se estabeleceram entre as matérias leccionadas e as investigações que publicou neste período? Como reagiram os alunos à sua docência? Como compreender os seus vectores da actividade docente, tendo em conta o contexto da história leccionada no ensino superior desta época?

Tendo em conta, como vimos, a visão negativa que posteriormente transmitiu do funcionamento da Faculdade de Letras de Lisboa, pode-se perguntar por que motivo aceitou o convite de Manuel Heleno para integrar o corpo docente desta instituição? A

³⁷ *Ensaio*, vol. IV, p. XX.

³⁸ *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, 1946, p. 18.

resposta que deu a esta pergunta insere-se na concepção do ensino como forma de intervenção cívica:

“ aceitei ir para uma Faculdade que não me ensinara nada, pela qual não tinha respeito. Não esqueci que Rodrigues Lapa, de quem eu era amigo e que fora demitido dessa mesma Faculdade, dizia com razão que só se entrava para ela descendo. Mas mesmo assim procurei não descer e agir junto dos jovens.”³⁹

Já se apontaram alguns dos mais graves problemas que afligiam a Faculdade na altura em que Magalhães Godinho aí foi aluno: o diminuto número de professores para o crescente número de alunos e o elevado número de cadeiras a leccionar. A consequência mais saliente era a falta de preparação dos docentes, obrigados a leccionar cadeiras de temas e épocas variadas, com a consequente generalização com que estas eram abordadas. Este problema estava longe de ser resolvido no tempo em que Magalhães Godinho aí foi professor, subsistindo ainda nas décadas seguintes⁴⁰. Só a partir da década de setenta o corpo docente da FLUL cresceu consideravelmente, tendência generalizada às restantes faculdades do país, respondendo ao aumento muito significativo do número de alunos.

O número de cadeiras que Magalhães Godinho regeu na sua passagem pela FLUL é bem expressivo desta dispersão a que os docentes estavam votados: para além das cadeiras em que existem os registos dos sumários – História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Clássica (semestrais), História Medieval e as aulas práticas de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa (anuais)⁴¹ – leccionou ainda Numismática e Esfragística, História Moderna (práticas) e, na ausência dos professores titulares das cadeiras, as aulas teóricas de História Moderna e de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa⁴².

³⁹ *Do ofício e da cidadania...*, p. 42.

⁴⁰ Cf. A. H. de Oliveira Marques, “A universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário” (1950-1964)”, *op. cit.*, p. 439; A. H. de Oliveira Marques, António José Saraiva e Vitorino Magalhães Godinho, *A situação da Faculdade de Letras de Lisboa (alguns aspectos)*, Lisboa, 1970, p. 215.

⁴¹ Para ver o número de aulas que dedicou a cada cadeira e a relação entre as aulas teóricas e práticas, ver gráfico em apêndice (nº4).

⁴² Cf. V. Magalhães Godinho, *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 2008, p. 9; A. H. de Oliveira Marques, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *op. cit.*, pp. 164-198; Joaquim Romero de Magalhães, “De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et adversis animi fortitudine”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, p. 3. Não existe uma coincidência das informações sobre as cadeiras leccionadas nas fichas de sumários e as dadas por Magalhães Godinho, Oliveira Marques e J. Romero de Magalhães, também divergentes entre si.

A dispersão a que era obrigado não teve necessariamente um efeito negativo. Para além de evitar uma especialização precoce, propiciou uma abertura de horizontes e incentivou uma concepção comparativa da história, especialmente evidente no seu caso. Na sequência desta dispersão lectiva, chegou a escrever pequenos ensaios que não tiveram continuação nos seus projectos de investigação. São os casos do artigo “A România e a crise do século III”⁴³ e da pequena obra de divulgação *O Antigo Império egípcio* (1944). Ainda assim, o estiolamento, a impossibilidade de investigar, de efectuar uma especialização e os obstáculos à progressão na carreira docente, devem igualmente ser tidos em conta⁴⁴.

Leitura e comentário de fontes

Apesar das dificuldades inerentes à dispersão lectiva, Magalhães Godinho procurou implementar um modelo pedagógico em que o contacto com as fontes históricas fosse privilegiado nas suas aulas. Este princípio coadunava-se com o Regulamento da Faculdade, publicado no decreto nº 20:860 de 4 de Fevereiro de 1932 e que haveria de se manter em vigor até 1957. Nele havia um capítulo sobre como se deveriam realizar os trabalhos práticos de investigação histórica, “feitos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional ou na Biblioteca da Ajuda, com a coadjuvação de um conservador de um daqueles estabelecimentos...”⁴⁵. Contudo, tal disposição parece ter sido sobretudo direccionada às disciplinas auxiliares da história, como a paleografia e diplomática, e não tanto a outras cadeiras em que à prática se juntavam os cursos teóricos.

Nos sumários das cadeiras de História da Antiguidade Clássica e História Medieval leccionadas por Magalhães Godinho, são frequentes as referências à leitura e comentário de fontes, sendo abordados geralmente textos de autores clássicos como a *Ilíada* de Homero, a *Constituição de Atenas* de Aristóteles, a *Germânia* de Tácito ou os *Comentarii de Bello Gallico* de Júlio César. Na cadeira de História Medieval, a própria reflexão sobre a história é abordada neste sentido, constando num sumário a referência à

⁴³ Publicado na *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IX, 2ª série, nº1, 1943, pp. 39-58.

⁴⁴ Cf. Joaquim Romero Magalhães, “De Victorini Magalhães Godinho ...”, in *op. cit.*, p.3; A. H. de Oliveira Marques, A. J. Saraiva e V. Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 215.

⁴⁵ “Decreto nº 20:860”, *Colecção oficial de legislação portuguesa (publicada no ano de 1932)*, Lisboa, 1940, p. 207.

“noção de história em Heródoto e Políbio – leituras comentadas” (17 de Novembro de 1942).

Já a cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa afigura-se como específica em relação às restantes e em que se torna mais evidente esta característica metodológica e pedagógica. O facto de leccionar sobretudo as aulas práticas desta cadeira teve como consequência uma maior importância dada à leitura e comentário de fontes, o que, aliás, era comum aos restantes professores que leccionaram esta cadeira nos anos quarenta, casos de Virgínia Rau, Artur Nobre de Gusmão e Bandeira Ferreira⁴⁶. Por outro lado, é notória uma maior interligação da metodologia e conteúdos seguidos nesta cadeira com as investigações que por essa altura publicou.

Como se terá oportunidade de ver no capítulo seguinte, dedicado à historiografia dos Descobrimentos e Expansão, parte significativa das suas investigações em torno desta temática nesta década prenderam-se com a edição e interpretação de fontes históricas e com a crítica ao estado da edição de fontes em Portugal.

Esta metodologia pretendia incentivar os alunos a desenvolverem um sentido crítico em relação às fontes históricas que teriam que consultar, incitando-os ao mesmo tempo a deixarem o tradicional papel passivo de receptores na sala de aula. Como haveria de repetidamente escrever nas suas obras, o documento histórico nada nos diz directamente, havia que interrogá-lo e desenvolver a capacidade de interpretação do historiador. Daí também o estímulo que deu à intervenção dos alunos nas suas aulas.

Um dos métodos privilegiados foi a apresentação de trabalhos por parte dos alunos. Existem vários sumários que espelham esta realidade e, facto a realçar, muitos dos títulos destes trabalhos deixam antever algumas das perspectivas e temáticas históricas que Magalhães Godinho privilegiou na sua investigação. Podem-se citar, por exemplo, a leitura e discussão de trabalhos em História Medieval sobre “Psicologia e História”, “A mentalidade medieval” e “A evolução do comércio medieval”⁴⁷. Também Virgínia Rau,

⁴⁶ Ana Cristina Pimenta Castro e Elisa M^a Mendes das Neves Travessa, *Faculdade de Letras de Lisboa – anos 40. Contexto de evolução e análise centrado nos sumários de História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa*, [Lisboa], 1996, p. 43 (policopiado). Agradeço ao Professor Sérgio Campos Matos a disponibilização deste trabalho.

⁴⁷ AHFLUL – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1. Embora se reconheça que os sumários das aulas sejam uma fonte por si só inconclusiva, deve-se atender que as conclusões que partem da análise desta fonte são confirmadas, quer pelos próprios trabalhos que publicou nesta década de quarenta, quer ainda por testemunhos de alguns antigos alunos.

que leccionara a mesma cadeira após a saída de Magalhães Godinho, concedia parte significativa das suas aulas à apresentação de trabalhos pelos alunos⁴⁸.

Outro dos métodos utilizados para incentivar os alunos a participarem era a criação de aulas de discussão sobre determinado tema. Regra geral, esse tema estava relacionado com a reflexão sobre a história e historiografia, numa linha de pensamento que desenvolveu desde o início da década de quarenta: a necessidade do historiador reflectir sobre o seu próprio ofício.

Parte significativa dos alunos parecia apreciar esta metodologia. Num abaixo-assinado enviado por 178 alunos ao Director da FLUL para protestar contra a saída de Magalhães Godinho, é referida a sua capacidade de “com a orientação dada às suas aulas, despertar o interesse dos alunos pelos assuntos nela versados” e “como professor e como companheiro de estudos, soube sempre orientar e estimular, quer o trabalho directamente ligado com as cadeiras, quer os trabalhos individuais que as lições sugeriam em alguns alunos”⁴⁹.

Reflexão sobre a história e historiografia

No ensino universitário da história durante o Estado Novo, era dominante um certo distanciamento perante uma história mais interpretativa, susceptível de ser lida como ideológica. Privilegiava-se, por isso, uma história mais erudita, próxima da narrativa e do apego ao documento. Existia a precaução de não tomar partido, não enveredar pela discussão epistemológica, salvo raras excepções, e evitar interpretações que pudessem ser consideradas de cariz demoliberal ou mesmo marxista⁵⁰.

Já durante a Ditadura Militar, a cadeira de Propedêutica Histórica, que potencialmente poderia servir para estimular a reflexão sobre o exercício historiográfico, havia sido extinta. Para compreender as razões de tal supressão, nada melhor que referir o autor dessa medida, Gustavo Cordeiro Ramos, professor da

⁴⁸ AHFLUL – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 6, cap. 7.

⁴⁹ Ver em apêndice (nº8) a primeira página desse abaixo-assinado.

⁵⁰ Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»”, in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX*. [s.l.], 1996, pp. 257-265. Cf. igualmente Jorge Borges de Macedo, “Rúben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea”, in *In memoriam Rúben Andresen Leitão*, vol. I, [s.l.], [1981], p. 219 e Carlos Maurício, “História. – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. VIII, [s.l.], 1999, p. 173.

Faculdade de Letras de Lisboa, que numa carta que endereçou a Oliveira Salazar em 1929, referia:

“Também me censuraram de ter suprimido duas cadeiras na secção de História: propedêutica histórica e história das religiões. Assim foi, na verdade, porque além de inúteis, a última, pelo menos, na Faculdade de Letras de Lisboa, só servia para o Prof. Agostinho Fortes fazer propaganda jacobina e irreligiosa”⁵¹.

Inutilidade, portanto, e que assim continuaria a ser considerada, uma vez que não foi reaberta após a consolidação do Estado Novo. Nem mesmo a agregação da história à filosofia, com a criação do curso de Ciências Históricas e Filosóficas em 1926, parece ter influenciado a forma como então se menosprezava a reflexão sobre a formulação do conhecimento histórico nas universidades⁵². Só em 1957, aquando da reforma das faculdades de Letras, se criaria a cadeira de Teoria da História, que inicialmente foi leccionada na Faculdade de Letras de Lisboa por Virgínia Rau e por Borges de Macedo, contratado nesse mesmo ano e que seria responsável pelas aulas práticas⁵³.

É neste contexto que se afirma uma das características mais salientes da vertente pedagógica de Magalhães Godinho: o incentivo à reflexão epistemológica, conceptual e metodológica da história e historiografia. Fazia-o no âmbito da própria Faculdade, quer através das aulas que leccionava, quer através dos artigos que então publicava. É de salientar o artigo que escreveu para a *Revista da Faculdade de Letras*, “Historiografia contemporânea. Orientações e problemas” e que estará na origem do ensaio *A crise da história e as suas novas directrizes* (1946)⁵⁴.

Neste artigo alertava para a necessidade de se reequacionar os fundamentos teóricos e a função social da actividade científica, que se encontravam ultrapassados, resultando

⁵¹ Cit. por João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1911-1974*, Lisboa, 1995, p. 78.

⁵² J. Borges de Macedo, “Rúben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea”, *op. cit.*, p. 219; Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»”, *op. cit.*, p. 258. Deve-se ter em conta que a criação do curso de Ciências Históricas e Filosóficas atendeu sobretudo a razões práticas, como seja resolver o reiterado problema da falta de alunos no curso de filosofia. Cf. A. H. de Oliveira Marques, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *op. cit.*, p. 148.

⁵³ A. H. de Oliveira Marques, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *op. cit.*, p. 195.

⁵⁴ Este artigo foi editado na sequência de uma conferência que deu na FLUL, elogiada pelo seu colega Ferreira de Almeida (“Actividade cultural da Faculdade”, in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, pp. 164-170). A publicação deste primeiro ensaio recebeu também os elogios de Sílvio Lima, recomendando a sua leitura ao então seu aluno Joaquim Veríssimo Serrão, e de Paul Teyssier, lusitanista então associado ao Institut Français au Portugal. Cf. “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *rev. cit.*, p. 392.

daí a crise da historiografia contemporânea. Apesar de não visar directamente a realidade historiográfica portuguesa, ela não deixa de ser contemplada e, indirectamente, referida. É o caso da crítica que endereçou a certas correntes historiográficas que consideravam que a renovação da historiografia passaria pela correcção de alguns juízos morais que eram feitos a algumas personagens históricas, citando, entre outras, o caso de D. Maria I e D. João III⁵⁵. Estas referências não eram aleatórias e visavam o revisionismo histórico que então alguns historiadores integralistas privilegiavam, nomeadamente Caetano Beirão, que recebera em 1934 o prémio «Alexandre Herculano», atribuído pelo SPN à melhor obra de história, precisamente uma obra sobre D. Maria I. Também a figura de D. João III, fortemente criticada pela historiografia de inspiração liberal e anticlerical, se enquadraria nesse revisionismo empreendido.

Mas seria igualmente na sala de aula que Magalhães Godinho incentivava uma discussão e reflexão sobre a história. Nas cadeiras de História da Antiguidade Oriental (HAO) e História Medieval (HM), cerca de 70% e 40% dos sumários das aulas práticas fazem referência a estas temáticas, respectivamente⁵⁶. Para exemplificar, eis alguns desses sumários: “discussão pelos alunos do problema da natureza da história e das relações entre história e filosofia” (HAO, 4 de Novembro de 1942); “discussão à cerca da natureza dos factos históricos, e do problema da objectividade em história” (HAO, 16 de Dezembro de 1942); “o conceito de história no século XVIII e XIX – exposição e discussão pelos alunos” (HM, 21 de Novembro de 1942); “discussão do problema da explicação histórica” (HM, 27 de Fevereiro de 1943)⁵⁷. Analisando, por exemplo, os sumários da cadeira de História da Antiguidade Oriental do ano de 1940/41, leccionada por Mário de Albuquerque e Ferreira de Almeida, e os sumários da cadeira de História Medieval, leccionada em 1944 por Virgínia Rau, verifica-se que a referência a estes temas é quase inexistente⁵⁸.

Apesar da supressão da cadeira de Propedêutica Histórica e do pouco interesse que as questões epistemológicas e teóricas suscitavam, a actividade pedagógica que Magalhães Godinho desempenhou conferiu especial importância a estas questões,

⁵⁵ “A historiografia contemporânea. Orientações e problemas”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII – 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, p. 73.

⁵⁶ Ver gráfico em apêndice (nº 5).

⁵⁷ AHFLUL – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1.

⁵⁸ AHFLUL – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 1, cap. 6 e cx. 6, cap. 7.

entrando em clara dissonância com a ausência de reflexão sobre a história então reinante nas faculdades de Letras.

Num dos caminhos que Magalhães Godinho apontava para superar a crise da historiografia contemporânea, encontrava-se a necessidade da explicação histórica assentar numa visão integrada de todos os aspectos relativos às sociedades humanas, rejeitando visões unilaterais e interpretações compartimentadas da história. Era o “homem total, em carne e osso, no concreto entrelaçar de todas as suas conexões sociais”, que a historiografia contemporânea procurava compreender⁵⁹. E mais à frente, completando o sentido desta afirmação, mostrava o espírito com que teria de ser encarada a história para apreender o “homem total”:

“Situar a economia e a técnica, a religião e a ciência, a arte e as formas de mentalidade, o direito e o sistema político-social no centro da história equivale a refundir integralmente a noção do conteúdo daquilo que designamos por história.”⁶⁰

Esta noção de história reflecte-se, de forma evidente, nas aulas que lecciona. São abundantes nas fichas de sumários das suas aulas referências a estas diversas vertentes que caracterizam a existência humana em sociedade. Porém, a história económica adquiria um lugar de destaque na conexão de todas estas perspectivas e na formulação da explicação histórica. Destaque, aliás, também perceptível nos sumários das aulas de História Medieval de Vírginia Rau em 1944⁶¹. Tal destaque, porém, deve ser considerado uma excepção no ensino superior da história em Portugal, pelo menos no caso de Coimbra, já estudado. O reduzido número de estudos que foram dedicados à história económica e social, visível nas dissertações de licenciatura e doutoramento, foi uma das características que marcaram o ensino da história na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde a sua criação até 1974⁶².

A polémica saída da Faculdade de Letras de Lisboa

A experiência de Magalhães Godinho como professor extraordinário contratado na FLUL foi de curta duração, tendo a sua saída sido bastante controversa. O cerne da

⁵⁹ “A historiografia contemporânea. Orientações e problemas”, *rev. cit.*, p. 81.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 107.

⁶¹ AHFLUL – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 6, cap. 7.

⁶² João Paulo Avelãs Nunes, *op. cit.*, p. 237.

polémica assentou em diferentes interpretações da legislação referente à avaliação dos professores extraordinários. Segundo a interpretação do Conselho da Faculdade, mais especificamente a do seu Presidente, o Director da Faculdade, Oliveira Guimarães⁶³, a avaliação do desempenho do professor extraordinário contemplava a possibilidade de o professor catedrático do respectivo grupo assistir às aulas daquele⁶⁴. Citava, para o efeito, o art. 94º do Regulamento da Faculdade:

“A actividade docente dos professores auxiliares⁶⁵ exerce-se pela coadjuvação prestada aos professores catedráticos nos trabalhos da sua cadeira, *pela regência de cursos práticos sob a direcção dos respectivos professores catedráticos*, pela substituição accidental destes e pela regência de cadeiras ou cursos que lhes sejam confiados pelo conselho da respectiva faculdade, sobre proposta dos professores catedráticos do grupo.”⁶⁶

Por “direcção dos respectivos professores catedráticos” entendia Oliveira Guimarães a possibilidade de estes assistirem as aulas dos professores extraordinários. Já Magalhães Godinho argumentava que não havia qualquer referência explícita na legislação a essa possibilidade, considerando, na perspectiva moral, “vexatória” e “desprestigiante” para o professor extraordinário tal situação. Nem mesmo o art. 51º do Estatuto Universitário (decreto nº 18:717 de 27 de Julho de 1930), que nem constava nas novas cláusulas do contrato⁶⁷, e que considerava que “O Conselho Escolar, examinando os trabalhos do estagiário [refere-se aos professores auxiliares] e tendo em conta o relatório escrito, devidamente fundamentado, dos professores catedráticos do grupo respectivo, deliberará sobre a recondução”, teria em consideração tal possibilidade. Segundo Oliveira Guimarães, só seria possível elaborar um parecer fundamentado caso o professor catedrático do grupo pudesse observar directamente as aulas do professor extraordinário. Já Magalhães Godinho apontava outras alternativas para uma avaliação fundamentada: avaliação da investigação científica; sumários das lições; programas das cadeiras elaboradas pelo professor extraordinário; interrogatórios orais ao professor extraordinário; etc.

⁶³ José Joaquim de Oliveira Guimarães (1877-1960) formou-se em Coimbra, onde leccionou na Faculdade de Teologia e de Letras. Foi director da Faculdade de Letras de Lisboa entre 1940 e 1947, onde regia a cadeira de Pedagogia e Didáctica. Entre 1949 e 1953 foi procurador à Câmara Corporativa.

⁶⁴ Ver apêndice nº3.

⁶⁵ Os professores auxiliares passam à categoria de extraordinários em 1941, aplicando-se, por isso, este artigo ao caso de Magalhães Godinho. Cf. art. 2º do Decreto-lei nº 31: 658 de 21 de Novembro de 1941.

⁶⁶ “Decreto nº 20:860 [de 4 de Fevereiro de 1932]”, *op. cit.*, pp. 203-214. Itálico meu.

⁶⁷ “Ensino universitário”, *Seara Nova*, nº 864, 4 de Março de 1944, pp. 125-127. Ver também em apêndice o documento nº 2.

O contrato do professor extraordinário contratado era renovado anualmente, caso o parecer do professor catedrático do respectivo grupo fosse favorável e aprovado pelo Conselho Escolar. Tal sucedeu-se duas vezes no caso de Magalhães Godinho⁶⁸ e foi na segunda proposta de renovação que teriam sido introduzidas as novas cláusulas que dariam azo à polémica.

Já posteriormente, a explicação de Magalhães Godinho para o sucedido veicula novos dados⁶⁹. A sua “demissão” da Faculdade estaria associada à forma como então leccionou a temática de história da religião egípcia, considerando os dramas osíriacos tão verdadeiros como o “drama de Jesus na cruz”. Alguns alunos ter-se-ão queixado ao Patriarcado (então da responsabilidade do Cardeal Cerejeira) que, por sua vez, as transmitiu ao Ministério da Educação Nacional. Daí a cláusula contratual que previra a possibilidade de as suas aulas serem “vigiadas”. Refere ainda a curiosidade de a notícia da rescisão do seu contrato ter saído num jornal católico na manhã anterior à realização do Conselho Escolar que determinou tal medida. Magalhães Godinho acabaria por não aceitar a nova proposta de contrato caso se mantivesse a referida cláusula, o que determinou a retirada da proposta de renovação por parte do Director da Faculdade.

Não descurando a importância deste caso específico, reveste-se de especial importância inseri-lo num contexto mais amplo, atentando as próprias estruturas e mecanismos inerentes ao corpo docente e suas divisões hierárquicas. O seu caso não se apresentou como o único neste período na Faculdade de Letras de Lisboa. Tenha-se presente a polémica então gerada alguns meses antes entre o professor assistente António José Saraiva e o catedrático do grupo de filologia românica, Vitorino Nemésio⁷⁰. Embora seja igualmente um caso específico e bastante diferente do de Magalhães Godinho, ressalta em ambos uma aspiração comum: a reivindicação de uma autonomia da acção pedagógica na relação com os alunos na sala de aula. Como interpretar esta aspiração? Tenha-se presente que um professor assistente ou extraordinário não era então, regra geral, somente responsável pelas aulas práticas mas também pelas teóricas, facto que levaria Magalhães Godinho a questionar como se

⁶⁸ AHFLUL – “Acta da sessão de 14 de Dezembro de 1942” e “Acta da sessão de 20 de Dezembro de 1943”, *Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fls. 31 v. – 32 e fls. 54 e 54 v., respectivamente.

⁶⁹ *Do ofício e da cidadania ...*, pp. 47-48.

⁷⁰ Nemésio apresentou ao Conselho da Faculdade uma série de queixas sobre a conduta de A. J. Saraiva enquanto seu assistente. Posteriormente determinou-se que, até o apuramento do caso, A. J. Saraiva fosse suspenso das actividades. “Acta da sessão de 15 de Outubro de 1943”, *Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fls. 47-52 v.

deixava um professor reger as aulas teóricas, como era o seu caso, sem que previamente se tivesse uma total confiança nesse professor? A atribuição de aulas teóricas a professores destas categorias justificava-se pelo escasso número de professores na Faculdade de Letras de Lisboa, como já foi referido.

A existência e percepção destes problemas remontavam já, e talvez antes, aos inícios do Estado Novo. Exemplo disso é um artigo do professor da FLUL João da Silva Correia, publicado na *Revista da Faculdade de Letras*⁷¹. Silva Correia pugnava por uma reforma da Universidade de Lisboa, com o intuito de conferir aos seus professores e alunos um maior grau de especialização, criticando o ensino genérico que aí se ministrava. É neste sentido que se insere a sua crítica ao “regime de dispersão mental” a que então os docentes estavam destinados, obrigados a leccionar várias cadeiras devido ao reduzido quadro de docentes existentes e para possuírem uma remuneração mais elevada.

O caminho que traça passava necessariamente por uma especialização do corpo docente, o que implicava que só pudessem leccionar uma cadeira. Contudo, tal não significava que propusesse uma redução do trabalho dos professores mas uma maior dedicação à aula que ministravam, enfoque esse que haveria de se reflectir na qualidade da formação dos alunos. Citando o exemplo de professores como Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, David Lopes ou José Maria Rodrigues, referia que não bastava promover a especialização pela organização dos cursos mas também pela especialização dos mestres, que, como refere, “no actual estado de cousas, a especialização é um heroísmo”⁷².

Interessante é que para persuadir os seus leitores da importância das suas ideias, referia que a redução do número de cadeiras distribuídas por cada docente levaria a que existisse um maior interesse de “um certo número de valores afirmados” a leccionar nas universidades portuguesas, referindo para o efeito os nomes de António Sérgio, Fidelino de Figueiredo e Jaime Cortesão. Ao terminar o seu artigo, apelava para a sensibilidade das esferas governativas, muitas das quais compostas por antigos professores das universidades portuguesas, referindo particularmente o próprio Presidente do Conselho

⁷¹ João da Silva Correia (1891-1937), formado na Faculdade de Letras de Lisboa, foi professor catedrático de filologia românica nesta Faculdade, director da Faculdade a partir de 1933 e vice-reitor em 1937. Foi ainda chefe de gabinete do Ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães. Quanto ao artigo, data de 1933, embora só tenha sido publicado quatro anos depois. “A reforma da Universidade”, *Revista da Faculdade de Letras* [de Lisboa], 1ª série, tomo IV, n.ºs 1-2, Lisboa, 1937, pp. 253-258.

⁷² *Ibid.*, p. 254.

de Ministros, antigo professor da Universidade de Coimbra, Universidade que, segundo João da Silva Correia, já havia reportado às esferas governativas as suas queixas pelo estado do ensino superior em Portugal.

O caso de José António Ferreira de Almeida, então professor extraordinário contratado da secção de História, é significativo desta dispersão e prejuízo para a própria carreira docente. Mário Soares refere nas suas memórias que este professor “era uma espécie de pau para toda a colher, forçado a dispersar-se pelas várias cadeiras”⁷³. Manuel Heleno, dando em 1944 um parecer positivo para a renovação do contrato de Ferreira de Almeida ao Conselho da Faculdade, alertava, contudo, para o seguinte:

“Como, porém, a sua actividade científica é insuficiente (em quatro anos quase nada publicou) entendo que o Conselho Escolar, por intermédio do Ex.^{mo} Director, lhe deve chamar a atenção para isso e preveni-lo que não poderá ser novamente reconduzido sem que dê provas da sua capacidade de investigação.”⁷⁴

Também Magalhães Godinho se sentia prejudicado pelo excesso de trabalho, muitas das vezes da responsabilidade de outros professores, e pela pressão exercida pelos “srs. Catedráticos”. Uma carta que envia a Bento de Jesus Caraça em Junho de 1943, cerca de meio ano antes da sua saída da FLUL, é bem reveladora desse mal-estar que já então sentia:

“ainda há dias me sobrecarregaram com o trabalho de outros professores; o que dá em resultado ter serviço até mais tarde e mais absorvente. Por outro lado, a questão do Centro de Estudos Filológicos, ainda que ligada indirectamente à dos clubs de Matemática, trouxe uma campanha entre professores contra mim, e outras complicações ainda surgiram. A cada passo se me dirigem os srs. Catedráticos por causa dos meus trabalhos – por, no entender deles, não investigar, por seguir orientação errada, etc.”⁷⁵

Tornam-se, assim, evidentes as limitações que os professores destas categorias apresentavam caso quisessem progredir na carreira docente – o que pressupunha a realização de uma dissertação de doutoramento, para muitos impossível pela limitação de tempo – ou, simplesmente, conservar o lugar. A dependência relativamente aos

⁷³ Mário Soares, *op. cit.*, pp. 39-40.

⁷⁴ AHFLUL – “Acta da sessão de 9 de Março de 1944”, *Actas da sessão do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fls. 57 v.-58.

⁷⁵ Cit. por João Madeira, “Os novos remexedores da História”, in David Santos (coord.), *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, 2007, p. 314.

catedráticos de cada secção é também evidente, estando ao dispor destes, que compunham o Conselho da Faculdade, as suas permanências. Em 1942 o regime fortaleceu ainda mais este poder das estruturas superiores do ensino superior, ao permitir que aos novos assistentes contratados não fossem requeridas provas públicas, utilizando-se o sistema de convite⁷⁶. As decisões relativas à vida da Faculdade estavam totalmente dependentes do Conselho da Faculdade e do Ministério da Educação Nacional, tendo os professores extraordinários, assistentes, leitores, etc., um poder muito reduzido. Assim, a auto-reprodução, a “endogenia” institucional e a dependência das estruturas inferiores da docência encontravam-se fortemente enraizadas⁷⁷. Compreende-se, desta forma, uma certa aspiração de autonomia dos professores destas categorias em relação à própria estrutura da Faculdade.

Mas voltando novamente ao caso da saída de Magalhães Godinho, este enquadra-se numa época de relativa acalmia repressiva devido aos contornos da II Guerra Mundial e presumível vitória dos aliados⁷⁸. A primeira grande depuração política de docentes universitários durante o Estado Novo tinha-se dado em 1935, na sequência do decreto nº 25:317 de 13 de Maio, tendo sido demitidos, por decisão da Presidência do Conselho no dia seguinte, os professores Abel Salazar, Sílvio Lima, Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa, entre outros. A segunda grande depuração política deu-se em 1947, tendo sido demitidos onze professores catedráticos, dois extraordinários e oito assistentes, muitos dos quais da Universidade de Lisboa⁷⁹.

Pode-se considerar o caso de Magalhães Godinho um saneamento político? Ao contrário dos casos acima referidos, não houve nenhum despacho governamental que indique que tenha sido demitido ao abrigo do decreto nº 25:317⁸⁰. A própria decisão do

⁷⁶ “Decreto-lei nº 31:932 [20 de Março de 1942]”, *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa (publicada no ano de 1942)*, 1º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, pp. 179-180.

⁷⁷ Foram várias as queixas perante estes processos dentro da Universidade: A. H. de Oliveira Marques, A. J. Saraiva e V. Magalhães Godinho, *op. cit.*; A. H. de Oliveira, “A universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário (1950-1964)”, in *op. cit.*, p. 438. Relativamente à formação de processos que promoviam a “endogenia” institucional, ver a conferência dada por Aurélio Quintanilha em 1933 no jornal *O Século* (Cf. Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra*, Coimbra, 1999, p. 87) e Delfim Santos, *Linha geral da nova universidade*, Lisboa, 1934, p. 14. Cf. ainda João Paulo Avelãs Nunes, *op. cit.*, pp. 55 e 241-244.

⁷⁸ Luís Reis Torgal, *A universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra*, p. 177.

⁷⁹ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4ª ed., Lisboa, 2008, p. 784.

⁸⁰ Cf. Fernando Rosas e Cristina Sizifredo, *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo [1933-1974]*, [s.l.], [2011]. Na relação de depurações políticas que consta nesta publicação não é referido o caso de Magalhães Godinho em 1944, “ano em que rescindiu o seu contrato”. Indica-se apenas o seu saneamento político em 1962, aquando da Crise Académica, sendo então professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

Conselho Escolar de propor a renovação do seu contrato parece afastar essa hipótese. Essa proposta de renovação chegara a ser enviada ao director-geral do Ensino Superior e das Belas Artes, tendo-a aprovado⁸¹.

Ainda assim, pode-se colocar a hipótese, aventada por Magalhães Godinho, de ter havido pressão política para que as suas aulas passassem a ser vigiadas. Recorde-se que a supervisão das suas aulas só poderia ser feita pelo professor catedrático do respectivo grupo, no caso Manuel Heleno, que fora quem o convidara para leccionar na FLUL e que o próprio Magalhães Godinho refere que foi o único professor do Conselho Escolar que votou a seu favor⁸².

A recente publicação da correspondência entre Alfredo Pimenta e Oliveira Salazar veio trazer novos dados, não se podendo colocar de parte a hipótese sugerida por Magalhães Godinho. Numa carta ao presidente do Conselho, Alfredo Pimenta queixava-se de uma recensão crítica que Sílvio Lima fizera ao primeiro volume dos *Documentos sobre a Expansão portuguesa* (1943) de Magalhães Godinho. Para Alfredo Pimenta, este era “um livro cheio de veneno”, “doutrinariamente errado e pecaminoso” e o seu autor “escritor expoente do mais nefasto doutrinário”. Mas é a parte final dessa carta que mais importa neste ensejo: “Eu sou um escritor perigoso; *mas estes senhores pontificam nas cátedras universitárias, espalhando a semente mortífera*”⁸³. Que impacto tiveram estas críticas neste processo que conduziu à saída de Magalhães Godinho da Faculdade?

Já depois do 25 de Abril de 1974, em Agosto desse ano, a Comissão Executiva da Faculdade de Letras de Lisboa, com o apoio dos alunos e professores do curso de História, propôs ao Reitor da Universidade de Lisboa a reintegração de Magalhães Godinho como professor catedrático. Tinha-se em conta “o alto valor científico e os notáveis serviços prestados à investigação histórica” e pretendia-se, aludindo à sua saída em 1944, “proceder a uma justa reparação”⁸⁴.

⁸¹ Cf. Arquivo do Departamento de Gestão da Reitoria da Universidade de Lisboa, processo de Vitorino Magalhães Godinho.

⁸² *A expansão quatrocentista...*, 2008, p. 10.

⁸³ *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência 1931-1950*, prefácio de Manuel Braga da Cruz, [s.l.], 2008, pp. 186-187. Itálico meu. Ver ainda Joaquim Romero Magalhães, *Breve notícia do estabelecimento da história económica em Portugal 1860-2004/2005* [oração de sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo de 2009 na Universidade de Coimbra], separata de «Notas económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra», nº 30, Dezembro de 2009 [consultado em <http://notas-economicas.fe.uc.pt/texts/ne030n0201.pdf>].

⁸⁴ Processo de Vitorino Magalhães Godinho no Arquivo de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Embora desconhecendo as consequências desta proposta da Comissão Directiva

A controversa saída de Magalhães Godinho da Faculdade de Letras de Lisboa não se restringiu apenas à discordância atrás analisada. Logo após a sua saída, uma representação de protesto foi enviada ao Director da Faculdade assinada por 178 alunos⁸⁵. Magalhães Godinho refere que tal protesto foi o primeiro acto político de Mário Soares⁸⁶ e José-Augusto França estreava a sua assinatura de protesto⁸⁷. O elevado número de alunos que protestaram contra a sua saída não deixa de ser significativo das mudanças que então começavam a surgir entre as organizações estudantis, algumas fortemente politizadas num contexto de viragem nos rumos da II Guerra Mundial. Como os anos seguintes vieram mostrar, sobretudo o ano de 1947, muitos estudantes já não tinham receio em reivindicar mudanças na Universidade e no próprio regime.

Após a saída de Magalhães Godinho da FLUL, um grupo de seus antigos alunos organizou e financiou alguns cursos livres ministrados por si no Ateneu Comercial de Lisboa entre 1944 e 1945⁸⁸. Segundo Maria Lucília Estanco Louro, estes cursos eram frequentados por cerca de vinte pessoas, entre as quais se contavam Mário Soares, Joana Campina, Joel Serrão, Rui Grácio, Barradas de Carvalho, etc⁸⁹.

O primeiro curso livre foi sobre história medieval, abordando-se as questões da evolução urbana, comercial e industrial dos Países-Baixos e da Itália, sem esquecer a análise da “geografia medieval”. O segundo curso, ainda em 1944, foi dedicado à época moderna, contemplando o estudo da “revolução económica do século XVI”, da Reforma e suas relações com o capitalismo e o Renascimento, e ainda da primeira revolução inglesa do século XVII. Já o terceiro curso, realizado em 1945, teria como enfoque 1383-1385 e a regência de D. Pedro, tema, como se terá oportunidade de ver, caro a

da FLUL, a verdade é que por essa altura Magalhães Godinho era já ministro da Educação e Cultura no II Governo Provisório e no ano seguinte ingressaria na FSCH-UNL como professor catedrático.

⁸⁵ O abaixo-assinado encontra-se no processo individual de Magalhães Godinho do Arquivo de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, reproduzindo-se aqui, em apêndice, a primeira página. Entre os signatários encontram-se Maria de Lourdes Belchior Pontes, Fernando Bandeira Ferreira, Mário Soares, Jorge Borges de Macedo, Joaquim Barradas de Carvalho, Rui Grácio, Maria Madalena Gagigal e Silva, José Gentil da Silva, só para citar alguns dos que mais se destacaram na cultura portuguesa.

⁸⁶ *Do ofício e da cidadania...*, p. 49.

⁸⁷ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 52.

⁸⁸ Existem informações contraditórias sobre a duração e local destes cursos (cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado*, p. 47; Joaquim Barradas de Carvalho, *O obscurantismo salazarista*, Lisboa, [1974], p. 52). Optou-se por seguir os dados que constam na bibliografia feita por Fernando Tomaz (in *estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, p. 29), muito provavelmente revista e complementada por Magalhães Godinho.

⁸⁹ Depoimento de Maria Lucília Estanco Louro concedido em 4 de Agosto de 2011. Barradas de Carvalho refere ainda os nomes de José Gentil Pires da Silva, Borges de Macedo, Artur Gusmão, Maria Margarida Brandão e Fernando Piteira Santos. *O obscurantismo salazarista*, p. 52.

Magalhães Godinho⁹⁰. No ano seguinte, Joel Serrão viria reconhecer a importância que este último curso teve para a publicação da sua primeira obra histórica, que Magalhães Godinho lhe incitara a publicar⁹¹.

Esta solidariedade e interesse em continuarem a frequentar as suas aulas revelam o apreço tido por um número bastante considerável de estudantes pelo ainda jovem professor⁹². Aliás, muitos anos depois, vários dos seus antigos alunos reconheceram os seus méritos enquanto professor. Joel Serrão lembra-o, a par de Vieira de Almeida e Delfim Santos, como um dos professores com quem era realmente possível aprender alguma coisa⁹³. Joaquim Barradas de Carvalho destacou “a audácia de preparar aulas, de aparecer perante os alunos com uma bibliografia actualizada, tinha a extrema audácia de fazer pesquisa científica, de publicar os resultados dessas pesquisas e, *crime máximo*, teve a ideia de criar centros de estudos (históricos e filosóficos), onde em colaboração com os alunos procurava fazer pesquisa histórica ou filosófica”⁹⁴. Já Mário Soares refere que “dos professores que encontrei ao longo do curso, só um tinha estatura de verdadeiro professor universitário – o então assistente de História, Vitorino Magalhães Godinho”⁹⁵. E, à semelhança da perspectiva de Barradas de Carvalho, destacou a sua importância ao incentivar os alunos para prosseguirem os seus interesses e investigações:

“O professor Godinho era então um jovem [...] e embora ainda não tivesse a vasta obra de historiador que viria a realizar [...] era uma autoridade por todos acatada, impondo-se pela sua inteligência, pela sua seriedade, pelo seu invulgar saber e pela sua força de carácter. Na Faculdade de Letras (refiro-me à secção de Histórico-Filosóficas) era dos raríssimos professores que se interessavam a sério pelos alunos, não só ensinando-os, como incentivando vocações e compelindo-os a fazerem trabalho de investigação. Foi graças ao professor Magalhães Godinho que se nos tornaram familiares os novos métodos da historiografia postos em uso pela equipe dos *Annales* – Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e outros. Nesse sentido a sua acção foi

⁹⁰ As informações sobre o conteúdo dos cursos livres foram retiradas da referida bibliografia organizada por Fernando Tomaz, *op. cit.*, p. 29.

⁹¹ Joel Serrão, *O carácter social da revolução de 1383*, Lisboa, 1946, p. 57.

⁹² Magalhães Godinho tinha apenas 25 anos quando deixou de ser professor da FLUL, o que era uma excepção nos docentes que então leccionavam na secção de Histórica. Para além de Magalhães Godinho, os professores mais novos nesse ano eram: José António Ferreira de Almeida (31), Délio Nobre Santos (32), Virgínia Rau e Delfim Santos (37). Embora tal indicador não seja obviamente válido para qualquer explicação, indica, pelo menos, que existia uma certa aproximação vivencial e cultural com os seus estudantes, facto que não deve ser menosprezado.

⁹³ Joel Serrão, “Os anos 40. Condicionais gerais. Um testemunho. Uma aproximação”, in *Os anos 40 na arte portuguesa. A cultura nos anos 40. Colóquios*, vol. 6, [Lisboa], [1982], p. 14.

⁹⁴ *O obscurantismo salazarista*, p. 52.

⁹⁵ Mário Soares, *op. cit.*, p. 39.

extraordinariamente fecunda, influenciando toda uma plêiade de jovens investigadores, tais como: Jorge de Macedo, Barradas de Carvalho, António José Saraiva, José Gentil Pires da Silva, Julião de Azevedo, Joel Serrão e outros ainda”⁹⁶.

Historicização do ensino

Após a sua saída da Faculdade de Letras de Lisboa e o consequente descomprometimento com o sistema de ensino público, Magalhães Godinho tornou-se bastante crítico com a forma como era ensinada a história nas universidades. As suas críticas inseriam-se na reflexão em torno da necessidade de renovação da historiografia contemporânea, que passava pela historicização de todas as ciências humanas. Desta forma, ainda nos anos quarenta, iria defender que a história deveria aproximar-se da economia, da sociologia e da psicologia, não fazendo grande sentido continuar a ser leccionada nas faculdades de Letras⁹⁷.

Já em 1934, Delfim Santos, que viria a ser colega de Magalhães Godinho na FLUL, tinha defendido uma verdadeira revolução na organização universitária, defendendo um modelo humanista, de uma universidade “viva” e aberta aos problemas do presente. Sob o primado da filosofia, cuja faculdade deveria ser a “alma da Universidade”, Delfim Santos criticava a excessiva especialização e a falta de correlação com o “saber total”⁹⁸.

Neste sentido, não é de estranhar que no novo esboço esquemático da organização dos saberes apenas contemplasse três faculdades: Filosofia, Ciências e Letras. À semelhança do que viria a defender Magalhães Godinho, a Faculdade de Letras não deveria ter nenhum grupo de história, embora tal não significasse um menosprezo por este saber. Bem pelo contrário. No plano detalhado que fizera para a sua idealizada Faculdade de Filosofia, Delfim Santos incluía as cadeiras de História Geral da Filosofia (no 1º grupo – Filosofia), História da Cultura e História da Pedagogia (2º grupo – Pedagogia), História da Economia e História Política e Diplomática (3º grupo – Economia) e o grupo propriamente de História, composto por várias cadeiras desta natureza. Esta importância estava associada ao pressuposto de que “a história das

⁹⁶ *Ibidem*, p. 46.

⁹⁷ *A crise da história e as suas novas directrizes*, p. 177. Este será um combate que travará toda a sua vida, mesmo após o 25 de Abril. Embora tenha sido um dos fundadores da FCSH, considerava que o projecto tinha fracassado, acabando por se impor um modelo igual ao das faculdades de Letras. Cf. “A cultura como cidadania”, entrevista conduzida por Maria João Martins, *JL*, 18 Jun. – 1 Jul. 2008, p. 14.

⁹⁸ Delfim Santos, *Linha geral da nova universidade*, p. 26.

ciências, a epistemologia e metodologia especial de cada ciência deverão orientar o ensino na respectiva faculdade”⁹⁹.

Existiam algumas semelhanças nas críticas e ideias que Delfim Santos e Magalhães Godinho tinham sobre o ensino superior desta altura. Em 1947, notando a ausência de, entre outros, Aniceto Monteiro, Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa, Abel Salazar (estes três últimos saneados em 1935) nas universidades portuguesas, Magalhães Godinho apontava muitos dos problemas já denunciados por Delfim Santos:

“As faculdades vivem fossilizadas na *sebenta* e na rotina, dormindo à sombra da falta de fiscalização, incapazes de criarem ciência e de formarem gerações, comprazendo-se na adulação e na mediocridade sossegada, enquanto cá fora a humanidade segue novos rumos e as massas sãs vivem angústias e problemas fundamente humanos que a Universidade ignora.”¹⁰⁰

A renovação que Magalhães Godinho exigia passava por uma grande reforma curricular das cadeiras de história leccionadas nas universidades. Contudo, certas políticas do ministério da Educação Nacional iam no sentido oposto. Essa diferença levou-o a escrever um artigo na *Seara Nova*, em que criticava a supressão da história como disciplina obrigatória ao exame de admissão nas faculdades de Direito, em benefício do latim¹⁰¹. Defendia a importância da história, psicologia e sociologia para os estudos jurídicos e criticava o ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Matta, por promover o facilitismo no acesso ao ensino superior, chegando mesmo a propor a criação de um curso preparatório que, durante um ano, preparasse os alunos nas matérias acima referidas. Estas críticas deveriam ter sido mal recebidas no ministério da Educação uma vez que a continuação deste artigo veio a ser impedida pela Censura¹⁰².

A reforma curricular que Magalhães Godinho propunha contemplava a supressão de algumas cadeiras (a “inútil” História da Civilização), o reforço de outras (História de Arte e História de Portugal) e a criação de várias disciplinas, que, regra geral, reflectiam as novas perspectivas que privilegiava: Pré-história, História Económica e da Técnica, História da Ciência, História Económica de Portugal, Metodologia e Teoria da História, entre outras¹⁰³.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 29.

¹⁰⁰ *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)*, Lisboa, 1947, pp. 13-14.

¹⁰¹ “A reorganização dos estudos de Direito”, *Seara Nova*, nº 944, 15 Set. 1945, pp. 37-40.

¹⁰² Fernando Tomaz, “Bibliografia do prof. Vitorino Magalhães Godinho”, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰³ *A crise da história...*, p. 178.

As reformas que defendia não se limitavam ao ensino superior. Também os ensinamentos básico e preparatório eram tidos em conta, embora segundo diferentes preocupações pedagógicas:

“As aulas deviam ser feitas com projecções de fotografias ou desenhos de cada época ou de reconstituições muito sóbrias do viver transacto. O professor despertaria o espírito de comparação com o que vissem no presente, nos campos e nas oficinas, e leria trechos coevos, quando os houvesse, descrevendo o mercador ou o mesteiral, uma feira ou um castelo de um senhor. O aluno teria à sua disposição vários álbuns profusamente ilustrados, e ensaiaria fabricar os instrumentos ou maquinismos que viu pertencer ao passado. Não queremos com isto dizer, pelo contrário, que se ponham de parte outros temas e métodos de ensino: a partir dos 12 anos a biografia interessa vivamente os garotos e dá-lhes uma noção de vida concreta e um modelo moral; mas convém que, ao lado de M.^{me} Curie, Pestalozzi, Pasteur, Camões, Fernão de Magalhães, etc. etc., se veja com clareza o que é anónimo, o que é colectivo.”¹⁰⁴

Estas ideias pedagógicas afiguram-se bastante interessantes porque remetem-nos para uma vivificação da história, para uma pedagogia histórica que apelava mais aos sentidos e à realidade presente, pelo menos numa fase inicial da aprendizagem. E quanto à biografia como modelo moral, ideia que voltará a repetir em alguns trabalhos, não se deve confundir com uma história movida unicamente por acções individuais que, aliás, rejeitava. É curioso notar que, indirectamente, criticava um ensino demasiado rígido e de fundamento erudito que afastaria o interesse dos jovens pela história. Essa era, aliás, no final do século XIX, já as ideias de Cecília Schmidt-Branco, que, no mesmo sentido da vivificação da história no ensino, apelava para uma “história animada, plástica, cheia de personagem vivas, que pensem, falem, gesticulem, obrem, se agitem, perante os olhos fascinados do neófito, em uma corrente viva e rápida, consoante com o pulsar juvenil do seu coração”¹⁰⁵.

Tanto para o ensino básico e preparatório como para o universitário, era evidente em Magalhães Godinho uma preocupação pedagógica determinante: que o ensino da história não se cristalizasse nem se afastasse do viver concreto, dos problemas e anseios das outras ciências e das sociedades humanas do presente.

¹⁰⁴ “Palavras preliminares. A técnica, a economia e a organização social na cultura e na marcha da humanidade”, in Gustavo Glotz, *História económica da Grécia desde o período homérico até à conquista romana*, tradução, notas e prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, [1946]. Este texto já fora publicado com o título “A história económica no ensino e na cultura” n.º *O Acelista. Órgão do Ateneu Comercial de Lisboa*, n.º 1, Jul. 1945, pp. 6-7 e 12.

¹⁰⁵ Citado por Luís Reis Torgal, “Ensino da história e ideologia”, in Maria Cândida Proença (coord.), *Um século de ensino da história*, Lisboa, 2001, p. 27.

A investigação científica no sistema universitário

No significativo ensaio *A crise da história e as suas novas directrizes*, Magalhães Godinho alertava para a necessidade de se criarem condições de investigação nas universidades, tanto para os docentes como para os alunos. Era, na sua opinião, necessário aumentar as aulas práticas e o contacto dos alunos com as fontes, estimulando-lhes a capacidade interpretativa. E seria igualmente necessária a criação de seminários e dissertações de licenciatura com utilidade para a ciência e investigação¹⁰⁶. Já os modelos de doutoramento e recrutamento de docentes deveriam desencorajar o enciclopedismo e dispersão, valorizando a criação de investigação original e útil ao progresso científico. Magalhães Godinho inscrevia-se, assim, numa linhagem que remontava já aos finais do século XIX e que valorizava o perfil de “professor cientista” em detrimento do “professor expositor”. Refiram-se a este propósito docentes como Ricardo Jorge, Sobral Cid, Celestino da Costa, Orlando Ribeiro, entre outros¹⁰⁷. Importa por outro lado, ver como, na perspectiva institucional e da política educacional, era compreendida a ligação entre o ensino e a investigação histórica.

O debate sobre quais seriam as atribuições de uma faculdade de Letras remonta em Portugal a meados do século XIX, com a criação do Curso Superior de Letras. Na reforma legislativa das faculdades de Letras de 1930, era notória uma certa preocupação com o problema da investigação no ensino superior. Reconhecia-se a necessidade de o professor universitário se concentrar mais na investigação e especialização na sua actividade:

“Não se trata em rigor de uma reforma, cuja necessidade aliás se reconhece, particularmente no sentido de promover que o professor de ensino superior possa dar-se a uma maior concentração de estudos e a uma especialização mais efectiva dos seus trabalhos, não tendo de curar senão do ensino e da ciência.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ *A crise da história...*, p. 178.

¹⁰⁷ Sobre este tema ver Sérgio Campos Matos, “A elite universitária de Lisboa” in Jorge Ramos do Ó e Sérgio Campos Matos (coords.), *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX* (no prelo).

¹⁰⁸ “Decreto nº 18:003 [de 25 de Fevereiro de 1930]”, *Colecção oficial de legislação portuguesa*, 1º semestre, Lisboa, 1935, p. 284.

Contudo, este problema estaria longe de ser resolvido nesta década e seguintes. Como vimos, a dispersão do docente, obrigado a leccionar várias cadeiras, em serviço de exames ou em tarefas burocráticas, era uma realidade, que os professores repetidamente criticaram.

Para além das universidades, existiam ainda outras instituições como o Instituto para a Alta Cultura, criado em 1936 e que substituíra a Junta de Educação Nacional (JEN), cuja missão era incentivar a investigação científica e sua publicação, bem como atribuir bolsas de estudos em centros de investigação estrangeiros.

Apesar destes mecanismos institucionais que permitiam e incentivavam a publicação dos trabalhos dos investigadores, entre os quais os professores universitários, que importa aqui considerar, convém ter presente a natureza destas instituições e suas ligações ao Estado Novo. Este detinha um considerável controlo sobre estas instituições, integrando-as e formatando-as no sentido de contribuírem para o plano ideológico que o regime defendia e dinamizava. Caso paradigmático deste controlo foi o encerramento da Imprensa da Universidade de Coimbra em 1934. Dirigida por Joaquim de Carvalho, professor de ideais republicanos que chegara a corresponder-se com Magalhães Godinho em 1943¹⁰⁹, a Imprensa da Universidade era punida pela publicação de textos que não iam ao encontro dos ideais do regime¹¹⁰.

Embora, regra geral, as publicações universitárias estivessem isentas da atenção da Censura, seriam então as próprias que se autocensuravam, fazendo uma triagem dos artigos a publicar¹¹¹. Tal parece ter sido o caso de um artigo que Magalhães Godinho enviou para publicação na *Revista da Faculdade de Letras* e que teria “desaparecido”¹¹². Seria posteriormente publicado em opúsculo com o título *Dúvidas e problemas à cerca de algumas teses de história da Expansão* (1943). Este trabalho criticava a tese cruzadista de Joaquim Bensaúde e apresentava uma visão alternativa do papel desempenhado pelo infante D. Henrique na história dos Descobrimentos e Expansão.

Situação semelhante parece ter ocorrido com o IAC, presidido a partir de 1942 por Gustavo Cordeiro Ramos. Precisamente nesse ano, Magalhães Godinho apresentou um trabalho ao Centro de Estudos Históricos desse instituto, que deveria sair nas suas

¹⁰⁹ “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, revista citada, pp. 370-371.

¹¹⁰ Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, pp. 90-91.

¹¹¹ João Paulo Avelãs Nunes, *op. cit.*, pp. 38-39.

¹¹² *Do ofício e da cidadania...*, p. 44; *Dúvidas e problemas à cerca de algumas teses da história da expansão*, [s.l.], 1943, p. 1.

publicações, como o próprio refere na altura¹¹³. O trabalho acabou por não ser publicado pelo IAC – apesar das diligências feitas por Orlando Ribeiro – mais uma vez por suposto “desaparecimento”¹¹⁴. Tratava-se de *A Expansão quatrocentista portuguesa*, que seria posteriormente editada por uma pequena editora.

Já no início dos anos sessenta, mais uma vez, é-lhe recusada outra publicação. A Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, presidida por Caeiro da Matta, recusou-lhe a publicação de uma obra que lhe havia sido encomendada. Esse trabalho teria sido “orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas”¹¹⁵. A obra seria posteriormente publicada pela Sá da Costa com o título *A economia dos Descobrimentos henriquinos* (1962).

Desta forma, não é de estranhar as dificuldades que Magalhães Godinho teve em editar as suas investigações nas instituições públicas ligadas à investigação. O carácter polémico de alguns dos seus textos e a defesa de teses que divergiam das dominantes dificultavam-lhe a tarefa de obtenção de apoios estatais às suas investigações.

Três anos após a sua saída da FLUL, Magalhães Godinho, com o auxílio de Pierre Hourcade, emigrou para França, onde foi recebido por Lucien Febvre e Fernand Braudel. Tornar-se-ia, então, investigador no Centre National de la Recherche Scientifique, que também recebeu outros investigadores portugueses durante o Estado Novo, casos de Manuel Valadares (investigador e professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, demitido em 1947), Vasco Magalhães-Vilhena, António José Saraiva, entre outros¹¹⁶.

A ida de Magalhães Godinho para Paris ocorreu numa conjuntura favorável ao desenvolvimento das investigações históricas. Em 1939 tinha sido criado o CNRS e em 1947 a VI secção da École Pratique des Hautes Études, por pressão de Charles Morazé, que alargaria a influência da história nesta instituição (já presente na IV e V secção). Magalhães Godinho chegaria a tempo de assistir ao seu nascimento¹¹⁷. A “nova história” seria privilegiada nesta nova VI secção, dando-se primazia à história

¹¹³ *Dúvidas e problemas...*, p. 28.

¹¹⁴ *Do ofício e da cidadania...*, p. 43; *A expansão quatrocentista...*, 2008, pp. 9-10.

¹¹⁵ *A expansão quatrocentista...*, 2008, pp. 9-20.

¹¹⁶ Posteriormente, Magalhães Godinho revelaria que tinha havido quem tentasse em Portugal que a sua bolsa do CNRS não fosse mantida, algo que teria sido repudiado por Fernand Braudel. Cf. *Do ofício e da cidadania...*, p. 63.

¹¹⁷ Cf. Magalhães Godinho, “Rumos do Mundo: em torno das colecções de história universal” (1963), *Ensaio*, vol. III, Lisboa, 1971, p. 153.

económica e social e à interdisciplinaridade com a economia, sociologia, antropologia, etc¹¹⁸.

Magalhães Godinho encontrava em Paris um ambiente mais propício para desenvolver as suas investigações científicas. Não só devido às diferenças políticas mas também pelo interesse por uma história mais atenta aos fenómenos socioeconómicos e sensível à interdisciplinaridade, perspectiva até então pouco desenvolvida no panorama historiográfico português.

¹¹⁸ Emmanuelle Picard, “Enseignement supérieur et recherche”, in C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia e N. Offenstadt (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, [s.l.], 2010, pp. 140-152.

Capítulo II

A historiografia dos Descobrimentos e Expansão: o lugar de Magalhães Godinho

O percurso de Magalhães Godinho na investigação científica ficou desde os seus primórdios associado à história. Contudo, não se podem olvidar – até porque com a história relacionados – os seus trabalhos em filosofia, sobretudo sobre teoria do conhecimento e lógica, que marcaram o seu itinerário na década de quarenta. Nota-se em muitos destes trabalhos a tentativa de valorizar a dimensão evolutiva e histórica da razão¹¹⁹. O seu trajecto inicial é marcado por uma certa hesitação entre o caminho da história e o da filosofia. Chegou mesmo a publicar alguns trabalhos filosóficos como a sua tese de licenciatura *Razão e história* (1940), os *Esboços sobre alguns problemas de lógica* (1943) ou ainda a tradução de duas obras nos últimos anos do curso¹²⁰. Para além

¹¹⁹ Sobre as suas investigações nesta área ver: José Manuel Curado, “Lógica em Portugal no século XX”, in Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português*, vol. V, tomo 2, Lisboa, 2000, pp. 339-345; Augusto J. S. Fitas, Marcial A. E. Rodrigues e Maria de Fátima Nunes, “As influências do positivismo lógico ou da Escola de Viena em Portugal nas décadas de 30 e 40”, in Pedro Calafate (dir.), *op. cit.*, vol. V, tomo 2, pp. 467-470.

¹²⁰ William Henry Werkmeister, *Sete teses de positivismo lógico examinadas criticamente*, Lisboa, 1939 e Federigo Enriques, *O significado da história do pensamento científico*, Lisboa, [1940]. A tradução da primeira foi sugerida por António Sérgio que então polemizava com Abel Salazar sobre as ideias neopositivistas. Magalhães Godinho, na senda de Sérgio, também criticou as ideias da Escola de Viena nos seus trabalhos filosóficos. Sobre este assunto ver os estudos citados na nota anterior.

da natureza dos seus interesses, esta hesitação estava relacionada com a orientação dada aos cursos de história nas faculdades de Letras, por essa altura agregados à filosofia¹²¹.

Como vimos, a opção pela história foi determinada pelo convite de Manuel Heleno para leccionar no grupo de História da Faculdade de Letras de Lisboa. É neste contexto que manifesta interesse sobre vários períodos históricos, inclusive sobre a pré-história, patente em várias páginas de *A crise da história e as suas novas directrizes* (1946). Este último ensaio é, aliás, significativo desta multiplicidade de interesses; recorre com alguma frequência a exemplos de história de arte, de história da técnica ou de história económica, de diferentes épocas, que vão desde a pré-história até à Revolução Francesa, para fundamentar os seus pontos de vista. Esta perspetivação abrangente da história foi uma das principais características da sua historiografia, à qual aliou um apetrechamento conceptual e teórico, adquiridos sobretudo em França nos anos cinquenta, que lhe permitiu abordar alguns dos problemas estruturais relativos a Portugal e aos seus impérios¹²².

Apesar da multiplicidade de interesses no domínio da história, era notória já na década de quarenta a sua predilecção pela história dos Descobrimentos e Expansão. A opção que fez por esta temática não era necessariamente a recusa de uma história temática e cronologicamente ampla. A presença portuguesa além-mar durante cinco séculos imprimira marcas indeléveis na estruturação económica, social, cultural e mental do país.

Neste sentido, a história dos Descobrimentos e Expansão foi um domínio privilegiado para o entendimento dos problemas fundamentais da nação e para uma interpretação global do passado e presente do país, tanto por parte de historiadores como de ensaístas. O tema da presença portuguesa noutros continentes e as suas

¹²¹ A hesitação entre a história e a filosofia não ocorreu apenas com Magalhães Godinho. Joel Serrão apresentou em 1946 uma tese de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa intitulada *Ensaio sobre a unidade do real objecto*. Nesse mesmo ano, publicou a primeira de várias obras historiográficas.

¹²² O conceito de “complexo histórico-geográfico” é talvez o exemplo mais significativo da preparação teórica e conceptual que desenvolveu em França, apesar de este processo se ter iniciado ainda nos anos quarenta em Portugal. Este conceito é utilizado já em meados dos anos cinquenta para refutar a ideia de ciclo aplicada ao comércio imperial português por Lúcio de Azevedo (Cf. Magalhães Godinho, *A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas*, [s.l.], 1955, separata da «Revista de História», n.ºs 21 e 22). Contudo, já nos anos quarenta, sem aplicar este conceito, referia: “A divisão em regiões não é uma constante da história, mas algo de variável consoante circunstâncias políticas, nível técnico, estrutura económica, etc. A ideia de região deve relativizar-se, tornar-se histórico-antropogeográfica.” *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, 1946, p. 28. Veja-se ainda a entrada “complexo histórico-geográfico”, in Joel Serrão (dir), *Dicionário de história de Portugal*, vol. I, [s.l.], [1963], pp. 644-649, em que teoriza e exemplifica através da sumária análise do período entre a Idade Média e o século XVII a validade deste conceito para identificar as mudanças estruturais da economia e sociedade portuguesas em articulação com outros espaços e economias.

consequências internas suscitou especial interesse em intelectuais que entendiam o estudo do passado como forma de melhor compreender o Portugal do seu tempo, rejeitando esse estudo como forma de perpetuação do passado, assumindo mesmo um sentido prospectivo. Antero de Quental nas suas *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871) fornece um exemplo mas para o século XX os trabalhos de António Sérgio são modelares desta concepção. Se a história era uma forma de melhor compreender o presente e moldar o futuro, na história dos Descobrimentos estaria certamente a inteligibilidade de Portugal e dos portugueses. Magalhães Godinho e outros, embora criticando em muitos aspectos a obra historiográfica de Sérgio, foram influenciados por esta visão. Talvez aí esteja um dos mais fortes motivos para a predilecção de Magalhães Godinho pela Expansão portuguesa ao longo da sua vida, embora se deva também ter presente a sua preferência por uma história que privilegiava os aspectos económicos, mentais e geográficos numa perspectiva universalista que teria no estudo desta temática uma maior correspondência. Pode-se ainda colocar a hipótese de que o desenvolvimento do seu interesse pela história da Expansão portuguesa estar associado ao seu intuito de renovar a historiografia portuguesa e combater as leituras nacionalistas que tinham nesta temática um importante baluarte legitimador.

Nos anos quarenta do século XX a historiografia dos Descobrimentos e Expansão era largamente dominada por interpretações de matizes nacionalistas, que ainda são evidentes nas décadas seguintes. Contudo, tal não era uma novidade do Estado Novo, embora este tenha aproveitado o passado imperial na implementação da sua ideologia e política coloniais. O surgimento e desenvolvimento da historiografia da Expansão na época contemporânea estiveram associados às diferentes vicissitudes que impulsionaram o desenvolvimento de um nacionalismo ligado ao império colonial.

Cem anos antes de Magalhães Godinho começar a dedicar-se a esta temática, o Visconde de Santarém iniciou o seu vigoroso contributo para a historiografia dos Descobrimentos. Em 1841, ano em que também edita a *Crónica da Guiné* de Zurara, fez publicar a *Memória sobre a prioridade dos Descobrimentos portugueses na costa da África Ocidental*. Como o título deixa antever, o objectivo era salientar o pioneirismo descobridor e científico dos portugueses na exploração da costa africana, que então era posto em causa por académicos franceses. Este trabalho conhece rápida tradução para francês no ano seguinte, o que demonstra a intenção do Estado português em dar a conhecer no estrangeiro as investigações do Visconde de Santarém. Inicia-se assim um

percurso estrutural na historiografia dos Descobrimentos e Expansão portuguesa, que ainda vigorou no século XX: a necessidade de fundamentar historicamente a presença dos portugueses além-mar para justificar as suas possessões e os seus programas coloniais face às potências coloniais europeias¹²³.

Após este período inicial em que foram dadas a conhecer algumas fontes fundamentais e se iniciou o seu respectivo estudo crítico, a historiografia dos Descobrimentos só veio a receber novo impulso nas últimas décadas do século XIX. A este hiato não foi alheia a influência de uma corrente de pensamento que via nas descobertas as raízes da decadência nacional, desviando os interesses historiográficos para outras épocas, nomeadamente para o período da formação nacional. Alexandre Herculano foi a figura cimeira desta corrente de pensamento na historiografia, influenciando muitos dos seus seguidores¹²⁴.

O *ultimatum* inglês (1890), despertando o sentimento nacional e anti-britânico, fez regressar de forma decisiva a atenção dos discursos sobre o passado para a época da Expansão e doravante nacionalismo e império serão indissociáveis. Afirma-se a ideia da “vocação colonial” do povo português e o passado descobridor dos portugueses tende a definir-se como gerador de consenso nacional e arma diplomática na cena internacional. Como refere Yves Léonard, evidenciando a distância que existia entre os países industrializados com interesses coloniais e Portugal, “quando as outras potências europeias descobrem África, Portugal redescobre os seus descobrimentos”¹²⁵.

O final do século XIX assiste à construção do exército português de “sentinelas de pedra”, expressão que Saint-Exupéry utilizou na descrição da sua visita de 1940 a Lisboa, quando aí se realizava a Exposição do Mundo Português. As comemorações centenárias, destinadas a um vasto público e com algumas repercussões no estrangeiro (veja-se o caso do IV centenário do descobrimento da América – 1892), foram um dos meios privilegiados para a construção de uma memória de cariz nacionalista e heróica dos feitos portugueses além-mar. A eficácia deste tipo de discurso sobre o passado imperial fez com que se viesse a utilizá-lo de forma sistemática ao longo do século XX.

¹²³ Cf. Sérgio Campos Matos, “A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX”, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, 2008, pp. 52-53.

¹²⁴ V. Magalhães Godinho, “Duarte Leite – balanço de uma obra”, *Ensaio*, vol. III, Lisboa, 1971, p. 296; Sérgio Campos Matos, “A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX”, *op. cit.*, p. 60.

¹²⁵ Yves Léonard, “I – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (directão), *História da expansão portuguesa*, vol. 4 (“Do Brasil para África (1808-1930)”), [s.l.], [2000], pp. 526.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, Portugal viu-se forçado a nela participar, em grande medida para preservar as suas possessões ultramarinas. O constante perigo de perda de territórios portugueses em África reforçava-se, alimentando o discurso nacionalista na historiografia dos Descobrimentos portugueses. Alguns anos antes do início da Grande Guerra, Joaquim Bensaúde publicou em Berna *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes* (1912), filiando a náutica por alturas no ambiente árabe-judaico da Península Ibérica, em oposição às teses de Humboldt e seus seguidores que a filiavam em Regiomontanus. À semelhança do que aconteceu com o referido trabalho do Visconde de Santarém, as publicações de Bensaúde foram patrocinadas pelo Estado português numa altura de alguma tensão colonial e num regime recém-instaurado. Este historiador, que viveu na Alemanha durante vários anos, sentiu em primeira mão as “espoliações” que académicos alemães faziam à “ciência náutica” peninsular e foi um dos nomes cimeiros das correntes nacionalistas na historiografia dos Descobrimentos durante a I República e Estado Novo.

Durante a I República assistiu-se à formação de diferentes correntes culturais que irão contribuir para o campo historiográfico. Destacam-se, do lado do tradicionalismo monárquico, o Integralismo Lusitano que, embora privilegiasse como momento áureo do passado o período anterior às descobertas, concorreu para a consolidação dos discursos nacionalistas na historiografia e para o ambiente polémico que marcou todo o período até à consolidação do Estado Novo. Alguns autores de formação integralista, como Manuel Múrias ou João Ameal, irão aderir ao Salazarismo, contribuindo no campo historiográfico para divulgar a ideologia colonial do regime.

Do lado demoliberal de cariz universalista, em clara oposição aos ideais integralistas, destacou-se o grupo da Seara Nova, do qual se evidenciou na polémica historiográfica António Sérgio. O autor dos *Ensaio*s pretendia valorizar o cariz cosmopolita e universalista da formação e expansão de Portugal e foi um dos principais críticos dos nacionalismos historiográficos. Do seu contributo para a historiografia da Expansão destaca-se o ensaio sobre a conquista de Ceuta (1920), chamando a atenção para as causas económicas e papel da burguesia na expansão marroquina. Algumas das ideias de Sérgio foram seguidas por Jaime Cortesão, dando este último, porém, um contributo muito mais significativo para a historiografia dos Descobrimentos. Também outros historiadores como Veiga Simões e Duarte Leite afastaram-se, de diversos

modos, dos discursos nacionalistas, o primeiro privilegiando mais as perspectivas económica e social no amplo espectro europeu, o segundo mais interessado na crítica das fontes e em combater a lenda henriquina, que nos anos trinta e quarenta adquiriu importante destaque nas polémicas historiográficas.

Mesmo antes da institucionalização do Estado Novo, com a promulgação do Acto Colonial (1930), Oliveira Salazar mostrava que o Império viria a ser preponderante na consolidação do futuro regime. Mesmo optando por uma estratégia mais centralizadora (em termos políticos e económicos), o Estado Novo adoptava e adaptava o discurso nacionalista dos decénios anteriores – centrado na finalidade e vocação histórica de povo colonizador, que vicejava desde o final do século XIX –, gerando assim um consenso alargado mesmo nos meios oposicionistas republicanos¹²⁶. Em paralelo, desenvolveu-se um importante esforço de propaganda da ideologia colonial, na qual o discurso em relação ao passado viria a ser primordial. Instituições como a Agência-Geral das Colónias e o SPN desempenharam um importante papel na divulgação da história da presença portuguesa no mundo. Destaca-se a organização das exposições coloniais em Portugal (Porto, 1934) e no estrangeiro (Paris, 1931 e Nápoles, 1934), as comemorações centenárias como o duplo Centenário da Fundação e Restauração (1940) e o centenário da descoberta da Guiné (1946) e ainda o apoio no lançamento de revistas e colecções coloniais¹²⁷. Por exemplo, em Janeiro de 1934 foi criada a revista *O Mundo Português* pelo SPN e Agência-Geral das Colónias e dois anos antes, em 1932, foi reorganizado o *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, criado em 1925.

Os trabalhos publicados pela Agência-Geral das Colónias tinham ampla difusão, mesmo no meio universitário. Em Julho de 1940, depois de sugerir a criação de um número especial do *Boletim* devido à comemoração do duplo centenário da Fundação e Restauração, Manuel Heleno propõe ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa o envio de agradecimentos ao ministro das Colónias e à Agência-Geral das Colónias pela oferta de alguns trabalhos publicados por esta instituição. Indicava ainda que pedira o envio de algumas colecções de tais trabalhos “para serem distribuídos pelos alunos distintos da cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização

¹²⁶ Yves Léonard, “II – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (direcção), *op. cit.*, vol. 4 (“Do Brasil para África (1808-1930)”), [s.l.], [2000], pp. 538.

¹²⁷ Em relação às colecções coloniais ver Filipe Nunes de Carvalho, “Historiografia e propaganda colonialista do Estado Novo: a colecção «Pelo Império» (1935-1961)”, *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, n.º 11-12, Jan.-Dez. 1996, pp. 91-102.

Portuguesa”. Já em Fevereiro do ano seguinte é acusada a recepção de várias obras relacionadas com as comemorações do ano anterior¹²⁸.

Foi neste contexto que Magalhães Godinho iniciou as suas investigações em história da Expansão. Em consonância com a sua concepção de história, foi ainda nesta década um forte crítico das interpretações nacionalistas na historiografia dos Descobrimentos, filiando-se numa corrente de autores que produziram à margem das instituições culturais ligadas ao regime, casos dos já citados António Sérgio, Duarte Leite, Jaime Cortesão ou Veiga Simões, todos opositores mais ou menos abertos ao Estado Novo. Como se terá oportunidade de evidenciar, a história da Expansão foi uma das temáticas historiográficas em que o choque entre diferentes concepções ideológicas e políticas foi mais evidente.

A historiografia dos Descobrimentos e Expansão não se resumia, contudo, a esta dialéctica de historiadores do regime e da oposição, mesmo entre os historiadores já citados. Há que destacar também o contributo de historiadores com outras ligações institucionais e que privilegiavam temas específicos¹²⁹. São os casos dos historiadores da Igreja e das actividades missionárias, eclesiásticos, tendencialmente condicionados por uma leitura acrítica das fontes arquivísticas eclesiásticas e que institucionalmente se inscreveram nas próprias formações eclesiásticas mas colaborando também em instituições estatais como a Agência Geral das Colónias ou o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Ou ainda os historiadores interessados sobretudo na história da ciência (cartografia e condições de navegação), igualmente centrados nas investigações arquivísticas, destacando-se sobretudo os oficiais da Marinha (Gago Coutinho, Fontoura da Costa ou, mais tarde, Teixeira da Mota) e os historiadores com ligações às universidades (Luciano Pereira da Silva, Armando Cortesão, Teixeira da Mota e Luís de Albuquerque). Ao contrário do que aconteceu com os historiadores do primeiro grupo, a atenção dada à história da ciência e à metodologia científica permitiu-lhes estabelecer pontes com outras sensibilidades historiográficas.

Esta tentativa de delinear as diferentes configurações da historiografia dos Descobrimentos e Expansão acarreta alguns riscos. Pode-se, por exemplo, falar de uma

¹²⁸ AHFLUL, *Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fl. 10-11 e 14v.

¹²⁹ Seguirei as distinções e definições feitas por Ramada Curto em “O atraso historiográfico português”, in Charles Boxer, *Opera minora*, introdução, edição e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, 2002, pp. XV- XXV.

historiografia universitária dos Descobrimentos? O próprio caso de Magalhães Godinho, sobretudo na década de quarenta, não se afigura fácil de caracterizar. Embora enquadrado institucionalmente no ensino superior entre 1942 e 1944, foi evidente, como vimos no capítulo anterior, o seu distanciamento crítico em relação à historiografia universitária. A dificuldade em inseri-lo numa determinada corrente de investigação não resultará do intuito renovador que pretendeu trazer para a historiografia dos Descobrimentos, acabando por estar na origem de um novo grupo, mais atento aos fenómenos socio-económicos e com os fundamentos dos *Annales* como referência? Não constituíram Godinho e os seus antigos alunos como Barradas de Carvalho, José Gentil da Silva ou Bandeira Ferreira um novo núcleo emergente na historiografia dos Descobrimentos nos anos quarenta?

As limitações deste tipo de abordagem metodológica já haviam sido reconhecidas por Diogo Ramada Curto¹³⁰. No entanto, considero que tem a sua pertinência se for considerada de forma dinâmica e maleável. Com isto quer-se dizer que é necessário identificar diferentes sensibilidades dentro de cada um destes grupos, ter em atenção os historiadores que estabeleceram o contacto entre eles, quer no sentido da aproximação quer no da diferenciação, e não excluir historiadores que, embora sejam dificilmente “enquadráveis”, desempenharam um papel decisivo na historiografia dos Descobrimentos e Expansão.

Apesar da escassez de estudos sobre a historiografia dos Descobrimentos e Expansão, sobretudo no período que aqui interessa analisar, procurar-se-á neste capítulo ter em conta estas diferentes sensibilidades historiográficas e a forma como Magalhães Godinho com elas interagiu. Procurar-se-á igualmente identificar e caracterizar quais as temáticas que privilegiou, as diferentes formas de intervenção e de como os seus trabalhos reflectem as suas reflexões sobre as directrizes da historiografia contemporânea. Por último, pretende-se evidenciar quais os principais contributos de Magalhães Godinho para a historiografia dos Descobrimentos nesta década e em que medida continuou ou superou as ideias e investigações das suas principais influências.

Edição e crítica das fontes

A edição de fontes foi um dos mais importantes contributos de Magalhães Godinho para a historiografia da Expansão nos anos quarenta. Essa importância

¹³⁰ *Ibidem*, pp. XXIII-XXIV.

resultou, antes de mais, da interligação que se verificou entre a edição, o seu método de ensino, a investigação e a sua concepção de história.

Como se viu no capítulo anterior, responsável por leccionar as aulas práticas da cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, era natural que desse uma maior atenção à leitura e interpretação de fontes. Este método heurístico utilizado por Magalhães Godinho nas suas aulas teve um prosseguimento quando editou o primeiro volume dos *Documentos sobre a Expansão portuguesa* (1943), destinado a um público mais vasto. É mantido o carácter didáctico com as anotações, actualização da ortografia e com uma introdução que elenca os vários tipos de fontes disponíveis para a história dos Descobrimentos e Expansão. A ligação existente entre a edição deste conjunto de documentos e as aulas que então leccionava é evidente. A esmagadora maioria dos documentos analisados nas aulas práticas foram incluídos neste primeiro volume dos *Documentos*¹³¹.

Também por esta altura publicou dois pequenos artigos relativos à história dos Descobrimentos na *Revista da Faculdade de Letras*¹³². Procurava, pela citação de trechos de “geografia económica” de várias fontes, comprovar a existência de causas económicas na Expansão portuguesa do século XV, distanciando-se, por exemplo, da tese de David Lopes – também ele professor da FLUL em 1942, ano da sua morte.

A edição e divulgação de fontes nos seus trabalhos foram acompanhadas por reiteradas chamadas de atenção para o estado da edição de fontes em Portugal. Os progressos da historiografia dos Descobrimentos e Expansão dependiam do “inventário completo das fontes quer em arquivos nacionais quer em arquivos estrangeiros, e publicação sistemática e integral de fontes”¹³³. Já a propósito de uma recensão crítica que fizera a uma obra de Duarte Leite, chamava a atenção para o “desleixo” que imperava na erudição portuguesa: colectâneas documentais esgotadas ou incompletas, falta de rigor no trabalho de edição, ausência de obra de conjunto sobre as fontes e

¹³¹ Ver Manuel Morbey Rodrigues (compilação), *História dos Descobrimentos e da colonização portuguesas (aulas práticas) segundo as lições proferidas pelo Exm^o. Senhor Doutor Vitorino Godinho 1942-43* [exemplar dactilografado, sem data]; *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. I, Lisboa, [1943]. Não foi encontrada qualquer informação relativa ao autor do primeiro trabalho citado. A sebenta segue com bastante segurança a ordenação cronológica e os temas que constam nas fichas de sumários. No mesmo exemplar, consultado na Biblioteca Central da Marinha, consta também a sebenta feita a partir das aulas teóricas de História dos Descobrimentos, leccionadas por Manuel Heleno.

¹³² “Acêrca de alguns passos do «Esmeraldo»”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, pp. 133-137; “Notas de história da Expansão”, *rev. cit.*, tomo IX, 2ª série, nº1, 1943, pp. 263-269.

¹³³ *Dúvidas e problemas àcêrca de algumas teses da história da expansão*, [s.l.], 1943, p. 31.

estudos de história dos Descobrimentos e ausência de trabalhos críticos sobre algumas das principais relações e crónicas¹³⁴.

No primeiro contacto que tivera com Fernand Braudel – uma carta que lhe endereçou, por intermediação de Lucien Febvre, em Maio de 1946 –, Magalhães Godinho chamava a atenção para a necessidade de se criar em Paris um “Centre d’Études et de Documentation Portugaises”, que deveria ter como missão reunir todas as principais fontes publicadas sobre a história de Portugal bem como obras de historiadores portugueses e testemunhos da actividade da cultura portuguesa no século XX¹³⁵. Propunha que numa fase inicial esse centro pudesse ser anexado ao Institut des Hautes Études Brésiliennes do Musée de l’Homme. Esta necessidade advinha sobretudo do pouco conhecimento que os historiadores franceses tinham sobre a história de Portugal (sobretudo da expansão marítima dos séculos XV e XVI).

A crítica ao estado da edição de fontes em Portugal foi também feita por outros historiadores da Expansão por esta altura. É o caso de Charles Ralph Boxer que no início da década de cinquenta escreveu dois artigos sobre a historiografia portuguesa dos Descobrimentos e Expansão¹³⁶. Com uma análise mais detalhada e geograficamente mais ampla, partilhava o sentido de muitas das críticas feitas por Magalhães Godinho. Ambos apontavam a necessidade de se catalogarem e seleccionarem os conjuntos documentais mais relevantes para serem editados, num trabalho coordenado, chamando especialmente à atenção para aqueles que poderiam trazer novos dados para a história administrativa e económica do Império português. Tal como Magalhães Godinho, Boxer achava de todo o interesse a publicação de uma compilação da bibliografia de trabalhos relativos a história colonial portuguesa¹³⁷.

A importância do olhar erudito de Magalhães Godinho sobre a história dos Descobrimentos deve, no entanto, ser circunscrita e relativizada. Na sua opinião, os documentos históricos, só por si, nada diziam e tinham que ser interpelados pelo esforço

¹³⁴ “Duarte Leite, Àcerca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, n.ºs 1 e 2, 1942, p. 183.

¹³⁵ *Do ofício e da cidadania: combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, 1989, pp. 115-116.

¹³⁶ “Some considerations on portuguese colonial historiography” (1953), *Opera minora*, edição, introdução e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, 2002, pp. 3-16; “Some notes on portuguese historiography 1930-1950” (1954), *op. cit.*, vol. III, pp. 17-27.

¹³⁷ Apesar de reconhecer o prejuízo que a censura trazia para a investigação histórica em Portugal, Charles Boxer elogiava o Estado Novo pelo apoio financeiro dado para a publicação de estudos históricos sobre a expansão. Talvez exagerasse quando referia que todos os principais trabalhos nesta área entre 1940 e 1953, directa ou indirectamente, receberam o apoio do governo. Cf. “Portuguese historiography, 1930-1950”, *op. cit.*, pp. 24-26.

problematizador e questionador do investigador¹³⁸. Mais importante que o trabalho de edição de fontes inéditas eram as novas interpretações que se poderiam fazer de fontes já por todos conhecidas:

“é curioso que entre nós se aprecia altamente aquele que encontra um documento novo ou o publica pela primeira vez, e não se liga importância àquêle que encontrou alguma coisa de novo num documento já conhecido, que o utiliza como nunca fôra utilizado anteriormente, que o interpreta de maneira que ninguém tinha vislumbrado: prova de que se ignora, afinal, em que consiste a história.”¹³⁹.

Esta ideia foi bem entendida por Sílvio Lima numa recensão que fez a duas obras de Magalhães Godinho. Continuando o raciocínio aí incompleto de Magalhães Godinho, Sílvio Lima salientava a importância do “documento bruto” na eterna renovação da história, “aberta a *tôdas* as interpretações, revisões e novidades”¹⁴⁰. Já um dos pressupostos que Magalhães Godinho tinha enunciado para a renovação da historiografia era a capacidade de esta se adaptar à “função social da história no presente”¹⁴¹. A história era, afinal, sempre uma ciência do presente no sentido em que tinha de procurar responder aos anseios e problemas da sociedade em que o historiador se inseria. Contudo, deveria fazê-lo respeitando a metodologia científica, o rigor, a verdade e a objectividade. O “documento bruto” desempenhava nesta ideia de renovação o seu papel fundamental, tal qual chama eterna a que os historiadores regressam para interpretar o passado e o seu presente.

Estes problemas não se reduziam apenas ao domínio da teoria da história e tinha implicações nas próprias investigações de Magalhães Godinho. No seu entender, no “nosso tempo, fruto da Revolução industrial e da Revolução francesa do século XVIII, a história deve corresponder às preocupações das grandes massas e não apenas ao deleite de uma aristocracia ou à exaltação de reis e grandes dignitários”¹⁴². É neste sentido que,

¹³⁸ “Em perspectiva de conjunto, os conhecimentos escalonam-se em planos: erudição, síntese histórica, história relacionada e comparada, sociologia e psicologia, filosofia da história. [...] A erudição desempenha em história o mesmo papel que a observação nas ciências: é um ponto de partida, porque sugere os problemas iniciais, é um ponto de apoio, porque confirma ou infirma as hipóteses, mas nada mais.” *A crise da história...*, p.176.

¹³⁹ *Dúvidas e problemas...*, p. 4.

¹⁴⁰ “Recensões críticas. Filosofia, história e pedagogia”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XIX, 1943, p. 509.

¹⁴¹ “A historiografia contemporânea. Orientações e problemas”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, n^{os} 1 e 2, 1942, p. 78.

¹⁴² *Ibid.*, p. 78.

na senda dos precursores dos Annales como Marc Bloch e Lucien Febvre, Magalhães Godinho inicia a sua procura pelo “homem real”, “o homem total, em carne e ôsso”¹⁴³. Essa procura levou-o a dar uma maior atenção aos fenómenos de repercussão universal. O “homem real” a que se referia estaria mais visível numa perspectiva económica, social ou técnica da história do que propriamente numa leitura acrítica das crónicas realizadas para exaltação dos feitos do grande senhor ou do rei. As preocupações do historiador do presente não eram as mesmas do que um cronista do século XV. Daí que a interpretação e crítica das fontes fossem muito mais importantes do que edição e descoberta daquelas que até aí eram inéditas. Mais do que a revelação de novos documentos, destaca-se em Magalhães Godinho o esforço de crítica e interpretação, mesmo quando se integram no trabalho de edição.

A importância da edição dos dois primeiros volumes dos *Documentos sobre a Expansão portuguesa* (1943 e 1945) reside precisamente aí. Os documentos publicados (excertos de crónicas e relações, cartas régias, etc.) eram acompanhados pelos comentários e notas de Magalhães Godinho. A própria escolha dos documentos não era arbitrária, seleccionando documentos que salientassem a importância das causas económicas e sociais na expansão africana do século XV, relativizassem o papel do infante D. Henrique (salientando, em contrapartida, o papel do infante D. Pedro nas políticas expansionistas), destacassem o papel dos particulares no processo de Expansão¹⁴⁴, etc. Para além de obra de edição, os *Documentos* são já obra historiográfica pela ordenação, escolha e interpretação que fez das fontes.

A edição do primeiro volume dos *Documentos* não passou despercebida no meio cultural da época. Duarte Leite, uma reconhecida autoridade no trabalho erudito e de crítica documental relativa à história dos Descobrimentos, publicou uma revisão desta obra na *Seara Nova*. Já uns meses antes, Magalhães Godinho tinha feito o mesmo em relação a uma obra sua, referindo em conclusão que era necessária a “publicação de uma colectânea dos trabalhos dispersos de Duarte Leite”¹⁴⁵, algo que o próprio Godinho viria a realizar já no final dos anos cinquenta e inícios de sessenta. O autor de *Os falsos precursores de Álvares Cabral* era uma referência cívica e historiográfica para

¹⁴³ *Ibid.*, p. 81. A procura do real, muitas das vezes contra uma história mitificada ou contra uma sobrevalorização das representações antropológicas, foi uma constante no pensamento de Magalhães Godinho sobre a história.

¹⁴⁴ Fernando Bandeira Ferreira viria a prosseguir esta linha de investigação no opúsculo *As viagens de descobrimento de iniciativa particular no tempo de D. Henrique*, Lisboa, Cadernos da Seara Nova, 1946.

¹⁴⁵ “Duarte Leite, Àcerca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941”, *rev. cit.*, p. 186.

Magalhães Godinho e ambos partilhavam muitas ideias sobre a história dos Descobrimentos. Não surpreende, assim, que a crítica de Duarte Leite tenha sido positiva, embora pautada por questões sobretudo eruditas e de pormenor, como era seu timbre:

“Os textos, escolhidos com âcerto, são acompanhados por judiciosas notas, que revelam erudição, clarividência e escrúpulo nas interpretações e deduções, qualidades pouco freqüentes nos que entre nós se ocupam de assuntos históricos.”¹⁴⁶.

Duarte Leite também não deixava de elogiar a crítica feita por Magalhães Godinho à “lenda henriquina”. Foram ambos os historiadores mais representativos desta corrente ao longo da década de quarenta, como se terá oportunidade de ver.

Também a já referida recensão de Sílvio Lima pautou-se por um rasgado elogio à edição dos *Documentos*. À semelhança do que já foi dito, Sílvio Lima destacava o cariz interpretativo e explicativo dos seus trabalhos em oposição aos “vícios” do “arquivismo historiográfico”:

“Vitorino Godinho soube desde cedo libertar-se dos vícios nacionais do eruditismo, do arqueologismo, do paleografismo, do filogismo e do arquivismo historiográfico; para êle a história não é a pura acumulação desconexa de textos documentais, mas *explicação*, construção racional interpretativa, *problemática* aberta e sangrando em carne viva. O papel do historiador começa verdadeiramente na ordenação relacionadora e no encadeamento inteligível dos factos, na tecelagem hipotética das causas e efeitos, na criação das correlações, na pesquisa das razões e das leis.”¹⁴⁷

Existiam, apesar da diferença de idades, certas afinidades intelectuais e políticas entre estes dois professores universitários, chegando mesmo a trocarem correspondência ainda nesta década¹⁴⁸. Ambos tiveram experiências negativas na docência universitária e no caso de Sílvio Lima, demitido em 1935 por razões políticas, só viria a ser readmitido em 1942.

Estas afinidades não deixaram de ser notadas por Alfredo Pimenta, conhecido integralista que dedicou parte da sua actividade cultural à escrita da história. Ao ler os

¹⁴⁶ “Documentos sobre a expansão portuguesa por Vitorino Magalhães Godinho”, *Seara Nova*, nº 852, 1943, p. 259.

¹⁴⁷ “Recensões críticas. Filosofia, história e pedagogia”, *rev. cit.*, p. 509.

¹⁴⁸ “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, p. 394.

elogios de Sílvio Lima às obras de Magalhães Godinho, não deixou de reportar as suas queixas ao próprio presidente do Conselho, Oliveira Salazar:

“[...] recebi há dias o último número da *Biblos*, a revista da Faculdade de Letras de Coimbra. Chamo a atenção de V.^a Ex.^a para o artigo da pág. 509, da autoria de Sílvio Lima, sobre um tal Vitorino Magalhães Godinho, escritor-exponente do mais nefasto doutrinário. É este professor da Faculdade de Letras de Lisboa, e tem um livro cheio de veneno – Documentos sobre a expansão portuguesa, cientificamente nulo, doutrinariamente errado e pecaminoso. Pois este Sílvio Lima exalta-o tanto, que se está a ver a camaradagem ideológica dos dois famosos pioneiros do materialismo histórico.

Eu sou um escritor perigoso; mas estes senhores pontificam nas cátedras universitárias, espalhando a semente mortífera.”¹⁴⁹.

A crítica de Alfredo Pimenta era dirigida sobretudo às características já atrás sumariamente descritas dos *Documentos*. Como já foi notado, estava em causa a própria mediação ideológica da história, que a publicação de fontes pretendia por freio, colocando o leitor em contacto directo com os textos¹⁵⁰. Já na introdução ao primeiro volume dos *Documentos*, Magalhães Godinho indicava que o principal objectivo da edição era pôr os leitores em contacto directo com os documentos do passado, dando-lhes a liberdade de optar entre diferentes interpretações¹⁵¹. Indirectamente, Magalhães Godinho punha sobretudo em causa uma historiografia de divulgação, que, sem o recurso à prova documental, pretendia disseminar e legitimar a concepção histórico-ideológica de teor nacionalista do Estado Novo em relação ao império colonial. Anos depois, Charles Boxer, aludindo à proliferação de estudos sobre figuras como o infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque em detrimento da publicação de colecções documentais, referia: “Less national catechism and more genuine history should be the motto of the research worker in this field.”¹⁵².

O trabalho de publicação de fontes por Magalhães Godinho nesta década enquadra-se na sua concepção universalista (e crítica do nacionalismo) da história. A

¹⁴⁹ Salazar e Alfredo Pimenta. *Correspondência 1931-1950*, prefácio de Manuel Braga da Cruz, [s.l.], 2008, pp. 186-187. A carta não se encontra datada. Foi consultado o exemplar dos *Documentos sobre a expansão portuguesa* que pertenceu ao espólio Alfredo Pimenta, depositado na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Não foram, contudo, encontradas quaisquer presumíveis notas de Alfredo Pimenta que permitiriam aprofundar o conteúdo das suas críticas.

¹⁵⁰ David Justino, “Primeiro e último combate: a História e as Ciências Sociais”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 1059, 4 a 17 de Maio, p. 28.

¹⁵¹ *Documentos...*, vol. I, p. 7.

¹⁵² “Some considerations on portuguese colonial historiography”, *op. cit.*, pp. 3-4.

publicação de fontes era indispensável para que todos pudessem inferir a validade das interpretações feitas e que a história não resultasse de um processo arbitrário em que todas as interpretações eram possíveis. Como referiu, “o carácter universal da verificabilidade é imprescindível em ciência”¹⁵³. Por outro lado, a importância das fontes históricas resultava ainda da sua concepção científica de história que – ao invés de concepções metafísicas que procurariam aprioristicamente definir um sistema de explicação global – partia dos princípios da crítica e da experimentação para apreender a complexa realidade e para validar ou refutar hipóteses.

Causas e rumos da expansão portuguesa no século XV

A importância do conhecimento dos documentos só faria sentido se, ao mesmo tempo, fosse complementado por um esforço simultâneo de construção teórica e problematizadora¹⁵⁴. Para além da edição de fontes, a obra de Magalhães Godinho referente à história da Expansão nesta década ficou marcada pela vertente ensaística, que combinava erudição (apresentação de provas), intuito de divulgação e levantamento de hipóteses e problemas a aprofundar.

Esta vertente da obra de Magalhães Godinho é anterior à publicação dos *Documentos* e à docência na Faculdade de Letras de Lisboa, o que demonstra que o seu interesse pela história da Expansão é anterior à leccionação da cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa. Ainda em 1940, publicou um pequeno ensaio na *Revista do Porto* intitulado “Os Descobrimentos e a evolução da economia mundial”¹⁵⁵.

Este artigo foi alguns anos mais tarde inserido na íntegra e apenas com algumas alterações na *Expansão quatrocentista portuguesa* (1944), obra que condensava todos os anteriores trabalhos de Magalhães Godinho sobre a história da Expansão e síntese mais expressiva das ideias que formulou sobre esta temática nesta década. A

¹⁵³ *Dúvidas e problemas...*, p. 4.

¹⁵⁴ Francisco Bethencourt, “Présentation”, in *Le Portugal et le Monde. Lectures de l’oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa-Paris, 2005, p. IX.

¹⁵⁵ “Os descobrimentos e a evolução da economia mundial”, *Revista do Porto*, n.ºs 2, 3 e 4, Novembro-Dezembro 1940. Dirigida por Carlos Bastos, esta revista teve uma vida efémera, publicando apenas quatro números entre Outubro e Dezembro de 1940. Contava, no entanto, com a colaboração de importantes figuras da cultura portuguesa como António Sérgio, Magalhães-Vilhena, Delfim Santos, Fernando Lopes Graça, Castelo Branco Chaves, Abel Salazar, entre outros. Em carta a Fernand Braudel de 8 de Março de 1946, refere que este ensaio derivava de outro que escrevera em 1938. Cf. *Do ofício e da cidadania...*, p. 113.

importância desta obra seria reconhecida pelo próprio Magalhães Godinho ao reeditá-la, ampliada e com bastantes alterações, em 1962, com o título *A economia dos Descobrimentos henriquinos*, que, como se referiu em capítulo anterior, deveria ter sido integrada numa colecção no âmbito das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique. Em 2008 seria novamente editada, com novas alterações, regressando ao título original.

A *Expansão quatrocentista portuguesa* é marcada pela tentativa de compreender as causas da Expansão portuguesa à luz das mudanças económicas, sociais e mentais que marcaram a Europa nos séculos XIV e XV e as repercussões que estas tiveram em Portugal. Esta abordagem vinha sendo privilegiada por alguns historiadores mais atentos aos progressos e directrizes de uma nova historiografia europeia, sobretudo francesa, que procurava uma maior aproximação com outras ciências sociais como a sociologia, economia e geografia. Tal é o caso de Alberto Veiga Simões, que na década de trinta iniciou a publicação dos seus estudos históricos. Diplomata destacado para a Europa no início dos anos vinte, passando por Berlim, Bruxelas, Praga, Viena, Budapeste e Paris (a partir de 1940), era um leitor atento das mais recentes tendências historiográficas e um confesso admirador dos trabalhos de Henri Pirenne.

Esta perspectiva seguida de perto por Magalhães Godinho era acompanhada pela refutação da teoria que via a Expansão portuguesa dos inícios do século XV como uma resposta ao avanço turco sobre o território europeu. Este avanço turco teria perturbado o comércio que se fazia entre o oriente e ocidente, com a consequente inflação dos preços dos produtos importados. A Expansão portuguesa assumia-se, desta forma, como uma cruzada, que pretendia atacar pelo flanco os turcos e salvar a Cristandade da sua ameaça.

As propostas de Magalhães Godinho para as causas da Expansão portuguesa passavam pela redefinição espaço-temporal da explicação. Seria “manifestamente absurdo” assentar as causas da Expansão num plano henriquino que pretendia salvar a Cristandade pela circum-navegação de África. Não tinha sido documentado em Portugal nenhuma inquietação perante o imperialismo turco durante o século XV e, mais importante, os projectos de expansão marítima eram anteriores à ameaça turca. Assim, não era possível ver as causas da Expansão através da definição de dois blocos antagónicos, a Cristandade e o Islão, perspectiva que deveria ser relativizada pelos

inúmeros exemplos de colaboração política e económica entre reinos destes dois blocos¹⁵⁶.

A explicação de Magalhães Godinho para o expansionismo europeu passava pelas mudanças económicas e sociais que se vinham verificando na Europa. A intensificação das relações comerciais entre várias cidades europeias tinha despoletado um sistema concorrencial que tinha como um dos pontos cruciais o Oriente, lugar das especiarias e produtos de luxo. Assim, a Expansão portuguesa deveria ser interpretada à luz do sistema concorrencial que se desenvolvia e que progressivamente punha em causa o monopólio do comércio oriental detido pelo consórcio muçulmano e veneziano. A ligação que existiu desde o início entre os empreendimentos portugueses e genoveses estava, por um lado, associada às lutas económicas das repúblicas italianas e, por outro, aos problemas comerciais da Europa¹⁵⁷. Deve salientar-se, assim, que ao rejeitar uma tese estritamente conjuntural (o expansionismo turco), Magalhães Godinho vai sobretudo privilegiar as mudanças estruturais que se verificavam na Europa, nomeadamente a formação do capitalismo comercial¹⁵⁸.

As causas do expansionismo português inseriam-se neste quadro sumariamente descrito. Contudo, existiam igualmente condições especificamente nacionais que haviam determinado o processo expansionista. Essas condições estavam essencialmente relacionadas com os interesses determinados pela nobreza e pela burguesia. Como se terá oportunidade de salientar, o papel dos principais dirigentes no processo expansionista foi interpretado à luz destes interesses que determinarão as principais directrizes da Expansão.

Na linha das interpretações de Veiga Simões e António Sérgio, Magalhães Godinho salientava as condições destas duas classes na explicação da Expansão portuguesa. A nobreza via na expansão a oportunidade de aumento dos seus senhorios (terras para os filhos segundos), o acrescentamento da sua honra, a oportunidade de uma riqueza fácil através do corso, sobretudo numa altura em que atravessava uma grave crise financeira, fruto da depreciação monetária e da crescente influência da riqueza mobiliária. Por seu lado, a burguesia via na expansão uma oportunidade de aceder a importantes rotas comerciais e matérias-primas, conferindo-lhes um papel importante no

¹⁵⁶ *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 1944, p 38-39.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 45 e 101.

¹⁵⁸ Em todo este processo deve-se ainda mencionar a importância da questão do ouro, drenado constantemente para Oriente. A expansão europeia para África prende-se a este problema do acesso aos mercados deste metal precioso.

comércio que ligava o mercado do norte da Europa ao Mediterrâneo. Os interesses económicos da burguesia e os interesses político-financeiros da nobreza determinariam as duas grandes directrizes expansionistas: a expansão marítima comercial e a expansão territorial guerreira, a primeira interessada na expansão ao longo da costa africana, a segunda privilegiando a presença portuguesa no norte de África.

A universalidade da história e as sociedades africanas

A Expansão quatrocentista portuguesa foi o ponto culminante das investigações que Magalhães Godinho desenvolveu sobre a história da Expansão até meados da década de quarenta. Se até aí a sua interpretação privilegiava os aspectos económicos, sociais e mentais da Expansão portuguesa integrada no contexto europeu e mediterrânico, doravante é notória uma mudança de perspectiva. Embora, como se viu, *A Expansão quatrocentista portuguesa* fosse retomada posteriormente, nos últimos anos que passou em Portugal na década de quarenta Magalhães Godinho empreendeu um plano de investigação que privilegiava o estudo das sociedades africanas com as quais os portugueses tinham entrado em contacto. Pretendia, por um lado, estudar as condições económicas e sociais dessas sociedades, constituídas independentemente da presença e influência das sociedades cristãs e, por outro, compreender as mútuas influências que surgiram após a chegada dos portugueses a Marrocos e litoral atlântico africano.

Embora este interesse se manifeste de forma persistente nessa altura, ele decorre da sua concepção universalista de história, formulada anteriormente. Esta concepção universalista não é apenas visível no papel que confere às fontes históricas e à dimensão espaço-temporal, evidente no seu interesse pelas grandes colecções de história universal, que abarcavam todas as grandes civilizações dos tempos mais remotos à época contemporânea¹⁵⁹. Também a preponderância que atribui aos factores económicos deve ser vista como uma manifestação desta concepção¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Magalhães Godinho foi o coordenador das colecções «A Marcha da Humanidade», editada pela Cosmos a partir de 1945 e que contou com 14 volumes, e da «Rumos do Mundo» (12 vols. 1963-85), também editada pela Cosmos e que seguia a «Destins du Monde», iniciada por Lucien Febvre e prosseguida por Braudel. Estas duas colecções são significativas desta perspectiva universalista.

¹⁶⁰ “... os fenómenos económicos são universais e a sua universalidade confere-lhes atrativo para quem quer que os estude. [...] a economia exerce influência sobre todos os aspectos da vida humana (em parte precisamente devido à sua universalidade).” *A crise da história...*, 1946, p. 63. Contudo, mais à frente

No caso que nos interessa, o seu interesse pelo estudo das sociedades africanas deriva também da concepção universalista da razão, isto é, da necessidade da história apresentar uma explicação que seja verosímil a todas as sociedades e não apenas naquela em que a investigação é feita:

“A história é um sistema de conhecimentos universalmente válidos, como a ciência; [...] a história é a mesma e não pode ser diferente para alemães e chineses, bramanes e protestantes, conservadores e liberais. A história não dependente da nação, da religião, da política, da raça, do meio.”¹⁶¹

Tratava-se de um horizonte de expectativa ideal, que não deixava espaço para a historicidade da própria historiografia. Não que Magalhães Godinho não reconhecesse, como já referia Croce, que toda a história é história contemporânea e que a sua escrita é condicionada pelo tempo e espaço em que o historiador vive¹⁶². Deveria, ainda assim, ser um objectivo a que o historiador deveria tender (embora condicionado pelo seu tempo) e, acima de tudo, inseria-se na crítica às tendências nacionalistas da historiografia, no caso à *Cruzada do infante D. Henrique* de Joaquim Bensaúde.

O plano de investigação que Magalhães Godinho formulou para estudar estas sociedades encontra-se sobretudo na correspondência que em 1946 troca com Lucien Febvre e Fernand Braudel¹⁶³. Após a polémica saída da Faculdade de Letras de Lisboa em inícios de 1944, Magalhães Godinho requereu ao Conselho Escolar dessa Faculdade, em Junho desse ano, que fossem organizados e publicados os programas para prestar provas de doutoramento, pedido que seria reiterado um ano depois¹⁶⁴. Isso mesmo é confirmado por Magalhães Godinho em carta de 20 de Janeiro de 1946 a Lucien Febvre. Pedindo desculpa pela impertinência de entrar em contacto com um L. Febvre que ainda não conhecia, elogiando os seus trabalhos e reconhecendo a sua filiação espiritual na “escola” dos Annales, Magalhães Godinho pretendia que o autor de *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle* – obra que Magalhães Godinho conhece logo em 1943¹⁶⁵ -

alertava: “A universal influência do económico só grosseiramente pode confundir-se com o monismo económico da história.” (p. 73).

¹⁶¹ *Dúvidas e problemas...*, p. 2.

¹⁶² Vejam-se os seus vários trabalhos sobre história da historiografia, muitos deles reunidos nos *Ensaio*s, vol. III, Lisboa, 1971.

¹⁶³ *Do ofício e da cidadania...*, pp.107-119.

¹⁶⁴ Os requerimentos encontram-se no seu processo do Arquivo de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁶⁵ *Dúvidas e problemas...*, p. 7.

lhe avaliasse o interesse e fecundidade do seu projecto. Este consistia, tal como o descreve, em determinar o estado da economia de Marrocos e do Saara durante o século XV e inícios do XVI, procurando caracterizar a “geografia económica” dessas regiões, incluindo as Canárias.

A perfeita integração de Magalhães Godinho no espírito dos *Annales*¹⁶⁶ facilitou a pronta resposta de Lucien Febvre. Em carta de 25 de Fevereiro, disponibilizava desde logo o contacto de Fernand Braudel, que seria a pessoa indicada para dar sugestões sobre o seu projecto. Não deixa, contudo, de notar que seria mais interessante que o seu objecto de estudo abrangesse também o golfo da Guiné, as sociedades negras e toda a questão do comércio do ouro.

A carta de Fernand Braudel de 6 de Maio corroborava a ideia de Febvre sobre a necessidade de ampliar o seu objecto de estudo. O autor de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, cujo prefácio à primeira edição desta obra foi escrito neste mês, não deixa de reconhecer o reconforto que a carta de Magalhães Godinho lhe trouxera na “*dure époque actuelle*” de uma França pós-guerra e disponibilizava-se a recebê-lo em Paris para que realizasse as suas investigações. Braudel achava que o seu objecto de estudo se simplificava em alargar-se, devendo abranger o período que vai de meados do século XIII até meados do século XVII e, geograficamente, até ao golfo da Guiné. As futuras investigações de Magalhães Godinho sobre a Expansão nos anos cinquenta e sessenta não deixarão de reflectir esta abertura espacial e temporal aqui incentivada Braudel¹⁶⁷.

A realização do plano de Magalhães Godinho para estudar a história económica e social das sociedades africanas atrás referidas começa a surgir em 1947 com a publicação da *História económica e social da Expansão portuguesa*. A indicação na capa de que se tratava do primeiro tomo deixa antever a prossecução deste trabalho¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Como haveria de reconhecer, o contacto com as obras de Lucien Febvre e com a revista *Annales* era feito na Biblioteca Nacional e eram obras que ninguém consultava. Cf. “Vitorino Magalhães Godinho, a última batalha”, entrevista conduzida por Alberto da Costa e Silva e Tiago dos Reis Miranda, [consult. em 16 de Novembro de 2011], disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/vitorino-magalhaes-godinho>. Foi a última entrevista que concedeu, pouco antes da sua morte.

¹⁶⁷ Os anos cinquenta irão marcar uma mudança de cariz metodológico nos *Annales*, então já sob liderança de Braudel. A “*longue durée*” e a história serial foram privilegiadas, na senda dos trabalhos de E. Labrousse. Cf. Peter Schöttler, “*Annales*”, in C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia e N. Offenstadt (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, [s.l.], 2010, p. 38.

¹⁶⁸ Segundo o seu currículo, seria prosseguido em “A economia das Canárias nos séculos XIV e XV”, *Revista de história*, nº 10, São Paulo, 1952, pp. 311-348, “Fontes quatrocentistas para a geografia e economia do Sáara e Guiné”, *Revista de história*, nº 13, São Paulo, 1953, pp. 47-65 e em *O Mediterrâneo saariano e as caravanas do ouro – séculos XI-XVI*, São Paulo, [s.n.], 1956.

Este tomo é consagrado ao estudo de Marrocos e opta pela perspectiva descritiva da “geografia económica” da região, fazendo acompanhar o texto de algumas gravuras, fotografias e mapas, estes últimos de grande pormenor e utilidade para a compreensão da obra¹⁶⁹. A introdução retoma e amplia a ideia universalista de história que já foi referida:

“impõe-se banir o europocentrismo que tem dominado a construção histórica, para que seja possível a autêntica história universal. O estudo de Marrocos, Canárias, Sáara, Guiné, Angola, Índia, China, etc., importa pelo conhecimento de estruturas diferentes da europeia e de linhas de transformação também diversas; tais aspectos têm de se comparar e relacionar com os europeus, para esclarecimento mútuo. [...] É imperiosa a necessidade de criar, com valor autónomo, o estudo económico e sociológico da evolução dessas regiões.”¹⁷⁰

Esta obra não passou despercebida a alguns historiadores. É o caso de Maurice Lombard, reconhecido historiador do islão medieval que daria uma grande importância aos factores geográficos na sua obra. Talvez por isso, em carta a Magalhães Godinho de 13 de Maio de 1948, tenha feito vários elogios a esta obra, destacando sobretudo a aliança entre a história e a geografia, a qualidade dos mapas e o apelo a uma história comparada¹⁷¹.

Também Charles Boxer, tanto pessoalmente¹⁷² como publicamente, manifestou conhecimento desta obra. Publicamente fê-lo nas análises à historiografia portuguesa na década de cinquenta, reconhecendo, tal como Magalhães Godinho, a necessidade da historiografia colonial se afastar da visão eurocêntrica¹⁷³.

Crítica contundente a esta obra viria de Flausino Torres, que a fez publicar na *Revista de Economia*¹⁷⁴. A revisão crítica de Flausino Torres pretendia sobretudo destacar a ausência, na perspectiva social, das sociedades marroquinas neste estudo, dando-se primazia apenas aos aspectos geográficos e económicos. Assim, e só para dar

¹⁶⁹ Segundo Joaquim Romero de Magalhães, a originalidade do trabalho assentava na utilização de fontes locais e também no esboço de uma cartografia económica que pela primeira vez era feita numa publicação portuguesa. “Charles Ralph Boxer et Vitorino Magalhães Godinho: une polémique qui n’aura pas lieu”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L, Lisboa – Paris, 2005, p. 15.

¹⁷⁰ *História económica e social da expansão portuguesa*, tomo I, Lisboa, 1947, p. 10. A crítica ao europocentrismo nos estudos históricos estaria também presente em *A crise da história...*, pp. 25-27.

¹⁷¹ “Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *rev. cit.*, p. 373. Encontra-se também no seu currículo o excerto de uma carta (12-11-1947) de Pedro Calmon que elogia esta obra.

¹⁷² Joaquim Romero de Magalhães, Charles Ralph Boxer et Vitorino Magalhães Godinho: une polémique qui n’aura pas lieu”, *op. cit.*, p. 17.

¹⁷³ “Some considerations on portuguese colonial historiography” (1953) e “Some notes on portuguese historiography 1930-1950” (1954), *op. cit.*, vol. III, pp. 3-16 e 17-27, respectivamente.

¹⁷⁴ Vol. I, fasc. II, Junho 1948, pp. 112-114.

alguns exemplos, questionava a ausência da referência às “classes dominadas” em relação à burguesia de Ceuta, a inexistência de alusões à situação da mulher e do escravo ou ainda o facto de não explicar a quem pertenciam os gados, o regime de propriedade vigente, etc. Flausino Torres procurava igualmente chamar a atenção para a discordância que existiria entre as propostas teóricas de Magalhães Godinho em *A crise da história e as suas novas directrizes* e a análise empreendida neste estudo.

Note-se que as críticas de Flausino Torres eram relativas às sociedades marroquinas anteriores à presença portuguesa e não se pode ver aqui uma condenação do colonialismo português. No entanto, não deixa de estar implícita uma crítica a Magalhães Godinho por não ter uma atitude condenatória do passado, por não deixar vincadas a situação de subalternização das mulheres, escravos e das “classes dominadas”¹⁷⁵.

O interesse desta crítica é manifesto se tivermos em conta que o nome de Flausino Torres chegou a ser veiculado para integrar a Sociedade Portuguesa de História da Civilização, criada nesse mesmo ano por Magalhães Godinho¹⁷⁶. Ainda assim, esta crítica de Flausino Torres manifestava uma profunda divergência entre duas concepções históricas. Confirmação deste fundo desencontro será a crítica que Borges Coelho, já noutro contexto político e cultural, fará a Magalhães Godinho mais de duas décadas depois, reiterando algumas das críticas já feitas por Flausino Torres¹⁷⁷.

Estas diferentes concepções de história não derivavam necessariamente de diferentes enquadramentos ideológicos. Se é verdade que tanto Flausino Torres e Borges Coelho eram, à altura das suas críticas, reconhecidos militantes comunistas, também o eram a maioria dos membros iniciais da SPHC. Alguns deles, como Borges de Macedo, Barradas de Carvalho, António José Saraiva ou Óscar Lopes eram nesta altura colegas ou discípulos muito próximos de Magalhães Godinho, fazendo convergir a sua militância comunista com a influência da historiografia dos Annales¹⁷⁸.

¹⁷⁵ É de salientar, contudo, que ainda em 1947 Magalhães Godinho teve, em polémica com A. Teixeira da Mota, uma posição bastante crítica com a forma como era encarada a escravatura por Zurara e por alguns historiadores contemporâneos. Cf. *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)*, Lisboa, 1947, pp. 44-49.

¹⁷⁶ Cf. José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal*, Lisboa, 2010, p. 456, nota 22.

¹⁷⁷ Nomeadamente, a pouca atenção que Magalhães Godinho daria à “luta dos grupos sociais”, não diferenciando distintos grupos humanos e seus respectivos comportamentos conscientes e optando por uma visão “economicista”. A resposta de Magalhães Godinho a estas críticas foi feita no prefácio dos *Ensaio*s, vol. III, Lisboa, 1971, pp. XI-XXXII.

¹⁷⁸ Sobre a SPHC, ver José Neves, *op. cit.*, pp. 309-312.

A possibilidade de integração de Flausino Torres na SPHC – apesar das críticas que fez a Magalhães Godinho – deve ser entendida à luz da conjuntura da época. Os contornos da II Guerra Mundial acalentavam as esperanças da queda do Salazarismo entre os diferentes movimentos oposicionistas. Essa conjuntura incentivou a adopção de uma estratégia frentista na oposição. A constituição do MUNAF e do MUD (dos quais Magalhães Godinho fez parte) são disso um exemplo.

A constituição do SPHC insere-se nessa conjuntura de unidade nos sectores da oposição¹⁷⁹. Embora a SPHC não tivesse intuítos políticos, procurava agrupar um conjunto de historiadores que se distanciavam de uma historiografia institucionalizada, controlada pelo Estado Novo. Não obstante, a grande maioria dos membros da SPHC foram, de forma mais ou menos activa, opositores do regime.

À semelhança dos movimentos políticos de unidade antifascista, a SPHC dissolveu-se algum tempo depois da sua constituição¹⁸⁰. As décadas seguintes foram marcadas por um afastamento dentro desta corrente congregadora, embora a já referida influência dos Annales matize esta separação. A École Pratique des Hautes Études e o Centre National de la Recherche Scientifique serão instituições que determinarão a proximidade de historiadores de diferentes atitudes e ideologias políticas que tinham as portas fechadas em Portugal.

Voltando ao tema deste subcapítulo, Magalhães Godinho não era o único historiador que nos anos quarenta procurava salientar a necessidade de estudar as sociedades africanas por onde os portugueses tinham passado. Já David Lopes e Robert Ricard, relativamente a Marrocos, tinham dado importantes contributos para o estudo destas sociedades.

O Estado Novo, embora indirectamente, abria caminhos neste sentido. Não que estivesse interessado no estudo da história das sociedades africanas, estudo esse que, no contexto de descolonização no pós-guerra, poderia despoletar movimentos de autonomia nas colónias. Contudo, a necessidade de reforçar a presença portuguesa em territórios como a Guiné levava a que se fizesse um investimento no conhecimento desses territórios. Essa necessidade era sobretudo sentida pelos governos locais mas também interessava ao governo da metrópole, que pretendia canalizar a emigração para

¹⁷⁹ Tal já havia sido notado por José Neves, *op. cit.*, p. 312.

¹⁸⁰ Magalhães Godinho referiu anos depois que as autoridades portuguesas não só impediram a legalização desta associação como ainda pressionaram o Instituto Francês, então dirigido por Pierre Hourcade, para não apoiar as suas iniciativas. Cf. *Do ofício e da cidadania...*, p. 59.

as colónias africanas. Publicações como o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* e o *Anuário da Guiné Portuguesa* foram um repositório de vários estudos de cariz geográfico, etnográfico, jurídico, estatístico, etc., que pretendiam colmatar o conhecimento que os portugueses tinham desta colónia.

É nesse contexto que se deve ver o contributo de Avelino Teixeira da Mota (1920-82) para o estudo da história da Expansão portuguesa e das populações autóctones da Guiné. Convidado por Sarmento Rodrigues, governador da Guiné, para desempenhar o cargo de Ajudante de Campo do Governador da Guiné Portuguesa em 1945, Teixeira da Mota passará os próximos doze anos em África¹⁸¹. Seria também responsável pelo *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, onde publicou o estudo *A descoberta da Guiné* em 1946, ano da comemoração do V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa.

Foi a propósito desta comemoração e do trabalho de Teixeira da Mota que Magalhães Godinho irá publicar um dos seus textos mais polémicos desta década.

Comemorações e história

Como já se referiu, as comemorações centenárias foram um dos meios privilegiados para a construção de uma consciência imperial que passava pela afirmação da “vocação imperial” dos portugueses. O Estado Novo continuou esta tradição comemorativa que se afirmara no final do século XIX, adoptando-a, porém, às suas directrizes políticas e ideológicas. Exemplo máximo dessa adaptação foi o duplo centenário da Fundação e Restauração (1940), que para além de pretender glorificar todo o império português era também uma glorificação do próprio regime.

O duplo centenário de 1940 marcou doravante o paradigma das comemorações centenárias. Tal verificou-se nas comemorações do V centenário da descoberta da Guiné (1946), embora os tempos fossem já outros. O pós-guerra trouxera um importante impulso ao processo de descolonização em África, remetendo Portugal para uma posição de progressivo isolamento que se acentuaria nas décadas seguintes¹⁸².

¹⁸¹ Sobre Teixeira da Mota ver Carlos Manuel Valentim, “Avelino Teixeira da Mota”, in Sérgio Campos Matos (coord.), *Dicionário de historiadores portugueses* [consultado em 10 de Novembro de 2011] http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_mota.htm

¹⁸² Ver Fernando Catroga, “Ritualizações da história”, in Luís Reis Torgal, J. M. Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX*, [s.l.], 1996, p. 601.

Apesar desta inscrição, as comemorações do centenário da descoberta da Guiné devem sobretudo ser interpretadas à luz dos interesses locais. Dinamizadas pelo então governador Sarmento Rodrigues, que viria a ser ministro das Colónias entre 1950 e 1955, as comemorações pretendiam alertar a metrópole para os problemas que afligiam a vida dos portugueses na Guiné e desejava-se igualmente que fossem um eco das aspirações das elites políticas e económicas da colónia guineense¹⁸³.

As comemorações realizaram-se durante todo o ano de 1946 e terminaram em Fevereiro do ano seguinte. Na metrópole ficaram a cargo da Sociedade de Geografia e tiveram uma fraca repercussão pública, destacando-se, ainda assim, a realização de um congresso (19 a 25 de Maio) – cujas sessões históricas, na crítica de Magalhães Godinho, eram “todas impregnadas de ortodoxia”¹⁸⁴ –, de uma exposição no Palácio da Independência e de uma sessão solene com a presença de altas individualidades do Estado, no dia 16 de Maio.

Os progressos da historiografia dos Descobrimentos nas últimas décadas vinham paulatinamente pondo em causa a concepção histórica que subjazia a estas comemorações. Por vezes, nas bases mais elementares da história. À data das comemorações da Guiné, haviam já fortes objecções – por parte de Duarte Leite e Damião Peres – de que se pudesse considerar 1446 como o ano da descoberta desta colónia. Seria Teixeira da Mota quem iria provar que a última viagem de Nuno Tristão não chegara a atingir o território da Guiné-Bissau, precisamente no ano das comemorações centenárias¹⁸⁵.

A realização deste centenário ocorreu no mesmo ano em que, como vimos, Lucien Febvre e Fernand Braudel aconselhavam Magalhães Godinho a considerar as sociedades do golfo da Guiné no seu plano de doutoramento. As perspectivas não poderiam ser mais paradoxais. Esta coincidência motivou Magalhães Godinho a escrever as *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)* (1947), criticando de forma incisiva a concepção histórica que o Estado Novo procurava disseminar através das comemorações centenárias. Recorde-se que por esta altura Magalhães Godinho já se

¹⁸³ Sobre as comemorações do centenário da descoberta da Guiné, veja-se o estudo de Maria Isabel João, *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, [Lisboa], 2002, pp. 107-110, 189-190 e 269-271.

¹⁸⁴ *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)*, p. 17.

¹⁸⁵ Joaquim Pintassilgo, “Descobrimento da Guiné”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, vol. I, [s.l.], 1994, p. 479.

encontrava desvinculado da Faculdade de Letras de Lisboa e que nesse ano partiria para França.

As críticas que Magalhães Godinho fazia às comemorações da descoberta da Guiné inseriam-se num quadro mais amplo que envolvia a concepção histórica que estava por detrás das comemorações. Colocava sobretudo em causa a apropriação do passado pelo Estado Novo, que usava os centenários para seleccionar e divulgar acontecimentos e figuras pretéritas que legitimariam as concepções ideológicas do regime. Os intuítos propagandísticos das comemorações levavam a que fosse privilegiado um discurso retórico e apologético, nada consentâneo com a metodologia científica que presidia ao esforço de compreensão do passado. Para Magalhães Godinho, ao invés, “os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos.”¹⁸⁶.

Não era inédita a crítica ao passadismo do fenómeno comemorativo. Já em 1880, a propósito das comemorações camonianas, Oliveira Martins tinha posto em relevo os perigos dos fumos inebriantes do passado e alertava: “Nós, que abusamos demais das glórias conquistadas por nossos avós, supondo que elas bastam para nos justificarem a fraqueza e os vícios, devemos considerar o Centenário como um incitamento a melhor vida”¹⁸⁷.

Tal como em Oliveira Martins, a crítica de Magalhães Godinho não era à existência de comemorações centenárias mas à orientação que lhes era dada¹⁸⁸. Não é assim de estranhar que ainda na década de quarenta tenha participado nas comemorações centenárias do nascimento de Antero de Quental (1942) – assumidas como uma crítica ao regime¹⁸⁹ – e de Oliveira Martins (1945). Participou igualmente

¹⁸⁶ *Comemorações e história ...*, p. 14.

¹⁸⁷ J. P. de Oliveira Martins, *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4ª ed., Lisboa, 1986, p. 10.

¹⁸⁸ “É bom, sem dúvida, que as colectividades comemorem as realizações que as fizeram grandes, isto é, que elevaram o nível de vida e de dignidade cívica, bem como a opulência do património cultural, e comemorem também os seus heróis do pensamento e acção, aqueles que plasmaram os destinos comuns para maior felicidade e liberdade das pessoas e as dotaram de criações de valor humanístico. Mas só pode ser prejudicial a obsessão comemorativista, e sobretudo quando se confine à exaltação do entusiasmo sem levar à reflexão crítica, ao planeamento metido do futuro.” Magalhães Godinho, “Presente e passado, devir e estrutura” (1970), *Ensaios*, vol. III, p. 199-200.

¹⁸⁹ Magalhães Godinho, “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *Ensaios e estudos – compreender o mundo de hoje*, vol. II, Lisboa, 2010, p. 503. Sobre o centenário do nascimento de Antero, ver Luís Reis Torgal, “Antero de Quental e Oliveira Martins nas leituras integralista, católica e salazarista”, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de história política e cultural*, 2ª ed., vol. II, Coimbra, 2009, pp. 272-282.

nas comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique (1960) – embora delas fosse afastado¹⁹⁰ – e, mais recentemente, nas comemorações do centenário da morte (1977) e do nascimento de Alexandre Herculano (2010)¹⁹¹.

Magalhães Godinho criticava igualmente a concepção tradicionalista que marcava estas comemorações, eivadas de um “espírito saudosista” que pretendia obnubilar o presente, impedindo que este se transformasse em futuro¹⁹². Este pensamento não era novo e de certa forma já se vislumbrava na *Razão e história* (1940), sua tese de licenciatura¹⁹³. No caso das comemorações, como em toda a sua reflexão sobre a história, entrevê-se a concepção de que o estudo da história era um meio para a compreensão do presente e perspectivar os futuros possíveis. O seguinte trecho é exemplo dessa concepção:

“A história não é comemoração, nada tem que ver com comemorações, é sòmente esforço de compreensão do passado para integrar o presente numa linha ou feixe evolutivo e para conhecer as leis dessa evolução com as quais se possa forjar o porvir.”¹⁹⁴

Vislumbra-se, sem dúvida, uma influência sergiana nesta concepção de história. Contudo, o que mais se deve salientar neste trecho é a referência às “leis da evolução”, chave para uma construção harmónica (“feixe evolutivo”) que daria sentido ao passado, presente e futuro. Era o que também designou por “explicação genética”, ou seja, a integração da acção presente num processo evolutivo¹⁹⁵.

O que entendia Magalhães Godinho pelo conceito de lei aplicado à construção da explicação histórica? Antes de mais, deve-se notar que utilizava com alguma frequência este conceito, referindo-se à “lei psicológica”, “lei sociológica” ou à “lei do encadeado de transformações sociais”¹⁹⁶.

¹⁹⁰ *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 2008, pp. 9-20.

¹⁹¹ A crítica de Magalhães Godinho ao comemorativismo não se circunscrevia apenas ao modelo adoptado pelo Estado Novo. Ainda no final do século XX reiterou muitas das críticas feitas à atitude comemorativa na história, embora agora inseridas numa crítica à “sociedade do espectáculo”. Cf. “Ciências sociais, cidadania e historiografia (II parte)”, entrevista conduzida por Fernando Rosas e José Miguel Sardica, *História*, ano XX (nova série), nº 11, Fevereiro de 1999, pp. 14-15.

¹⁹² *Comemorações e história...*, p. 15.

¹⁹³ “No revolvêr confuso da civilização contemporânea sentimos o esforço tenaz de uma ordem de valores a desmoronar-se pelas suas contradições para realizar no futuro o regresso ao passado. [...] Não sabemos distinguir os nossos verdadeiros problemas daqueles que perderam a sua razão de sêr.” *Razão e história (introdução a um problema)*, Lisboa, 1940, p. 5.

¹⁹⁴ *Comemorações e história...*, p. 14.

¹⁹⁵ “A historiografia contemporânea. Orientações e problemas”, *rev. cit.*, p. 70.

¹⁹⁶ *Dúvidas e problemas...*, p. 6; *A crise da história...*, p. 165.

A utilização do conceito de lei integrava-se na forma como concebia os vários planos do conhecimento científico: 1) o plano da erudição, ponto de partida e, ao mesmo tempo, ponto de apoio, que confirma ou rejeita as hipóteses sugeridas. Seria o equivalente à observação nas ciências; 2) síntese histórica, que corresponde à ordenação dos factos, à definição de uma ordem de causas e efeitos. Também referida como síntese parcial ou sistema explicativo; 3) história relacionada e comparada – plano-chave na sua concepção universal de história –, que permitiria realçar a objectividade da explicação histórica ao confrontar diferentes tempos e espaços, dissolvendo a subjectividade do historiador e do estabelecimento das causas e efeitos na síntese histórica; 4) sociologia e psicologia; 5) filosofia da história¹⁹⁷.

Pode surpreender a referência nestes planos à filosofia da história, que corresponderia ao último plano do conhecimento. Contudo, Magalhães Godinho distanciava-se das concepções que teriam medrado nos séculos XVIII e XIX e “que duma penada apresentavam as linhas-mestras da evolução humana”. Partindo de uma ideia *a priori* que seria aplicada a toda a humanidade, muitas destas concepções de cariz metafísico seriam opostas à ideia de Magalhães Godinho que, como se viu, privilegiava o método científico que partia da observação da realidade. Ainda assim, “a história não deve [...] descurar a análise das grandes condições de desenvolvimento da humanidade” nem “desprezar a discussão das teorias da marcha da civilização ou das civilizações”¹⁹⁸.

Do quadro atrás traçado só os primeiros três planos seriam domínio da história. Nesse sentido, a explicação histórica não poderia estabelecer leis, ou seja, estabelecer um “sistema de relações constantes”:

“A relação e a comparação [terceiro plano do conhecimento] preparam a lei. Por outras palavras. A história não é talvez uma ciência mas conduz à ciência – a um sistema de relações constantes. A ambição dos estudos históricos deve consistir em fornecer a matéria prima para as investigações propriamente científicas.”¹⁹⁹

Contudo, pode-se questionar: não haveria uma certa contradição na forma como utilizava o conceito de lei integrado na explicação histórica? Não fazia referência, como vimos, às “leis da evolução”? Ou quando questionava se a contingência não seria uma

¹⁹⁷ A organização destes vários planos do conhecimento foi estabelecida em *A crise da história...*, pp. 163-176.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 170.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 173.

ilusão e se não era possível apreendê-la “se soubermos criar a *lei científica* como relação de transformações, como compreensão do devir”²⁰⁰

Deixando em aberto esta questão, a verdade é que posteriormente Magalhães Godinho viria a rever algumas destas ideias. À história já não caberia apenas “fornecer a matéria prima para as investigações propriamente científicas”. A história deveria ser então “uma maneira de pensar” pela historicização de todas as ciências humanas:

“Já não se trata de, à descrição ou narrativa, sobrepor o esforço por encontrar a razão das cousas – por as explicar e compreender, determinando as causas e efeitos ou as correlações. *Não se trata até de discutir se a história atinge ou não a lei* – a relação constante entre os factos; *se a ela incumbe formular as leis ou tão só carrear todos os materiais que a economia, a sociologia, a geografia humana, a psicologia, a sociologia do direito, a sociologia das religiões vêm a elaborar*, quer dizer, o acervo que estas ciências se ocupam de entretecer, de articular entre si de modo a unificar-se na invariabilidade de relações – em leis. A história, hoje, debruça-se sobre todos os factos de todos os campos das ciências humanas, que por seu turno se historicizam todas elas, vindo a considerar as respectivas problemáticas de uma perspectiva histórica. A história tornou-se uma maneira de pensar todos os problemas humanos...”²⁰¹

Voltando à crítica de Magalhães Godinho ao comemorativismo, esta tocava num dos pontos mais sensíveis e que mais polémica causava no debate historiográfico: a apropriação e selecção do passado operada pela máquina comemorativista do regime. De facto, nem todas as figuras e acontecimentos eram susceptíveis de serem celebrados, sobretudo aquelas que eram também elas apropriadas por uma memória histórica da oposição. A escolha que Magalhães Godinho fazia dessas figuras e acontecimentos era tudo menos arbitrária:

“Tal tradicionalismo, apresentando-se como defesa das glórias do pretérito, mutila-as, decepa a tradição, porque dela apaga 1383-5, 1439-40 [regência do infante D. Pedro], 1820, a Patuleia, Herculano, Antero e Oliveira Martins, o cinco de Outubro e a intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-18.”²⁰²

Nem todas as figuras e acontecimentos eram esquecidos pelo Estado Novo. Figuras como Alexandre Herculano, Oliveira Martins ou Antero de Quental eram

²⁰⁰ *Ibid.*, pp. 169-170. Itálico meu.

²⁰¹ “Rumos do Mundo: em torno das colecções de história universal” (1963), *Ensaios*, vol. III, pp. 151-152. Itálico meu.

²⁰² *Comemorações e história...*, p. 15.

lembrados pelo regime, embora numa apropriação parcial, já empreendida pelos integralistas. Contudo, deve-se também ter presente que o PCP se afirmava, já na década de cinquenta, como herdeiro das “lutas revolucionárias” de 1383-85, da “revolução” de 1640, da Maria da Fonte, etc., num projecto de uma “história de Portugal antifascista”²⁰³.

Se estas duas tendências representavam os extremos de uma luta pela afirmação de uma memória nacional, deve-se considerar igualmente que existiam historiadores de diferentes sensibilidades ideológicas que pretendiam estudar muitas destas figuras e acontecimentos guiados pela procura de objectividade e por novos métodos historiográficos – embora não se possa considerá-los, por isso, totalmente isentos de reflectirem as suas convicções ideológicas.

A posição crítica que Magalhães Godinho e outros adoptaram perante a apropriação do Estado Novo de certos momentos e personalidades da história – veja-se o caso do infante D. Henrique – era vista por alguns dos seus críticos como antipatriótica. Magalhães Godinho iria insurgir-se contra este “patriotismo que faz da pátria feudo de um grupo”, considerando estrangeiros todos os que não veneravam as “glórias nacionais”²⁰⁴. Não deixa, por isso, de ser significativo que, mesmo quando o termo pátria veio a ser conotado com o Estado Novo, Magalhães Godinho o continue a usar, aliás, na continuação da tradição republicana²⁰⁵. Este distanciamento perante a apropriação da história com intuítos patrióticos era já visível em Alexandre Herculano, facto que Magalhães Godinho não deixou de ter conta, como se verá no capítulo seguinte²⁰⁶.

²⁰³ José Neves, *op. cit.*, pp. 307-308.

²⁰⁴ *Comemorações e história...*, p. 49. Alguns anos mais tarde, Magalhães Godinho iria retomar esta ideia de um país “açambarcado”: “Nem o passado nem o presente nem o futuro de Portugal podem ser monopólio de um grupo, conquanto se considere fadado providencialmente com milagrosa e infalível intuição para os definir e a si mesmo arrogue todos os poderes para os modelar. Perscrutar o passado, não para arbitrariamente escolher uma tradição e decretá-la a tradição, mas sim para, apreendendo-a na pluralidade de suas facetas, consciencializar a nossa posição no presente e nos aparelhar da ferramenta para construir o porvir, pelas mãos de todos, com o suor de todos, em proveito de todos. Que um país e o seu património cultural e material não devem ser como o azeite ou quejandas mercadorias, objecto de açambarcamento.” Em prefácio a Mário Soares, *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*, Lisboa, 1950, pp. XXV-XXVI.

²⁰⁵ Cf. “O sonho de um país moderno”, entrevista a Vitorino Magalhães Godinho conduzida por Maria João Martins, *Jornal de Letras*, 6-19 de Outubro de 2010, p. 10 e, quanto à dimensão cívica do conceito de patriotismo, Fernando Catroga, *Ensaio republicano*, Lisboa, 2011, pp. 18 e 28-29. Magalhães Godinho, já nos anos 80, chegaria a conjugar os conceitos de cidadania e pátria no título de uma obra sua (*Portugal – a pátria bloqueada e a responsabilidade da cidadania*, Lisboa, Ed. Presença, 1985).

²⁰⁶ Magalhães Godinho, “Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista” (1979), *Ensaio e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, 2009, p. 473.

As *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)* não constituiu apenas uma crítica generalizada ao comemorativismo. As comemorações do centenário da descoberta da Guiné foram especialmente visadas, tendo como pano de fundo toda a concepção crítica acima caracterizada. A atenção de Magalhães Godinho recaiu sobre a intervenção do Pe. A. J. Dias Dinis, autor de *O quinto centenário do descobrimento da Guiné à luz da crítica histórica*, obra que havia sido premiada pela Comissão Executiva deste centenário, por intermédio da Agência Geral das Colónias²⁰⁷. A obra do Pe. Dias Dinis, que havia sido missionário na Guiné entre 1934 e 1942, tinha o intuito declarado, em carta a Sarmento Rodrigues, de “restaurar a tese tradicional e histórica da data do descobrimento dessa colónia contra a tese recente que, oficialmente, protelaria para 1956 as Festas Centenárias em curso”²⁰⁸. A revisão a que submetia as teses de Duarte Leite e Damião Peres bem como a existência de intuítos extra-históricos estavam na origem da mordaz crítica de Magalhães Godinho²⁰⁹.

Apesar da crítica ao Pe. Dias Dinis, a maior parte do opúsculo de Magalhães Godinho foi dedicado à crítica do recente trabalho de A. Teixeira da Mota, *A descoberta da Guiné*. Não eram já só as comemorações que estavam em causa mas sim a polémica historiográfica em torno da caracterização do infante D. Henrique e do infante D. Pedro.

Os infantes D. Henrique e D. Pedro: uma polémica historiográfica

O infante D. Henrique foi uma das personalidades que mais interesse suscitou no âmbito da história dos descobrimentos e Expansão portuguesa, sendo alvo de diferentes interpretações historiográficas²¹⁰. A construção da memória do filho terceiro de D. João I remonta ainda ao século XV, adquirindo, contudo, nos séculos XIX e XX, no âmbito das comemorações centenárias, um especial significado. Tais foram os casos das comemorações dos centenários do seu nascimento (1894) e morte (1960), não se devendo esquecer outras como as do duplo centenário (1940), em que

²⁰⁷ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 305.

²⁰⁸ Cit. por Carlos Manuel Valentim, *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, [s.l.], 2007, p. 97.

²⁰⁹ Considerou a obra do Pe. Dias Dinis “uma verdadeira catedral de ignorância, de nulidade de espírito crítico”, comparando-o ao queirosoano Conselheiro Acácio pela alocução que fizera na homenagem no Monumento ao Esforço da Raça. Cf. *Comemorações e história...*, pp. 16-17.

²¹⁰ Uma visão global deste processo encontra-se em Maria Isabel João, *O infante D. Henrique na historiografia*, [s.l.], 1994.

significativamente surge figurado na proa da caravela estilizada do Padrão dos Descobrimentos.

A exaltação do papel do infante D. Henrique nos Descobrimentos adquiriu novo significado no contexto da defesa do pioneirismo português de meados do século XIX, a que já se aludiu, e definiu-se como dominante ao longo da segunda metade do século XIX e grande parte do século XX. Consoante as épocas e as diferentes sensibilidades, valorizou-se: a sua sapiência, “génio” e espírito racionalista, imprimindo um carácter científico aos Descobrimentos, construindo a “escola” de Sagres e gizando um plano que pretendia atingir a Índia (ideia que remonta a Damião de Góis); a sua abnegação, virgindade e espírito de cruzado, assumindo-se como defensor da Cristandade contra a ameaça turca; o seu espírito moderno, caracterizado já como um homem de Estado, que defende os interesses nacionais em detrimento dos seus interesses pessoais, ideia grata aos ideais nacionalistas do final do século XIX mas também do Estado Novo²¹¹; ou ainda, como santo, chegando-se a por a hipótese de canonização por parte de alguns católicos no âmbito do centenário de 1960²¹².

As correntes que contribuía para a mitificação do infante D. Henrique viriam a ser contestadas em diferentes momentos pela corrente denominada pelos seus críticos como “anti-infantista”. Num primeiro momento, em finais do século XIX, os açorianos Teófilo Braga, João Teixeira Soares e Ernesto do Canto encabeçaram esse movimento, que contestava que a iniciativa dos Descobrimentos coubesse a D. Henrique, a existência da “escola” de Sagres (já relativizada por Sousa Holstein), o seu espírito científico, entre outras críticas²¹³. Mais tarde, a partir da década de trinta do século XX, Duarte Leite, Veiga Simões e outros irão recuperar algumas destas críticas, embora o contexto e a forma de intervenção fossem já outros.

Esta sumária apresentação destas duas correntes pretende tão-só delinear duas tendências que surgiram na caracterização da figura do infante D. Henrique. Contudo, há que salientar que a construção da imagem do Infante foi feita à luz de diferentes conjunturas e com diferentes intuitos. Neste sentido, irei procurar compreender a caracterização feita por Magalhães Godinho ao longo dos anos quarenta, que se inscreve

²¹¹ António Ferro, para legitimar o perfil de Salazar como estadista, não deixaria de convocar a memória do infante D. Henrique, “esse homem [que] afastou-se do mundo, das realidades do mundo, para pensar, apenas, nas realidades da pátria”. Cit. por Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, 2ª ed., vol. I, Coimbra, 2009, p. 61. Ver também Maria Isabel João, *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, pp. 522-524.

²¹² Maria Isabel João, *O infante D. Henrique na historiografia*, pp. 43-44.

²¹³ Idem, *Ibid.*, pp. 28-30 e *Memória e império...*, pp. 533-555.

na crítica e relativização da figura do Infante, liderada pelas investigações de Duarte Leite e também de Veiga Simões.

A caracterização dominante do infante D. Henrique durante os anos quarenta correspondia, grosso modo, à corrente exaltadora dos feitos henriquinos. Esta versão foi acolhida e divulgada pelas versões “oficiais” da história do regime como é o caso da *História de Portugal* (1940) de João Ameal. Obra que recebeu o prémio Alexandre Herculano atribuído pelo SPN, a *História de Portugal* salientava alguns aspectos da “lenda henriquina”: homem tenaz e culto, o Infante teria impulsionado (e porventura sugerido) a conquista de Ceuta já com o intuito de atingir a Índia; seria guiado pelo desejo de servir a Deus, imbuído de espírito de cruzada e só “acessoramente” visando o engrandecimento de Portugal e o alargamento do nosso comércio, ao contrário do que pensavam os “positivistas” da história²¹⁴.

Ao invés do que acontecera em finais do século XIX, durante o Estado Novo era especialmente valorizada a tese cruzadística, segundo a qual o Infante, guiado pelo espírito de cruzada, pretendia abnegadamente proteger a civilização ocidental do imperialismo turco. Esta perspectiva vinha sendo privilegiada nos trabalhos de Joaquim Bensaúde, que em 1943 reúne um conjunto de estudos numa obra intitulada *A cruzada do infante D. Henrique*, publicada pela Agência Geral das Colónias e bem recebida junto dos intelectuais e políticos do regime. Esta tese integrava-se perfeitamente na propaganda imperial do Estado Novo, que procurava salientar a especificidade e a “missão civilizadora” dos portugueses no mundo num discurso histórico legitimador das possessões ultramarinas²¹⁵.

Na sequência da publicação desta obra de Bensaúde, Magalhães Godinho inicia uma crítica sistemática à corrente exaltadora dos feitos henriquinos. Logo em 1943, publicou em opúsculo a sua crítica à obra de Bensaúde, após uma primeira tentativa de publicá-la na *Revista da Faculdade de Letras*. Colocava sobretudo em causa a teoria de que o espírito de cruzada e a acção do infante seriam a chave para a explicação do processo expansionista de quatrocentos.

A crítica à tese cruzadística já se encontrava presente nos trabalhos de Duarte Leite e Veiga Simões na década de trinta. Ainda em 1930, Duarte Leite relativizava os factores religiosos como causa determinante dos Descobrimentos, chamando a atenção

²¹⁴ João Ameal, *História de Portugal*, Porto, 1940, pp. 202-228.

²¹⁵ Maria Isabel João, *O infante D. Henrique na historiografia*, p. 40.

para os “propósitos utilitários” do Infante²¹⁶. Mais tarde, já após a publicação de *A cruzada do infante D. Henrique* e da crítica de Magalhães Godinho, Duarte Leite retomava e criticava mais explicitamente a ideia de cruzada de Bensaúde, negando que o Infante fosse um cruzado e que tal ideal existisse no Portugal quatrocentista²¹⁷. Também Veiga Simões, na sua colaboração para a *História da Expansão portuguesa no mundo* (1937-40), refutara tal ideia²¹⁸, embora alguns anos antes ainda se refira ao “coração de cruzado” do Infante²¹⁹.

A crítica de Magalhães Godinho à teoria de Bensaúde continua este processo de revisão da figura do infante D. Henrique que se iniciou nos anos trinta, acrescentando-lhe novos argumentos. O que estava em causa não era tanto a atribuição de um espírito de cruzada ao Infante mas sim a construção de uma teoria baseada apenas neste factor. Magalhães Godinho reconhecia, de facto, que o espírito de guerra aos infiéis – o espírito de cruzada – era uma das razões que conscientemente tinham motivado o Infante; mas eram também a curiosidade geográfica, o anseio de conversão das almas, a preocupação comercial pelas mercadorias e pelo ouro e ainda a ambição de ver aumentada a sua honra e casa senhorial²²⁰. É também segundo esta perspectiva complexa e que atribuía várias motivações ao Infante que criticava António Sérgio por não atender às causas religiosas no processo expansionista²²¹.

Para além da sobrevalorização do espírito de cruzada na explicação de Bensaúde, Magalhães Godinho criticava o simplismo com que era encarada esta problemática. Sob a capa de uma análise “pseudo-psicológica” do Infante, Bensaúde não teria tido em conta os recentes progressos da difícil psicologia histórica nem a variação do espírito de cruzada ao longo do tempo. Para além disso, as cruzadas não se explicavam unicamente pelo espírito de cruzada pois tinham as suas raízes nas transformações demográficas, sociais e económicas que se verificaram na Europa²²².

Na senda da desmistificação feita por Duarte Leite ao longo dos anos trinta e quarenta, Magalhães Godinho iria contestar, para além da tese cruzadística, as principais

²¹⁶ Duarte Leite, “Talent de bien faire” (1930), *História dos descobrimentos – colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, 1958, pp. 67-79.

²¹⁷ Id., “A cruzada”, *op. cit.*, pp. 79-96.

²¹⁸ Alberto Veiga Simões, “O infante D. Henrique – o seu tempo e a sua acção” (1937), *Estudos de história*, apresentação e edição de A. A. Marques de Almeida, Lisboa, 2004, pp. 116-140.

²¹⁹ Id., “A Flandres, Portugal e os primórdios do capitalismo moderno” (1933), tradução para português de Miriam Kelly, *op. cit.*, p. 53.

²²⁰ *Dúvidas e problemas...*, p. 13.

²²¹ *A expansão quatrocentista portuguesa...*, 1945, pp. 103-104.

²²² *Dúvidas e problemas...*, pp. 7-12.

ideias que formavam a lenda henriquina: colocava fortes restrições à ideia de que o Infante fosse o principal dirigente do processo expansionista e tinha ideado o plano da Índia²²³; negava que o Infante fosse sábio, tivesse grande cultura ou forte preparação científica²²⁴; atribuía importância às preocupações comerciais do Infante, ao contrário de outros autores que as consideravam secundárias e meio para atingir o seu plano de índole espiritual²²⁵. Tal como foi dito, Magalhães Godinho procurava sobretudo transmitir uma perspectiva equilibrada, tendo em conta as várias características da sua acção e pensamento, recusando todas as interpretações que sobrevalorizassem determinados aspectos e que não eram comprovadas pelas fontes:

“Não há provas de vasta cultura, ou de forte preparação científica do Infante, nem de que seja um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo do abraçador amor de Deus, como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas idéias de utilidade e de lucro, nem um puro cavaleiro medieval que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo serviço de Deus, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo desenvolvimento do comércio, pela guerra aos mouros.”²²⁶

Apesar da caracterização e crítica que fez em torno da figura do Infante D. Henrique, a principal ideia que Magalhães Godinho procurou salientar, repetindo-a várias vezes ao longo dos anos 40, foi da necessidade de relativizar o papel do Infante de Sagres na explicação da Expansão portuguesa.

Explicar o expansionismo português quatrocentista pelas razões que moveram o Infante era duplamente limitador; em primeiro lugar, havia que procurar igualmente perscrutar o que haviam pensado outros dirigentes – D. João I, João Afonso, D. Pedro, D. Afonso V, etc. – e quais as suas motivações; em segundo lugar, as motivações dos dirigentes por si só pouco explicariam, sendo necessário compreender as ambições das cidades, da burguesia e nobreza, do clero e do povo²²⁷.

²²³ “Notas de história da Expansão”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IX, 2ª série, nº1, 1943, p. 267; *Dúvidas e problemas...*, p. 14. Magalhães Godinho tinha algumas dúvidas nesta década de quarenta quanto à existência de um plano da Índia, chegando a pôr a hipótese de que “já existisse obscuramente na mente do Infante D. Henrique” ou na do seu irmão, D. Pedro. Cf. *A expansão quatrocentista...*, p. 100.

²²⁴ *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. I, 1943, p. 140, nota 5; *Dúvidas e problemas...*, p. 14; *A expansão quatrocentista portuguesa...*, p. 109.

²²⁵ Veja-se, por exemplo, *Documentos...*, vol. I, 1943, pp. 146 e 206.

²²⁶ *A expansão quatrocentista portuguesa...*, p. 109.

²²⁷ *Ibid.*, pp. 104-105; “Os descobrimentos e a evolução da economia mundial”, *Revista do Porto*, nº 4, 20 de Dezembro 1940, p. 50.

Embora segundo outra concepção de história, já Teófilo Braga e outros tinham alertado para a excessiva valorização do papel das grandes personagens na explicação histórica, em especial do Infante. Tal também fora o caso de Oliveira Martins, como salientara Magalhães Godinho²²⁸, desvalorizando, contudo, a importância que lhe confere em *Os filhos de D. João I*, que influenciou Joaquim Bensaúde e Jaime Cortesão, os principais construtores da sobrevalorização do papel do Infante no contexto da historiografia dos anos trinta e quarenta.

Ao contrário das concepções muitas vezes deterministas do condicionalismo social e das entidades colectivas que existiram no final do século XIX, a relativização das grandes personagens na explicação histórica – visível já na caracterização do Infante feita por Veiga Simões – insere-se, no caso de Magalhães Godinho, no processo de renovação historiográfica que então se operava em França através dos *Annales*, convergindo igualmente com a historiografia comunista portuguesa desta década, preocupada sobretudo em atentar nas estruturas económicas e os modos de produção²²⁹. Importava sobretudo identificar as estruturas sociais, económicas e mentais que condicionavam o devir histórico. As grandes personagens, apesar da importância que lhes era reconhecida, eram relegadas para segundo plano na compreensão histórica e eram muitas das vezes perspectivadas à luz dos interesses dos diferentes grupos sociais. Foi neste sentido, bem como da necessidade de atentar em outros dirigentes da expansão quatrocentista, que Magalhães Godinho procurou analisar as figuras dos infantes D. Henrique e D. Pedro, por vezes através de interpretações antitéticas.

A desvalorização do papel das grandes personagens no processo expansionista não teve como consequência uma menor atenção às suas acções na análise feita por Magalhães Godinho. Contudo, procurava evidenciar a representatividade dos principais dirigentes, apresentando-os como símbolos de diferentes orientações quanto às políticas expansionistas e de diferentes grupos sociais. Assim, na linha das ideias de José de Bragança, defendia que o infante D. Henrique seria o representante da política de conquista e expansão territorial e o infante D. Pedro seria o representante da política de expansão marítima e comercial. Na perspectiva social, o primeiro seria o representante da nobreza enquanto o infante das setes partidas seria o representante da política

²²⁸ “Duarte Leite – balanço de uma obra” (1962), *Ensaio*, vol. III, p. 299.

²²⁹ José Neves, *op. cit.*, pp. 340-343.

burguesa²³⁰. Estas duas grandes orientações que atravessam as primeiras décadas do expansionismo português em África ultrapassavam a figura dos dois infantes, radicando no conflito social de 1383-85²³¹.

Ainda nos anos quarenta alguns pontos mais simplistas desta teoria seriam abandonados. Se a política de conquista e de expansão territorial em Marrocos interessava sobretudo à nobreza – devido à criação de novos senhorios, aumento da honra, operações de pirataria, etc. –, também a burguesia via nessa ocupação marroquina o termo de rotas comerciais que lhe podiam ser muito vantajosas. Utilizando a terminologia de Basílio Teles e António Sérgio, Magalhães Godinho concluía que a política de que o infante D. Pedro era representante era simultaneamente de transporte mas também de fixação (colonização interna e das ilhas atlânticas)²³².

O apagamento da figura do infante da *Virtuosa Benfeitoria* na historiografia da Expansão, em oposição à exaltação do papel do infante D. Henrique, teria as suas raízes no século XV. Já a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica da Guiné* de Zurara teriam servido esse propósito²³³. Magalhães Godinho colocava a hipótese, tal como defendera José de Bragança, que Afonso de Cerveira poderia ter sido o cronista do Regente, mostrando que grande parte das navegações seriam de sua iniciativa. Com a morte de D. Pedro em Alfarrobeira – cuja responsabilidade era também atribuída ao Infante D. Henrique –, a crónica de Afonso de Cerveira teria desaparecido, dando lugar à *Crónica da Guiné*, que inicia o ciclo apologético do Infante de Sagres²³⁴.

Se por um lado Magalhães Godinho procurava combater os argumentos da corrente historiográfica apologética do infante D. Henrique, que se recusava vê-lo na sua dimensão humana e real, por outro, o infante D. Pedro assumia também na sua argumentação um papel de relevo, que era velado, como se viu, nas crónicas quatrocentistas de Zurara e, mais recentemente e numa análise centrada na sua regência, por Fortunato de Almeida e Manuel Heleno²³⁵. Este objectivo estava presente já no seu

²³⁰ “Acêrca de alguns passos do “Esmeraldo””, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nº 1 e 2, 1942, p. 136; *A expansão quatrocentista...*, p. 98. Humberto Baquero Moreno rejeita que o infante D. Pedro tenha sido o representante da burguesia, como é comprovado pela ausência desta em Alfarrobeira. Cf. “A Regência do infante D. Pedro segundo a historiografia portuguesa contemporânea”, in *A historiografia portuguesa de Herculano a 1950. Actas do colóquio*, Lisboa, 1978, p. 199.

²³¹ “Duarte Leite, Acêrca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941”, *rev. cit.*, p. 185.

²³² *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. II, 1945, pp. 133-135.

²³³ *Documentos...*, vol. I, 1943, pp. 10-11.

²³⁴ “Duarte Leite, Acêrca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941”, *rev. cit.*, p. 185; *A expansão quatrocentista portuguesa...*, p. 118; *Documentos...*, vol. I, 1943, p. 11.

²³⁵ Humberto Baquero Moreno, “A regência do infante D. Pedro segundo a historiografia portuguesa contemporânea”, *op. cit.*, pp. 191-194.

primeiro texto sobre a história da Expansão, colocando a hipótese, em oposição à opinião generalizada em favor do infante D. Henrique, que “talvez ao Infante, que percorrerá as sete partidas, se deva o alargamento do plano das navegações, de africano e atlântico para asiático e mundial.”²³⁶.

Durante o período da regência, o infante D. Pedro, apesar das tentativas de apagarem a memória dos seus feitos, teria dado um importante impulso à colonização das ilhas atlânticas, procurando resolver os problemas económico-sociais portugueses. Essa política articulava-se com o plano comercial de expansão ao longo da costa da Guiné, que durante a sua regência recebera um significativo impulso. Em oposição, era abandonada a política marroquina que só veio a receber novo ímpeto após a sua morte. A orientação que era dada pelo infante D. Pedro à expansão correspondia largamente aos anseios da burguesia portuguesa, que já tivera influência na sua colocação na regência do reino, que deveria ser exercida por D. Leonor, afecta ao infante D. Henrique e aos interesses da nobreza²³⁷.

As interpretações de Magalhães Godinho a respeito dos dois infantes mereceram críticas por parte de alguns historiadores, alguns deles distantes da corrente apologética do Infante D. Henrique. Tal foi o caso de Charles Boxer, com quem se correspondia desde 1947. Contudo, a crítica de Boxer aparecerá só em meados da década seguinte, na sequência da resposta de Magalhães Godinho a um artigo do historiador inglês sobre a historiografia portuguesa. Boxer questionava se ao demolir a lenda henriquina Magalhães Godinho não estaria a substituí-la por outra, relativa ao infante D. Pedro, correndo do risco de ir de um extremo ao outro. Em resposta, Magalhães Godinho rejeitava que a pretensa simpatia pelo infante D. Pedro fosse um reflexo do seu anticlericalismo, tal como criticavam os meios oficiais portugueses. As suas posições políticas e culturais não tinham que ver com as querelas travadas há cinco séculos²³⁸.

A crítica de Boxer não apresentaria, contudo, o desenvolvimento e a repercussão pública que teve a de Teixeira da Mota ainda nos anos quarenta. No já referido estudo *A descoberta da Guiné*, que fora bem acolhido por Duarte Leite, Damião Peres e Jaime

²³⁶ “Os descobrimentos e a evolução da economia mundial”, *Revista do Porto*, nº 4, 20 de Dezembro 1940, p. 50; *A expansão quatrocentista portuguesa...*, p. 35.

²³⁷ *Documentos...*, vol. I, 1943, pp. 211-212; *Documentos...*, vol. II, 1945, pp. 168-169.

²³⁸ Joaquim Romero de Magalhães, “Charles Ralph Boxer et Vitorino Magalhães Godinho: une polémique qui n’aura pas lieu”, *op. cit.*, p. 21.

Cortesão²³⁹, Teixeira da Mota dedicou algumas páginas à análise da tese do “romântico antagonismo” que existiria entre D. Henrique e D. Pedro²⁴⁰. Magalhães Godinho era o principal visado. Acusava-o de cair em “generalizações arriscadas” e “abstracções perigosas” sobre temas em que a escassez documental não permitiria grandes conclusões. Assim, a historiografia sociológica de Magalhães Godinho tornava-se “nitidamente anti-científica”, entrado no “domínio do malabarismo”. Teixeira da Mota era da opinião de que a tese do antagonismo entre D. Henrique e D. Pedro pretendia apenas diminuir a importância do primeiro. Contudo, o autor da *Descoberta da Guiné* tinha o cuidado de não se associar àqueles que viam as causas dos Descobrimentos apenas através da acção do infante D. Henrique – tese “absurda”, que “esquece o esforço da nação” –, não deixando, porém, de criticar a tentativa de substituir um “homem único” por outro, tal como haveria de notar Charles Boxer.

A resposta de Magalhães Godinho a estas críticas foi incisiva e mordaz²⁴¹. Ter-lhe-iam certamente ofendido as críticas de praticar uma história anti-científica, quando, como se viu, tinha procurado difundir uma metodologia que aliava a interpretação ao estreito contacto com as fontes e tinha manifestado em vários trabalhos a necessidade da historiografia contemporânea enveredar pelo caminho das então recentes metodologias científicas aplicadas às ciências humanas.

Magalhães Godinho refutava todas as críticas de Teixeira da Mota. Reiterava a ideia de antagonismo entre os dois infantes e rejeitava a crítica de que teria menosprezado os feitos de D. Henrique, que “só imbecis querem rebaixar ou exaltar”, menosprezando o trabalho do “autêntico historiador” que apenas pretende compreender a sua acção integrada no seu tempo. Quanto à pretensa exaltação da figura de D. Pedro, Magalhães Godinho diria que nunca teria procurado transformá-lo num “génio acima do tempo”, destacando que também ele tinha tido a sua empresa de pirataria.

Apesar de refutar todas as críticas de Teixeira da Mota, Magalhães Godinho não deixou de elogiar as qualidades eruditas e analíticas do recente trabalho de Teixeira da Mota. Numa década em que as posições ideológicas e historiográficas se extremavam, Magalhães Godinho denotava na historiografia de Teixeira da Mota uma certa hesitação que teria de ser resolvida:

²³⁹ Carlos Manuel Valentim, *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, pp. 98-99.

²⁴⁰ *A descoberta da Guiné*, [s.l.], 1946, pp. 312-317, separata do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», nº2, Abril de 1946.

²⁴¹ *Comemorações e história...*, pp. 30-51.

“Teixeira da Mota encontra-se numa encruzilhada. Um dos caminhos, é o da história séria, fundamentada, corajosa, verdadeira; o outro é o do delírio, da retórica, da mistificação. No primeiro, seguirá Herculano, Oliveira Martins, Alberto de Sampaio, o Conde de Ficalho, Gama Barros, Pedro de Azevedo, Costa Lobo, Duarte Leite, Jaime Cortesão, Armando Cortesão; no segundo, acompanhará... nem vale a pena dizer os nomes.”²⁴²

Assim apresentadas as críticas feitas a Magalhães Godinho a propósito das suas interpretações sobre os infantes D. Henrique e D. Pedro, pode-se perguntar se estas fariam algum sentido. Tal como se afirmou, o fulcro das interpretações de Magalhães Godinho passavam pelo combate a uma visão apologética do infante D. Henrique, procurando apresentá-lo nas suas múltiplas facetas e rejeitando interpretações que sobrevalorizavam apenas um aspecto da sua acção. A interpretação que faz sobre o infante das sete partidas insere-se neste plano, chamando a atenção para a acção de outros dirigentes e para o apagamento da memória de que era alvo D. Pedro em detrimento da do seu irmão.

Algumas das críticas de que foi alvo, ainda no âmbito das comemorações henriquinas de 1960²⁴³, não tinham grande fundamento. Contudo, algumas das suas análises – nem sempre as que os seus críticos evidenciavam – podem suscitar dúvidas quanto à sua objectividade. Ao referir-se aos conselhos que D. Duarte dera ao seu irmão, Magalhães Godinho não deixa de reconhecer que o infante D. Henrique parece “uma pessoa nem sempre decidida, por vezes até indolente, pouco perseverante, que não sabe aproveitar bem o tempo, não bom administrador de dinheiro e mesmo sem escrúpulo límpido na maneira de o adquirir, também influenciável pelos que o rodeiam”²⁴⁴.

Já os infantes D. Pedro e D. João, a propósito das suas objecções quanto à legitimidade da guerra contra os mouros, seriam os representantes da “consciência da *Humanidade* que desponta” e da “oposição inteligente de uma elite” que se opunha ao espírito de cruzada²⁴⁵. No plano da “plena lucidez dos valores éticos” estes infantes dominariam a cultura quatrocentista²⁴⁶. Nos anos sessenta, a propósito da interpretação

²⁴² *Ibid.*, p. 51.

²⁴³ Veja-se Sérgio da Silva Pinto, *O pseudopedestal do infante D. Henrique e o prof. Magalhães Godinho*, Porto, 1960, separata do jornal «Praça Nova», n.ºs 1 e 2.

²⁴⁴ *Documentos...*, vol. II, p. 143.

²⁴⁵ *Dúvidas e problemas...*, p. 18.

²⁴⁶ *A expansão quatrocentista...*, 1945, p. 120.

da obra historiográfica de Duarte Leite, Magalhães Godinho inscrevia Antero de Quental e Oliveira Martins na “grande tradição do Infante D. Pedro”, o primeiro pela condenação do espírito de conquista e o segundo por representar o economista e homem de Estado atento aos problemas portugueses²⁴⁷.

A comparação entre o infante D. Pedro e Antero de Quental não era nova, tendo já sido feita indirectamente por Oliveira Martins em *Os filhos de D. João I* – salientando sobretudo as suas características físicas e psicológicas²⁴⁸. Esta obra de Oliveira Martins teve uma influência considerável na definição dos caracteres da ínclita geração, sobretudo pela densidade dramática e psicológica que conferia a vida dos infantes. Teria influenciado a caracterização que Magalhães Godinho fez de D. Henrique e de D. Pedro?

Esta obra de Oliveira Martins não era desconhecida nem nova para Magalhães Godinho. Já num artigo que escreveu em 1935 para a *Seara Nova* – na secção “página da mocidade” que, como o nome indica, era um espaço para os jovens escritores –, Magalhães Godinho citava Oliveira Martins a propósito da caracterização de D. Duarte, corroborando a ideia martiniana do drama e infelicidade a que estiveram condenados os contemplativos e bondosos, no caso D. Duarte, mas poder-se-ia acrescentar também o infante D. Pedro²⁴⁹.

À semelhança do que viria a fazer Magalhães Godinho, Oliveira Martins também apresentou uma leitura dos infantes baseada num modelo antitético. Contudo, a antítese entre os infantes D. Pedro e D. Henrique era feita com base em diferentes tipos de caracteres – o primeiro fleumático e moralista e o segundo impetuoso e homem de acção²⁵⁰. Os destinos destes caracteres antagónicos também eram bastante diferentes: o primeiro, tal como D. Duarte, tivera uma morte prematura e dramática, o segundo, tal como o irmão bastardo, conde de Barcelos, morreria velho e feliz por terem cumprido os seus desejos.

Não havia em Oliveira Martins uma referência explícita aos infantes como representantes dos interesses de diferentes grupos sociais. É verdade que, a propósito da questão da regência após a morte de D. Duarte, Oliveira Martins definia claramente diferentes interesses: de um lado a nobreza “decaída”, apoiante da viúva D. Leonor e

²⁴⁷ “Duarte Leite – balanço de uma obra”, *op. cit.*, pp. 297 e 301.

²⁴⁸ *Os filhos de D. João I* [1891], [s.l.], 1998, p. 119.

²⁴⁹ “D. Duarte”, *Seara Nova*, nº 432, 28 de Março de 1935, p. 382.

²⁵⁰ *Os filhos de D. João I*, p. 120 e 127-128.

procurando aproveitar a sua fraqueza para se apoderar do reino, e do outro a monarquia, representada pelo infante D. Pedro, apoiado no interesse público e no “povo como classe” – repare-se que não usa o termo burguesia²⁵¹. D. Henrique, contudo, era, ao contrário do que acontece nas interpretações de Magalhães Godinho, colocado um pouco à parte na questão da regência, mais preocupado com Sagres e os seus Descobrimentos; não era o representante da fidalguia medieval, era o precursor do “espírito de aventura ultramarina”²⁵². Como já se teve oportunidade de referir, a caracterização do infante D. Henrique em *Os filhos de D. João I* está mais próxima das interpretações de Bensaúde e de Jaime Cortesão, embora, sobretudo o primeiro, tenha sobrevalorizado alguns aspectos do retrato martiniano.

O mesmo já não se pode dizer do infante D. Pedro que nesta obra desempenha um papel primordial. Oliveira Martins retrata-o como um filósofo, “precursor de uma intelectualidade”, modelo de verticalidade moral que coloca os interesses da nação acima dos seus e da nobreza em que se insere. À semelhança do que viria a fazer Magalhães Godinho, D. Pedro inseria-se numa genealogia da “doutrina do bom-senso”, que na época contemporânea teria no marquês de Pombal, Mouzinho da Silveira, entre outros, os seus representantes²⁵³. A própria alusão a Antero de Quental na descrição física e moral de D. Pedro é significativa. A caracterização de D. Pedro por Oliveira Martins permite estabelecer fortes analogias com uma linhagem de intelectuais do século XIX, nos quais se destaca Alexandre Herculano, que procurou integrar-se no sistema político para compreender a realidade e resolver os problemas do país e que fracassou nos seus propósitos.

O esforço de Magalhães Godinho para combater a lenda henriquina foi pontualmente marcado pelo ambiente cultural e político que se vinha radicalizando nestes anos quarenta. Se tal acontece na análise da figura do infante D. Henrique, já em relação à figura de D. Pedro pode-se vislumbrar a perfilhação de um modelo cívico que tinha sido delineado por Oliveira Martins.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 209.

²⁵² *Ibid.*, pp. 122 e 209-210.

²⁵³ *Ibid.*, p. 122.

Capítulo III

Historiografia, historiadores e intervenção cívica

A partir dos anos quarenta e ao longo de toda a sua vida, Magalhães Godinho foi um dos historiadores portugueses que mais vezes chamou a atenção para as relações existentes (ou que deveriam existir) entre o ofício de historiador e as diferentes formas de intervenção cívica. Para compreender a forma como concebeu estas relações há que recuar aos anos trinta da sua juventude, cruciais para a formação da sua consciência cívica.

A década de trinta ficou marcada no contexto europeu pela ascensão e consolidação de vários regimes de cariz ditatorial – entre os quais o Estado Novo português – bem como pelo deflagrar da Guerra Civil em Espanha. O início deste conflito coincidiu com a entrada de Magalhães Godinho na Faculdade de Letras de Lisboa, em cujo claustro se haveria de reunir com outros estudantes (Magalhães Vilhena, Cândida Ventura, Piteira Santos, etc.) para discutir as vicissitudes da Guerra²⁵⁴. Esta despertou em muitos jovens estudantes universitários portugueses uma consciência política e a necessidade de pensarem nos problemas do seu tempo e agirem,

²⁵⁴ Cândida Ventura, *O «socialismo» que eu vivi. Testemunho de uma ex-dirigente do PCP*, Lisboa, 1984, p. 25.

como haveria de ser relevado por Jorge de Sena em *Sinais de fogo*, romance cuja acção principal decorre na Figueira da Foz no Verão em que se iniciou o conflito espanhol. A consciencialização política e o papel a desempenhar pelos intelectuais eram assumidos como uma tomada de posição. Como posteriormente salientou Magalhães Godinho, “importava, sobretudo, não ficar neutral”²⁵⁵.

Para além do contexto político e cultural desta década, há que destacar também a importância da influência familiar para o precoce interesse de Magalhães Godinho pela intervenção cívica. Seu pai, tio e irmão – todos opositores ao Estado Novo – tinham desempenhado ou viriam a desempenhar importantes cargos públicos. Seu pai, coronel Vitorino Henriques Godinho, chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra e adido militar na Embaixada portuguesa em Paris – onde Magalhães Godinho viveu até aos três anos de idade –, havia sido deputado e ministro dos Negócios Estrangeiros (1924), do Interior (1925) e ministro interino da Guerra (1925), tendo ainda desempenhado o cargo de Director-Geral da Estatística. Seu tio, Manuel Maia Magalhães, foi governador colonial de Cabo Verde e Macau, tendo ainda, como oficial do Exército, combatido na Grande Guerra e na instauração e defesa do regime republicano. Outro tio, Barbosa de Magalhães, professor da Faculdade de Direito de Lisboa (coercivamente afastado em 1941), foi deputado e ministro da Justiça (1914-15), da Instrução Pública (1917) e dos Negócios Estrangeiros (1922). Veio a ter, já sob o Estado Novo, um papel importante nos movimentos frentistas de oposição ao regime nos anos quarenta, tal como o irmão mais velho de V. Magalhães Godinho, José Magalhães Godinho²⁵⁶.

Desta forma, o percurso cívico de Magalhães Godinho foi fortemente condicionado por esta influência familiar. As memórias do 5 de Outubro, da Grande Guerra e da I República estiveram bem presentes na sua juventude, quer através dos seus familiares mais directos que haviam tido um papel destacado nestes momentos, quer através de amigos de seu pai, como Alfredo Sá Cardoso e Hélder Ribeiro²⁵⁷. A

²⁵⁵ *Do ofício e da cidadania – combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, 1990, p. 37. Cf. João Madeira, “Os novos remexedores da história”, in David Santos (coord.), *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, 2007, pp. 307-308.

²⁵⁶ Informações retiradas de Joaquim Romero de Magalhães, “Vitorino Magalhães Godinho”, in Sérgio Campos Matos (dir.), *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, [consult. em 10 de Novembro de 2011] <http://dichp.bnportugal.pt/historiadores.htm>.

²⁵⁷ “O sonho de um país moderno”, entrevista a Vitorino Magalhães Godinho conduzida por Maria João Martins, *Jornal de Letras*, 6-19 de Outubro de 2010, pp. 7-10.

ideia de intervenção política como imperativo cívico é em grande parte herdeira dos ideais do republicanismo, transmitidos por via familiar²⁵⁸.

Ainda assim, a intervenção cívica para Magalhães Godinho revestia-se de diferentes formas. Já se aludiu no primeiro capítulo ao modo como encarava a docência como uma forma de intervenção cívica, tanto pelo seu método pedagógico, como pelas conferências que proferiu ainda nos anos quarenta. A acção política através dos movimentos oposicionistas e a historiografia foram também outras formas de intervenção cívica, embora em sentidos diferentes e com relações que carecem de compreensão. O objectivo deste capítulo é caracterizar estas formas de intervenção e procurar compreender o nexo que as une e as explica à luz de uma forma de pensar. Ao contrário dos capítulos anteriores, ir-se-á um pouco além dos anos quarenta, uma vez que a reflexão sobre as relações entre a historiografia e a intervenção cívica foi feita ao longo de toda a sua vida.

Historiografia e intervenção cívica

A concepção da historiografia como uma forma de intervenção cívica não era nova na época em que Magalhães Godinho surge no contexto cultural português. Ela remonta, aliás, ao tempo da instauração do regime liberal, sentindo-se nessa altura a necessidade de se reflectir sobre diferentes caminhos para a constituição de um modelo de cidadania em Portugal. Neste processo Alexandre Herculano teve um papel ímpar, servindo doravante de modelo cívico para outros historiadores, como se terá oportunidade de referir. No entanto, há que destacar, no tempo que vai desde a I República até aos anos cinquenta, o ensaísta António Sérgio, figura crucial para um entendimento específico da história como meio de renovação da mentalidade portuguesa e de exercício da sua “pedagogia social”²⁵⁹. Para o autor dos *Ensaio*s, a história adquiria sobretudo uma importância pragmática, distanciando-se da perspectiva positiva do erudito e do arquivista. Era sobretudo perspectivada à luz dos problemas do presente e de um futuro desejável, embora não determinado. Esta foi uma ideia que reiteradamente

²⁵⁸ Esta influência foi também muito clara no seu irmão que, nove anos mais velho, tinha memória de muitos acontecimentos da I República. Cf. José Magalhães Godinho, *Pela liberdade*, Lisboa, 1990, pp. 13-24.

²⁵⁹ Para a caracterização do pensamento histórico de António Sérgio veja-se Sérgio Campos Matos, “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, 2008, pp. 215-230.

repetiu nos seus ensaios de temática histórica, como foi o caso da introdução à sua projectada *História de Portugal* (1941), de que só saiu o primeiro volume, logo apreendido pela censura:

“tomo-a [a história] como um meio dos mais adequados para nos familiarizarmos com os casos da nação *presente*, com as necessidades e os problemas do Portugal *de agora*. Penso no *agora*, - e na tua acção.”²⁶⁰

Nunca é demais lembrar que António Sérgio não se considerava um historiador e que o seu contributo para a história era feito na perspectiva do pedagogo. Importava sobretudo salientar na interpretação do passado as matérias que contribuíam para um mais claro entendimento do presente e enterramento de um passado que já não existia, em consonância com o seu prospectivismo histórico. Por outro lado, a valorização do aspecto interpretativo e subjectivo na análise histórica era também uma forma de destacar a importância do espírito crítico ou científico, entendidos em oposição ao espírito dogmático, que por essa altura era patente em quadrantes ideológicos opostos²⁶¹.

António Sérgio foi porventura o intelectual português que na primeira metade do século XX mais contribuiu para o entendimento das relações entre historiografia e a intervenção cívica na sua perspectiva racionalista e humanista. A sua participação no panorama cultural português dos anos trinta e quarenta teve uma repercussão considerável, sobretudo em jovens estudantes universitários sensíveis aos ideais liberais e democráticos.

Os anos trinta tinham, contudo, trazido ao panorama cultural português um conjunto de jovens intelectuais que pretendiam impor e divulgar “uma nova visão do mundo”, não necessariamente coincidente com os valores de uma geração a que Sérgio pertencia²⁶². Esta asserção é especialmente válida no domínio historiográfico, nomeadamente num conjunto de jovens que, como Magalhães Godinho, se formaram na Faculdade de Letras de Lisboa nos anos quarenta.

²⁶⁰ “Divagações proemiais”, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, 1978 [1ª ed., 1941], p. 3. Itálicos do Autor.

²⁶¹ Sérgio Campos Matos, “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, *op. cit.*, p. 225.

²⁶² Sobre este assunto veja-se Luís Augusto Costa Dias, *Uma anti-seara em «Seara Nova». Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*, Coimbra, 2002, pp. 31 e ss.

Esta relação institucional – que, apesar de tudo, como se viu, rejeitavam – e a aquisição de conhecimentos específicos sobre a história e suas metodologias marcavam um importante distanciamento em relação ao pensamento de António Sérgio sobre a história. Não que enjeitassem o valor de algumas teses sergianas, nem a importância que dava ao presente na formulação dos problemas, nem sequer o seu “fantasiar de hipóteses”, que haveriam de valorizar na construção do conhecimento histórico. Separava-os, sobretudo, a consideração da história como conhecimento cientificamente formulado, sujeito a regras metodológicas, com o fito da objectividade, tanto na crítica às fontes como na explicação histórica. Nesse sentido, as perspectivas pedagógica e reformadora com que Sérgio via a história mereceram críticas por parte de alguns dos historiadores que se tinham formado em convívio – directo ou indirecto – com o autor dos *Ensaio*s.

As críticas à concepção de história de António Sérgio vieram, entre outros, de Magalhães Godinho. Num balanço que em 1954 fizera sobre a historiografia portuguesa contemporânea, criticava Sérgio por se ter limitado a pouco mais do que retomar algumas das hipóteses já levantadas por Oliveira Martins e também pela sua concepção de história, portadora de leituras anacrónicas do passado, tal como as denunciava Lucien Febvre:

“se temos de partir das questões que se põem na actualidade, e se a elas devemos voltar depois dessa marcha pelo passado, a subordinação constante da pesquisa desse passado ao actual resvala para o anacronismo que conduz por ricochete à incompreensão do nosso tempo, e à ingenuidade de certas soluções políticas e económicas.”²⁶³

Também Joel Serrão viria a chamar a atenção para a necessidade de procurar compreender objectivamente o passado nacional. As tentativas de resolução dos problemas nacionais que não tivessem em conta esse pressuposto arriscavam-se a arquitectar soluções sobre o vácuo, de um passado mais idealizado que verosímil²⁶⁴. Note-se que Joel Serrão foi um dos historiadores que mais reconheceu o valor do pensamento sergiano, confessando a sua influência por diversas vezes. Contudo, a sua “história valorativa”, que criticava acontecimentos passados em vez de procurar

²⁶³ Magalhães Godinho, “A historiografia portuguesa contemporânea do século XX – orientações, problemas, perspectivas” (1955), *Ensaio*s, vol. III, Lisboa, 1971, p. 237.

²⁶⁴ Joel Serrão, *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, [1960], pp. 34-35.

compreendê-los (veja-se a polémica em torno de D. Sebastião), corria o risco – tal como notara Magalhães Godinho – de ser anacrónica²⁶⁵.

O distanciamento perante a concepção de história sergiana não assentava apenas na valorização de diferentes métodos e objectivos no estudo do passado. As possibilidades e formas de intervenção cívica tinham também mudado, em grande medida pelas limitações impostas pelo controlo ideológico do Estado Novo. Se a concepção de história sergiana foi formulada à luz do imperativo seareiro de reforma das mentalidades – e, como tal, uma história pedagogicamente perspectivada –, com o surgimento do Estado Novo os valores que essa concepção de história transportavam foram seriamente coarctados.

Essa mudança, que resultou numa marginalização de historiadores afectos aos valores liberais e democratas, foi notada por Câmara Reis, intelectual seareiro que tinha sido professor liceal de Magalhães Godinho e de José-Augusto França, estando ciente das diferenças que entretanto se tinham formado. Em artigos que escreveu na *Seara Nova* nos anos cinquenta, lembrando o diplomata e historiador Alberto Veiga Simões, Câmara Reis destacava bem o isolamento e as limitadas formas de intervenção cívica que então eram impostas aos historiadores oposicionistas que se haviam formado nos anos quarenta na Faculdade de Letras de Lisboa:

“Ao mostrar estes apontamentos a Joel Serrão [...] vi-lhe, nos olhos, um súbito fulgor, como num tentador entrever duma vida mais larga, mais feliz, mais animada e atraente, com uma projecção histórica de mais aliciante interesse. Não, querido Amigo. A vossa geração, com o Vitorino Godinho, o Magalhães Vilhena, o António José Saraiva, o Jorge de Macedo, tantos outros, tem, neste ambiente de cativo e de expatriação dentro da própria pátria, um cunho de sinceridade e de reflexão, de clausura monástica, *in angello cum libello*, que os dignifica e enaltece. Contentem-se, nos seus gabinetes de trabalho, em se entreterem, pelo pequeno *ecran* da televisão da história e da anedota, com os filmes descoloridos da geração de 1910.

A Coimbra boémia, o *coupé* ao mês, as incursões na *Capital*, o diletantismo literário e político, têm muito mais graça vistos de longe, para mim nimbados de saudade, para vocês, confinados há dez ou vinte anos ao monaquismo intelectual e beneditino, o súbito apetite, efémero mas vivo, do que se não foi, do que se não é.”²⁶⁶

²⁶⁵ Joel Serrão, *O lugar da história no pensamento de António Sérgio*, Lisboa, 1976, p. 48, separata do livro em «Homenagem a António Sérgio», colectânea I.

²⁶⁶ Câmara Reis, “Evocação de Veiga Simões”, in Alberto Veiga Simões, *Estudos de história*, edição e apresentação de A. A. Marques de Almeida, Lisboa, 2004, p. 28.

Tendo em conta, por um lado, o reconhecimento de uma concepção de história assente sobretudo numa metodologia científica que privilegiava a objectividade e a crítica dos documentos e, por outro, as limitações impostas pelo Estado Novo à divulgação de valores liberais e democráticos, impõe-se perguntar como foram perspectivadas as relações entre a historiografia e a intervenção cívica por parte de Magalhães Godinho?

Já no início dos anos setenta, Joel Serrão viria a reflectir sobre estas relações, concluindo que o historiador “está condenado à cidadania”. Tinha que conjugar as duas faces do seu ofício: a de “historiador cientista” e a de “historiador cidadão”. Se a ideologia era a negação da atitude e da metodologia científicas, havia que reconhecer que o historiador “coabita com o cidadão”, vivendo num tempo e espaço determinado. Sensível a esta condição, o autor dos *Temas oitocentistas* questionava: “e como é que este [o historiador] se pode esquivar [...] às influências e às opções de carácter ideológico?”²⁶⁷.

Como se viu no capítulo anterior, Magalhães Godinho procurou nos seus estudos sobre a história da Expansão portuguesa combater e denunciar as leituras e discursos sobre passado que teriam como fim último legitimar a ideologia e as políticas coloniais do Estado Novo. Contudo, algumas das suas interpretações seriam igualmente postas em causa, nomeadamente por Charles Boxer. Segundo este historiador britânico, Magalhães Godinho teria errado e exagerado em algumas das suas interpretações devido a certos “preconceitos”²⁶⁸. Boxer visava especialmente as interpretações de Magalhães Godinho em relação ao infante D. Pedro. A resposta de Magalhães Godinho foi dada na correspondência trocada entre ambos, importante para compreender como entendia as relações entre a historiografia e a intervenção cívica:

“Ma position politique et culturelle implique, nécessairement, la subordination à l’objectivité caractéristique de l’esprit scientifique, à considérer comme antagonique avec les intérêts que je défends, la subordination à des fins de propagande, quelle que soit son idéologie”. [...] *Ma*

²⁶⁷ Joel Serrão, “Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia, ideologia e tempo”, *A emigração portuguesa – sondagem histórica*, 4ª ed., Lisboa, 1982 [1ª ed., 1972], pp. 19-20.

²⁶⁸ “Some notes on portuguese historiography 1930-1950” (1954), *Opera minora*, edição, introdução e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, 2002, p. 21.

*position politique actuelle est, en partie, déterminée par la conviction de ce que certains régimes sont incompatibles avec la recherche scientifique*²⁶⁹.

A ideia de que as conquistas da investigação científica seriam incompatíveis com certos regimes não era nova. Ainda nos anos quarenta aplicou-a na análise genérica que fez à evolução do pensamento histórico no quadro de uma história universal²⁷⁰. Após uma origem em que o passado era pensado em termos míticos, em que as genealogias divinas se misturavam com as reais, a história tinha-se libertado progressivamente das teologias e os “mitos laicizam-se” num quadro de repúblicas urbanas, comerciais e industriais. A *polis* grega, geradora de Heródoto e Tucídides, “exige a consciência do cidadão” e a história enquanto procura de compreensão das realidades passadas floresce. A mudança dá-se com o Império Romano, com os historiadores a colocarem-se “ao serviço da ideologia do grupo dominante”. Os casos de Tito Lívio e da *Eneida* de Vergílio eram disso um exemplo e, em comparação à época grega, “murcha a consciência de cidadão e forja-se a de súbdito”. A história, enquanto ciência, é posta em causa na época de dominação romana²⁷¹.

A forma como Magalhães Godinho analisou a evolução da historiografia foi, em grande medida, perspectivada nestes dois termos associados à natureza dos regimes políticos: por um lado, a “libertação do indivíduo e da conquista científica do passado” e, por outro, a “pressão da unanimidade colectiva (definida pela conveniência de certos sectores) e da ritualidade comemorativa”²⁷².

A dicotomia entre o súbdito e o cidadão seria utilizada em outras ocasiões (como se terá oportunidade de referir), bem como a ideia de que ao primeiro estava associada uma história ao serviço da ideologia de um grupo restrito e não de toda a nação. Como também referiu ainda em 1942, importava sobretudo à história, fruto da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, adequar-se à função social do seu tempo, que passava necessariamente pela preocupação com as “grandes massas” e já não apenas

²⁶⁹ Cit. por Joaquim Romero Magalhães, “Charles Ralph Boxer et Vitorino Magalhães Godinho: une polémique qui n’aura pas lieu”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L, Lisboa – Paris, 2005, pp. 21-22. Itálico meu.

²⁷⁰ *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, 1946, pp. 11-19.

²⁷¹ A ideia de que o desenvolvimento da história requer a existência de cidadãos e não de súbditos, seria retomada ainda nos anos sessenta: “A história, como ciência, tem como requisito sociológico o cidadão, é incompatível com o súbdito.” Magalhães Godinho, “Duarte Leite – balanço de uma obra” (1962), *Ensaíes*, vol. III, Lisboa, 1971, p. 314.

²⁷² “Duarte Leite – balanço de uma obra” (1962), *op. cit.*, p. 291.

com as elites dirigentes²⁷³. Dito de outra forma, a história, enquanto forma de pensar e conhecimento, deveria contribuir para a formação de uma plena cidadania.

O modo como Magalhães Godinho pensava as relações entre história e intervenção cívica deve ser compreendida sobretudo na sua reflexão em torno da formulação do conhecimento científico e suas características e não tanto por uma determinada leitura ideológica do passado, que, como se viu, procurava denunciar. Como se tem procurado aludir, o espírito científico só poderia vingar num regime político que permitisse a afirmação do cidadão. Nos seus fundamentos, tanto a democracia como a ciência seriam formuladas a partir da persuasão, ou seja, da razão, e não a partir de dogmas ou da coerção da vontade dos cidadãos:

“a atitude científica é antagónica com a hierarquia autoritária, supondo, pelo contrário, o espírito democrático – a igualdade de todos em que só prevalece o que é persuadido pela prova livremente aceite por todos.”²⁷⁴

O nexó entre ciência e cidadania deve ser entendido nesta perspectiva e a luta pela afirmação do espírito científico só faria sentido se fosse acompanhada pela implementação de uma democracia. Assim, a sua colaboração para o derrube do Estado Novo, participando em alguns dos mais importantes movimentos oposicionistas, era indissociável da sua luta pela introdução do espírito científico e da cidadania em Portugal.

Todavia, com o 25 de Abril muitos dos problemas da sociedade portuguesa tinham-se mantido e ter-se-ia perdido a oportunidade de modernizar o país. Magalhães Godinho foi nas décadas seguintes bastante crítico com processo de institucionalização das ciências sociais e humanas em Portugal, bem como com o funcionamento da própria democracia, sobretudo nos últimos anos em que já punha em causa a sua existência no seu sentido amplo²⁷⁵.

²⁷³ “A historiografia contemporânea: orientações e problemas”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1-2, 1942, p. 78.

²⁷⁴ “Em torno de: o que é a ciência”, *Ensaio*, vol. IV, Lisboa, 1971, p.178. Cf. também “Ciências sociais, cidadania e historiografia (II parte)”, entrevista a Vitorino Magalhães Godinho conduzida por Fernando Rosas e José Miguel Sardica, *História*, ano XX (nova série), nº 11, Fevereiro de 1999, p. 11 e Rui Santos, “Theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinho’s historical work”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 340-341.

²⁷⁵ Cf. “Portugal não tem uma democracia”, entrevista a Vitorino Magalhães Godinho conduzida por João Céu e Silva, *Diário de Notícias*, 27 de Fevereiro de 2009, pp. 26-27.

Mas se a história era entendida como parte integrante do conhecimento científico e como tal perspectivada nas relações a cidadania, adquire, contudo, noutro sentido, um lugar particular na forma como Magalhães Godinho pensava os problemas inerentes ao tempo presente. A história era “uma maneira de pensar” e de compreender o devir, axioma que se encontra presente desde os seus primeiros trabalhos, entre os quais a sua tese de licenciatura, que procura compreender a razão na dimensão histórica. Como bem haveria de salientar Eduardo Lourenço - de forma irónica e paradoxal – “a história era a sua metafísica.”²⁷⁶

Em vários dos seus textos publicados, mesmo que aparentemente mais circunstanciais ou doutrinários, o entendimento que fazia do presente era consubstanciado numa constante preocupação diacrónica. É nesse sentido que se devem ler muitas das suas críticas à implementação de ideias e políticas em Portugal, muitas das vezes de forma acrítica e sem ter em conta as estruturas, as necessidades e o passado do país²⁷⁷.

A importância da história no entendimento que fazia do presente era já bem notória nos anos quarenta, como o demonstra o ensaio *Os mitos à cerca da origem das guerras*. Publicado em 1945, este ensaio foi claramente marcado pela conjuntura do momento, em pleno pós-guerra no continente europeu. Magalhães Godinho procurava reflectir sobre as origens das guerras, rejeitando todos os argumentos que apontavam para o “instinto” dos povos e para a dualidade de “povos pacíficos” e “povos guerreiros”. Em causa estavam sobretudo os argumentos fatalistas que viam na manietação bélica e industrial da Alemanha uma solução duradoura de paz. Ao invés, para Magalhães Godinho a origem das guerras assentava em diversos e complexos factores económicos, sociais, culturais, técnicos, etc., que poderiam ser despoletados em quaisquer sociedades humanas. Recorrendo a numerosos exemplos do passado, Magalhães Godinho mostrava que mesmo os povos considerados pacíficos tinham, em dado momento da sua história, despoletado guerras e desenvolvido uma vocação imperialista. A solução estaria na identificação dos factores que haviam levado

²⁷⁶ *Público*, 28 de Abril de 2011, p. 16. Considera-se irónica a afirmação de Eduardo Lourenço pela forma como Magalhães Godinho desde cedo se opôs ao pensamento metafísico. Ao invés, o conhecimento científico era entendido como método de apreensão e compreensão da realidade (complexa e diversa). Opunha-se, desta forma, à compreensão total e apriorística da “essência”.

²⁷⁷ Esta era já uma característica que reconhecia em Alexandre Herculano: “Herculano é historiador, porque pensa que a ciência da História servirá para detectar os problemas do seu tempo e contribuirá para encontrar soluções eficazes e que se coadunem com o legado tradicional”. Vitorino Magalhães Godinho, “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, in *Alexandre Herculano, - o cidadão e o historiador*, antologia organizada por Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias, Lisboa, 2010, p. 28.

determinada nação a enveredar por uma política belicista e agir de acordo com essa identificação e não tomar as nações como portadoras de determinados “temperamentos” que se verificariam à margem do tempo e das suas mudanças: “tudo varia com as circunstâncias”²⁷⁸.

Uma genealogia de historiadores cidadãos

Desde cedo Magalhães Godinho demonstrou um interesse pela história da historiografia portuguesa, em especial por alguns dos seus historiadores mais proeminentes. Tal foi o caso do interesse por Oliveira Martins ainda nos anos quarenta, chegando mesmo a ponderar realizar uma tese de doutoramento sobre o autor do *Portugal contemporâneo*, sendo, no entanto, desse intuito desaconselhado pela proximidade de um século XIX ainda visto com desconfiança²⁷⁹.

O seu interesse pela história da historiografia portuguesa esteve associado a diferentes razões. O desconhecimento que havia em França da mais recente bibliografia histórica portuguesa constitui uma das primeiras, que o motivou a escrever um pequeno artigo para os *Annales*, fazendo um balanço crítico da historiografia portuguesa das últimas décadas²⁸⁰.

Contudo, outros motivos mais profundos explicam este interesse. A consciência das importantes transformações por que passava a historiografia no contexto francês levou-o a definir claramente uma cesura entre o passado e o presente (e também futuro) dos estudos históricos. A divulgação das novas directrizes da historiografia contemporânea requeria que se analisassem os caminhos até aí percorridos nos estudos históricos. Para difundir em Portugal as novas perspectivas que se traçavam, Magalhães Godinho teve necessidade de se demarcar dos rumos dominantes da historiografia portuguesa. A ideia de “crise da história”, título de um dos ensaios mais significativos da renovação que se operava na historiografia, é revelador desta perspectiva.

Como qualquer ideia de renovação, o corte com o passado nunca é total, como, aliás, a própria etimologia da palavra deixa transparecer. Se era necessário renegar os caminhos que haviam marcado as tendências dominantes da historiografia portuguesa

²⁷⁸ *Os mitos à cerca da origem das guerras*, Lisboa, 1945, p. 29.

²⁷⁹ Magalhães Godinho, *Do ofício e da cidadania – combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, 1990, pp. 56 e 60.

²⁸⁰ “Le Portugal devant l’histoire. Tour d’horizon bibliographique”, *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 3º ano, nº3, Julho-Setembro 1948, pp. 345-352.

dos últimos tempos, o passado era também lugar de legitimação de novas propostas. Neste sentido, o interesse de Magalhães Godinho pela história da historiografia portuguesa justifica-se, em parte, pela necessidade de reatar certo modo de conceber o passado, no caso, retomar a tradição do historiador-cidadão²⁸¹.

Como foi referido em capítulo anterior, a propósito da encruzilhada em que, na sua opinião, se encontrava Teixeira da Mota, Magalhães Godinho já contemplava, em 1947, a ideia de uma linhagem de historiadores que era necessário retomar. Teixeira da Mota deveria optar entre uma história “séria, fundamentada, corajosa, verdadeira” ou uma história do “delírio, da retórica, da mistificação”. No primeiro caso encontravam-se Herculano, Oliveira Martins, Alberto de Sampaio, Pedro de Azevedo, Costa Lobo, Duarte Leite, Jaime Cortesão, entre outros²⁸².

Um dos textos em que a ideia de uma genealogia de historiadores-cidadãos se encontra mais nítida é em “A historiografia portuguesa contemporânea do século XX – orientações, problemas, perspectivas”, que publicou em 1955. Este artigo resultava de uma conferência que tinha dado em Agosto do ano anterior – mês em que morreu Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil e fundador do Estado Novo – na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, onde se encontrava, juntamente com Maurice Lombard e Pierre Monbeig, no âmbito da Missão Universitária Francesa²⁸³.

Este texto define com clareza uma ideia de crise na historiografia portuguesa do século XX, que se teria dado a partir do seu segundo quartel – repare-se na coincidência com a instauração da Ditadura Militar em 1926. O trabalho de erudição que havia marcado a historiografia portuguesa das décadas anteriores havia esmorecido, começavam-se a formar ideias feitas do passado e a análise perdia-se em pormenores de menor importância²⁸⁴. As duas grandes histórias de Portugal lançadas nessa década – a de Fortunato de Almeida (1922-29) e a de Damião Peres (1929-1935) – “parecem fechar uma época, e não abrir horizontes de pesquisa”²⁸⁵. Pelas janelas cerradas da historiografia portuguesa não entravam os novos ventos que vinham de França, não se

²⁸¹ Cf. Carlos Maurício, *A invenção de Oliveira Martins. Política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, 2005, pp. 144 e ss.

²⁸² *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)*, Lisboa, 1947, p. 51.

²⁸³ Sobre esta passagem por São Paulo, ver Vera Lúcia Amaral Ferlini, “Affluences, croisements, permanences: Vitorino Magalhães Godinho dans le cours d’histoire de l’Université de São Paulo”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L, Lisboa-Paris, 2005, pp. 63-68.

²⁸⁴ “A historiografia portuguesa contemporânea do século XX – orientações, problemas, perspectivas” (1955), *op. cit.*, p.232.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 236. Exceptuam-se alguns capítulos na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, nomeadamente os assinados por Jaime Cortesão.

vislumbrando, tirando algumas excepções como Jaime Cortesão e Veiga Simões, as marcas de Henri Pirenne, Lucien Febvre e Marc Bloch²⁸⁶.

A oposição entre o historiador-cidadão e o historiador-cortesão está presente neste texto, claramente marcado pela ideia de corrosão e manietação da investigação científica que se vivia no Estado Novo. O facto de esta conferência ter sido realizada e editada no Brasil não é, por isso, despiendo. Esta dicotomia era acompanhada pela definição de uma tradição de historiadores que Magalhães Godinho pretendia retomar:

“Sublinhemos apenas a persistência dessa tradição que remonta a Fernão Lopes, dos historiadores não cortesãos adutores mas sim cidadãos, daqueles para quem a história é uma busca ansiosa da verdade, mesmo que se tenha que fazer a amarga experiência da independência mental. Como sempre, são os francos atiradores – tais como Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões e alguns mais – aqueles cuja projecção universal é mais autêntica.”²⁸⁷

Na opinião de Magalhães Godinho, o futuro era promissor quanto ao retomar desta tradição historiográfica, sobretudo pelo aparecimento de “novas gerações” de historiadores como Borges de Macedo, Joel Serrão, Barradas de Carvalho, Mário Soares, Óscar Lopes, Virgínia Rau, Armando Castro, Julião Soares de Azevedo (embora tivesse falecido em 1953), Orlando Ribeiro, Fernandes Martins – estes dois últimos partindo da geografia –, entre outros²⁸⁸.

O trecho citado dá-nos já algumas qualidades que deveriam existir neste modelo cívico do historiador: busca da verdade, independência, projecção universal. Vejamos agora individualmente alguns dos historiadores que mais atenção lhe suscitaram para melhor se poder definir a sua concepção de historiador-cidadão.

Fernão Lopes

Esta genealogia de historiadores-cidadãos teria uma origem remota em Fernão Lopes. Compreende-se. Numa altura, como se viu, em que a função social da historiografia contemporânea correspondia à preocupação pelas “grandes massas”, Fernão Lopes era o cronista da revolução de 1383-85, quem vira as multidões e as várias personagens da burguesia. Para Magalhães Godinho, Fernão Lopes era o

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 236.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 241.

²⁸⁸ *Ibid.*, pp. 241-42.

“cidadão”, o “homem que exprime a consciência nacional num momento de crise e de transformação”²⁸⁹.

A análise que fazia do cronista régio era indissociável do seu sucessor no cargo, Zurara. Eram perspectivados em total oposição e reveladores das mudanças entretanto operadas na cultura de corte. Na caracterização que lhes é feita é aplicada a dialéctica do cidadão e cortesão, que Magalhães Godinho descortinava ainda no seu tempo:

“A um lado, o historiador consciente da dignidade e da independência da pesquisa [...] Ao outro lado, o cronista áulico da corte, aquele que não buscou a verdade pela verdade, mas busca servir uma política de expansão e uma reacção social e ideológica, a soldo de uma classe[...] Historiador livre, historiador cortesão, dignidade e autonomia da pesquisa, complacência com os poderosos do dia: drama do século XV, drama talvez da investigação do nosso tempo”²⁹⁰.

Algumas das características da oposição que Magalhães Godinho fez entre Fernão Lopes e Zurara encontravam-se já em Alexandre Herculano. Contudo, para o autor da *História de Portugal*, a grande diferença não se teria verificado entre estes dois cronistas. Inferior a Fernão Lopes, Zurara “não deixou de fazer com seus escriptos bom serviço á litteratura patria”²⁹¹. A grande mudança tinha-se dado entre o tempo de D. Afonso V e de D. Manuel ou entre o tempo de Fernão Lopes e Zurara e Rui de Pina e Garcia de Resende. Nestes dois últimos cronistas já não se encontrava uma história da nação mas sim biografias reais, de ambiente cortesão, fruto já dos tempos da centralização monárquica e das riquezas da Índia. Na história de Fernão Lopes, pelo contrário, é o “povo que tumultua e brada com voz de gigante – patria!”²⁹².

Alexandre Herculano

Alexandre Herculano (1810-77) foi uma decisiva referência cívica para Magalhães Godinho, porventura a mais significativa entre os historiadores, inaugurando com o Liberalismo uma forma de conceber o ofício de historiador indissociável da

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 229.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 230. Cf. também *A crise da história...*, 1946, p. 16. António José Saraiva, embora de forma menos incisiva, viria também a destacar que enquanto Fernão Lopes escrevia a crónica de um povo, Zurara escrevia a crónica do herói. *História da literatura portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1950, p. 26.

²⁹¹ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, tomo V, 5ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, [s.d.], p. 16.

²⁹² *Ibid.*, pp. 27-29. Agradeço ao Professor Sérgio Campos Matos a chamada de atenção para esta perspectiva de Herculano.

intervenção cívica²⁹³. Não se pode deixar de estranhar, por isso, que no artigo que escreve em 1955 sobre a historiografia portuguesa – em que é mais clara a construção de uma genealogia de historiadores-cidadãos – Magalhães Godinho não contemple Herculano.

Ainda assim, sobretudo a partir dos anos setenta, quando se tornou necessário convocar um modelo cívico numa democracia em construção, Magalhães Godinho não deixou de ter em conta a figura de Herculano. Na obra *Para a renovação da política nacional* (1978), Magalhães Godinho recorda, em epígrafe, o seu exemplo:

“Quando o pensamento fracassa em modelar a política, só resta ao pensamento o exílio e não há solução para os problemas nacionais – o porvir cerra-se num presente que escapa à vontade dos homens.”

A convocação de Herculano tinha um intuito evidente. Magalhães Godinho vinha de uma experiência política “fracassada”²⁹⁴ enquanto ministro da Educação e Cultura nos segundo e terceiro governos provisórios. Tal como viria a diagnosticar na fase em que Herculano já se encontrava em Vale de Lobos, sentia-se marginalizado e ter-se-ia apercebido da incapacidade do pensamento modelar a política. Assim, a concepção de cidadania de Magalhães Godinho é em grande medida percepcionada como um isolamento ou uma oposição aos poderes dominantes²⁹⁵. Tanto durante o Estado Novo como no regime democrático, a sua concepção de cidadania é igualmente um acto de resistência e inconformismo.

A influência cívica que Herculano exerceu sobre Magalhães Godinho é acompanhada de uma certa similitude de trajectos de vida. Embora tenham vivido em diferentes épocas e com distintas “ferramentas mentais”, não deixa de ser interessante notar que ambos tenham procurado renovar os métodos, perspectivas e problemas da historiografia portuguesa, processo esse acompanhado de um contacto directo com

²⁹³ Esta influência já havia sido notada por A. H. de Oliveira Marques, “Esboço histórico da historiografia portuguesa”, *Ensaios de historiografia portuguesa*, Lisboa, 1988, p. 33 e por Joaquim Romero de Magalhães, “Vitorino Magalhães Godinho”, in Sérgio Campos Matos (coord.), *op. cit.* [http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_godinho.htm.]

²⁹⁴ Este adjectivo foi utilizado pelo próprio Magalhães Godinho, referindo-se a alguns dos seus projectos. Cf. “O homem que teima em ser cidadão”, entrevista conduzida por João Mesquita e José Pedro Castanheira, revista «Única» do *Expresso*, 10 de Maio de 2008.

²⁹⁵ “Não andando nos séquitos de Belém nem de S. Bento, não estando a coberto de nenhum partido cujo favor conquiste por adulação ou complacência, é evidente que, ainda que não me queira comparar a ele, como Herculano estou isolado”. “Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista” (1979), *Ensaios e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, 2009, p. 469.

outras realidades historiográficas no “exílio” do reinado de D. Miguel e do Estado Novo, respectivamente. Aliás, José-Augusto França, num depoimento sobre Magalhães Godinho logo após a sua morte, aludia com pertinência a esses dois tempos fundamentais na historiografia portuguesa contemporânea: o momento de Herculano e o momento de Magalhães Godinho, separados por um século (os decénios de 1840 e de 1940). Ambos foram personalidades influentes na constituição de novos regimes políticos, dos quais viriam a ter uma opinião muito crítica pela permanência de muitos problemas estruturais na sociedade portuguesa. O progressivo isolamento e desilusão, como vimos, é outra similitude nos seus processos de intervenção cívica²⁹⁶.

O aspecto do pensamento cívico de Herculano que Magalhães Godinho mais salientou foi a interligação entre ofício de historiador e a cidadania. Como refere “Herculano o historiador, ou seja o cidadão que enfrenta os problemas da sua época” ou, dito ainda de outro modo, “Herculano estará sempre ao serviço dos problemas do seu tempo, muito mais do que dos problemas do passado, que para ele são um simples instrumento”²⁹⁷.

Oliveira Martins

A par de uma história de Portugal e dos portugueses, a publicação de uma obra sobre Oliveira Martins (1845-1894) foi um dos projectos historiográficos não realizados de que Magalhães Godinho mais se lamentava. Se Herculano foi, entre os historiadores, aquele que mais influência teve no seu modelo cívico, Oliveira Martins foi, sem dúvida, o que mais influência teve na interpretação da história de Portugal, quer directamente, quer através de outros também influenciados pelo autor da *História da civilização ibérica*, casos de Jaime Cortesão, António Sérgio e Veiga Simões, este último através das obras dos anteriores. As sugestivas hipóteses que trouxe à interpretação histórica, a abordagem sociológica, a atenção aos factores económicos, o enquadramento ibérico de algumas interpretações, a pluridisciplinaridade dos seus estudos históricos, entre outros

²⁹⁶ Apesar destas similitudes apontadas, não deixam de haver profundas diferenças nas suas formas de pensar. Algumas das diferenças podem ser vislumbradas no recente estudo que Magalhães Godinho fez em introdução a uma antologia da obra de Herculano, em que descortina, por exemplo, uma contradição entre a sua mentalidade de crente e de cientista. “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, *op. cit.*, pp. 19-26.

²⁹⁷ “Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista”, *op. cit.*, p. 470 e 473.

aspectos, fazem de Oliveira Martins uma figura primordial na procura de afirmação de uma renovação historiográfica portuguesa nos anos trinta e quarenta do século XX.

Como bem viu Carlos Maurício, a interpretação que Magalhães Godinho fez da obra martiniana era claramente adequada à concepção de história que procurava implementar, omitindo ou desvalorizando outros aspectos do labor historiográfico de Oliveira Martins²⁹⁸. Assim, eram destacadas a matriz socioeconómica da sua interpretação da história pátria ou a existência de uma teoria geral da história de Portugal e omitidas ou desvalorizadas a “vertente naturalista” (ou, como diria Magalhães Godinho, a explicação “vital-emocional” martiniana²⁹⁹), a fase das biografias históricas ou ainda o ideário cesarista que viria a desenvolver para o final da sua vida.

Na vertente cívica, a forma como Oliveira Martins procurou encarar os problemas portugueses que se prolongavam no tempo e o papel que conferia às ciências sociais para a clarificação e resolução desses problemas são os dois aspectos principais que Magalhães Godinho valorizou na análise da sua cidadania³⁰⁰.

Duarte Leite

À semelhança do que se apontou em Herculano, também em relação a Duarte Leite (1864-1950) se pode afirmar que constituiu um modelo cívico dos mais relevantes para Magalhães Godinho, já no quadro de uma cidadania republicana. Professor da Academia Politécnica do Porto desde os seus 22 anos, Duarte Leite viria a desempenhar importantes cargos públicos: ministro das finanças no governo de João Chagas (1911), presidente do Ministério e ministro do Interior (1912-13) e embaixador de Portugal no Brasil (1913-1931). Ao contrário do que aconteceu com os casos de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e do próprio Magalhães Godinho, o interesse pela história só se manifestou em fase mais adiantada da sua vida, no âmbito das comemorações do centenário da independência do Brasil em 1922.

²⁹⁸ Carlos Maurício, *op. cit.*, p. 146.

²⁹⁹ *A expansão quatrocentista portuguesa...*, Lisboa, 1945, p. 8.

³⁰⁰ “Oliveira Martins é o economista e o homem de Estado extremamente atento também aos cruciais problemas portugueses, situa-se na linhagem de D. Pedro e dos grandes economistas seiscentistas e posteriores.” Magalhães Godinho, “Duarte Leite – balanço de uma obra (1962), *op. cit.*, p. 301. Conferir ainda as frases de Oliveira Martins que Magalhães Godinho selecciona em epígrafe à sua obra *Portugal – a pátria bloqueada e a responsabilidade da cidadania*, Lisboa, 1985, p. 8. Aqui pretende salientar a importância da verdade na política.

A interpretação de Magalhães Godinho relativamente à intervenção cívica de Duarte Leite seria feita aquando da organização da colectânea de estudos de história dos Descobrimentos do matemático portuense³⁰¹. Em estudo final à colectânea, Magalhães Godinho notava que, após uma primeira fase inteiramente dedicada aos estudos superiores, “a evolução da vida nacional compelia Duarte Leite a não se confinar às suas funções docentes e de investigação”, iniciando o seu percurso político nos meios republicanos portuenses ainda no século XIX. Nos anos que antecedem a República, o autor de *Os falsos precursores de Álvares Cabral* foi, na sua opinião, “sobretudo o cidadão militando na política por consciência cívica e patriótica”³⁰². Com o advento da República, Duarte Leite viria a desempenhar, como vimos, cargos relevantes no novo regime. Segundo Magalhães Godinho, tal como notara em Oliveira Martins, “revela-se autêntico homem de Estado”, “ao serviço do povo” e que, tal como haveria de salientar em Herculano, recusou “quaisquer honrarias e distinções”³⁰³.

O pensamento económico de Duarte Leite também é destacado, revelando algumas posições que também seriam as de Magalhães Godinho. Assim, cita alguns trechos em que Duarte Leite critica a ideia da livre concorrência do pensamento económico clássico – em que os desequilíbrios de uma economia regida por este princípio lesavam as “classes operárias” e os dividendos apenas iam para uma minoria –, em que sugere o desenvolvimento de cooperativas e de monopólios sob inspecção estatal, entre outros aspectos³⁰⁴.

Embora se pudessem ainda ter referido os casos de António Sérgio, Veiga Simões, Jaime Cortesão ou ainda o de Marc Bloch – “um dos maiores historiadores do nosso século e heroico combatente contra o nazismo”³⁰⁵ –, os exemplos dos historiadores referidos dão-nos uma noção da forma como Magalhães Godinho concebia o modelo de historiador-cidadão. Saliente-se, em síntese, os aspectos mais relevantes:

- a) A liberdade de opinião e de escolha dos problemas históricos, sem constrangimentos de ordem ideológica e social, eram fundamentais nesta

³⁰¹ “Duarte Leite – o homem”, in Duarte Leite, *História dos descobrimentos – colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, 1960, pp. 345-357.

³⁰² *Ibid.*, p. 351.

³⁰³ *Ibid.*, p. 352-54.

³⁰⁴ *Ibid.*, pp. 349-350.

³⁰⁵ *História económica e social da expansão portuguesa*, primeiro tomo, Lisboa, 1947, p. 11.

concepção de cidadania. Já destacada na análise de Fernão Lopes e Zurara, adquiriu especial significado no contexto das limitações à investigação científica durante o Estado Novo. É também neste sentido que deve ser entendida a forma como concebia o espírito científico como indissociável do espírito democrático.

- b) A procura da verdade era um objectivo superior, sobrepondo-se aos valores patrióticos. Como salientou na interpretação do pensamento de Alexandre Herculano, “cidadão que ama a verdade acima da sua pátria, a sua pátria acima dos seus próprios interesses”³⁰⁶. Aliás, o caso de Herculano, bem como o de Duarte Leite, seriam tidos como exemplos. O primeiro a propósito da questão suscitada pela inexistência do milagre de Ourique, o segundo no combate à lenda henriquina. Em ambos os casos, foram atingidos os alicerces de persistentes mitologias que conferiam sentido a um passado nacional idealizado. A procura da verdade era, nesta concepção de história, inerente ao espírito científico.
- c) Se a liberdade e a procura de verdade eram imprescindíveis nesta concepção, não eram, porém, o que definiam o modelo do historiador-cidadão. A atenção aos problemas portugueses que se repercutiam no entendimento do presente deveria ser o horizonte das pesquisas históricas. A intervenção cívica no sentido da resolução desses problemas era o ponto basilar desta concepção. Como salientou Magalhães Godinho, “o investigador português, mesmo que trabalhe no estrangeiro, deve consagrar-se aos problemas de raiz portuguesa [...] ao serviço da nação”³⁰⁷. Não deixa de ser significativo que dos historiadores que influenciaram Magalhães Godinho nesta concepção tenham todos desempenhado relevantes cargos públicos e manifestado interesse pelos problemas portugueses.
- d) O sentido patriótico subjacente à alínea anterior não era entendido num sentido exclusivista. Magalhães Godinho sempre rejeitou o conceito de pátria utilizado pelo Estado Novo, que considerava subjugado aos poderes dominantes e não era representativo de toda a nação nem consentâneo com a “verdade plena”³⁰⁸. Ao invés, considerava-o, na linha dos ideais do republicanismo, aberto aos valores

³⁰⁶ “Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista”, *op. cit.*, p. 470.

³⁰⁷ “Problemas da investigação histórica em Portugal”, entrevista conduzida por António Borges Coelho, *Ensaios*, vol. III, p. 275.

³⁰⁸ “Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa”, *Ensaios*, vol. III, p. 340.

humanistas e universalistas. Note-se que, dos historiadores referidos, o contacto com outras realidades estrangeiras tinha estado na origem do interesse ou da abertura de novos caminhos nos estudos históricos. Os casos de Alexandre Herculano no exílio, frequentando as bibliotecas francesas, de Jaime Cortesão e a sua passagem por Paris e depois no Brasil, o caso de Veiga Simões em cargos diplomáticos por vários países europeus, entrando em contacto com a obra de Henri Pirenne ou de Werner Sombart, ou ainda o próprio caso de Magalhães Godinho, são significativos desta necessidade de abertura da investigação científica portuguesa a outras realidades, sem, contudo, perder a noção das realidades e problemas nacionais.

Apesar da importância que conferia à verdade e objectividade históricas, à análise e crítica das fontes e do combate que promoveu contra o papel das ideologias na escrita da história, a forma como Magalhães Godinho concebia o papel do historiador era claramente marcada pela existência de uma noção de “virtude cívica”, de uma concepção democrática da sociedade em torno de valores como verdade, liberdade, dignidade ou verticalidade.

A oposição ao Estado Novo nos anos 40

A reorganização da oposição em Portugal esteve directamente associada à conjuntura da II Guerra Mundial. Por um lado, a escassez dos alimentos e as políticas de racionamento originadas pela Guerra agravaram significativamente a vida das populações, estando na origem, a par da acção do PCP, das várias greves que surgiram no país, especialmente entre 1942 e 1944 e com particular incidência nas zonas industriais em volta de Lisboa. Por outro, a viragem do conflito a favor dos Aliados a partir de 1943 dava esperança à oposição de que com o aproximar do final da Guerra também o Estado Novo cairia. Nos anos seguintes terá lugar uma importante reorganização da oposição portuguesa, quer através da constituição de novos movimentos políticos, quer através da organização de movimentos unitários que abalaram, por breves tempos, o regime.

Tendo em conta o que foi referido ao longo deste capítulo, não é com surpresa que vemos Magalhães Godinho integrar-se neste processo de reorganização da oposição

portuguesa nestes anos. Como já foi indicado, ainda em meados dos anos trinta, por volta dos seus 14 anos, Magalhães Godinho começou a frequentar o meio intelectual da Seara Nova. Aí, o seu papel seria ainda de “estar e ouvir”³⁰⁹. Será com a sua entrada para a Faculdade de Letras de Lisboa, em 1936, que Magalhães Godinho definitivamente começa a interessar-se pela intervenção política e estudantil.

Ainda no primeiro ano da licenciatura, numas escavações arqueológicas no Estoril em que se tinha inscrito, Magalhães Godinho participou numa reunião que teve como consequência a sua inserção na organização oposicionista na Faculdade³¹⁰. Foi por esta altura que passou a fazer parte do Bloco Académico Anti-Fascista, desmantelado pela polícia em 1938³¹¹. Neste ambiente académico oposicionista, Magalhães Godinho travou conhecimento com Alberto Araújo, Piteira Santos, Hugo Baptista Ribeiro, Álvaro Cunhal, Cândida Ventura, Mário Dionísio, Álvaro Salema, entre outros.

A partir do início dos anos quarenta, o PCP teve uma influência muito significativa entre os jovens intelectuais que frequentavam o ensino superior. Muitos dos jovens com quem Magalhães Godinho entrara em contacto faziam ou viriam a fazer parte do PCP. Não foi o seu caso. Para tal deverá ter contribuído o seu contexto familiar, de enraizada tradição republicana, bem como o juvenil contacto com o grupo da Seara Nova, em especial com António Sérgio que, como se sabe, foi um dos principais críticos do marxismo nos meios intelectuais oposicionistas. Como viria a reconhecer mais tarde,

“o Partido Comunista Português não exerceu então em mim influência. A experiência soviética, em vez de atrair-me, preocupava-me. Era para mim motivo de reflexão. Havia nela muito que me parecia, nessa altura, positivo. Mas havia também muito que eu rejeitava, no seu dogmatismo, na sua negação da Democracia dita formal mas que considero indispensável para uma democratização total da vida dos homens. O estalinismo rejeitava a lógica moderna e reduzia a filosofia às teses sobre Feuerbach e a uma metafísica materialista simplista.”³¹²

Ainda assim, Magalhães Godinho considerava imprescindíveis muitos dos ensinamentos de Marx e *O capital* – a que tivera acesso ainda nos anos trinta ou quarenta em inglês – uma das obras base da sua formação; mas também um dos motivos

³⁰⁹ “O homem que teima em ser cidadão”, entrevista conduzida por João Mesquita e José Pedro Castanheira, revista «Única» do *Expresso*, 10 de Maio de 2008.

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ João Madeira, “Os novos remexedores da história”, in David Santos (coord.), *op. cit.*, p. 307.

³¹² Magalhães Godinho, *Do ofício e da cidadania...*, p. 40.

para não ter aderido ao PCP³¹³. Esse afastamento do marxismo-leninismo não significou, no entanto, um afastamento do convívio com os intelectuais comunistas, com as consequências que adiante se irão ver para a organização unitária da oposição portuguesa.

Se em 1940 – “ano áureo” do Estado Novo e da ocupação alemã de Paris – não se vislumbravam alterações significativas na organização da oposição portuguesa (apesar do início da “reorganização” do PCP), o mesmo não se pode dizer do período entre o final de 1942 e inícios de 1943. A vitória dos Aliados em El Alamein, o desembarque de tropas aliadas no norte de África, a Conferência de Casablanca com a presença de Roosevelt e de Churchill e a derrota alemã em Stalinegrado haviam mudado os ventos da Guerra. Em Portugal, nos meses de Outubro e Novembro de 1942, várias greves tinham ocorrido em Lisboa e no Barreiro. É neste contexto que vai ser criado o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (NDAS).

As versões de Vitorino Magalhães Godinho e do seu irmão, José Magalhães Godinho, sobre a origem do NDAS não são coincidentes. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a ideia para a criação do NDAS tinha sido sua. Devido à atracção comunista dos jovens da sua geração, tinha pensado na geração anterior, entrando em contacto com o seu irmão, com Armelim Moura Diniz e com o comandante Manuel Pires de Matos, entre outros. O seu irmão conseguira trazer várias dezenas de inscritos e foi criada uma comissão de organização composta pelos nomes já referidos e por Afonso Costa filho³¹⁴.

José Godinho apresenta uma versão diferente sobre a origem do NDAS. A iniciativa teria pertencido a Moura Diniz – “a alma de toda a organização” - e a Pires de Matos, que teriam entrado em contacto consigo no Verão de 1942 para a constituição de uma organização política socialista sem ligação ao antigo Partido Socialista Português (PSP-SPIO). Os três ficaram encarregues de entrar em contacto com várias pessoas. José Magalhães Godinho falou, entre outros, com Afonso Costa filho, Gustavo Soromenho e o seu irmão, Vitorino Magalhães Godinho³¹⁵.

³¹³ *Ibid.*, p. 48. Cf. prefácio ao volume III dos *Ensaio*s, Lisboa, 1971, pp. XI-XXXI.

³¹⁴ V. Magalhães Godinho, “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 506.

³¹⁵ José Magalhães Godinho, *Falas e escritos políticos*, Lisboa, 1983, pp. 65-67. A versão de José Godinho quanto à iniciativa de Moura Diniz e Manuel Pires de Matos, foi seguida por Susana Martins, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, 2005, p. 42, David L. Raby, “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47”, *Análise Social*, vol. XX, nº 84, 1984-85, pp. 689-690 e José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. II, Lisboa, 2001, p. 591.

Não havia o intuito inicial de o NDAS se constituir como partido político. Como o próprio nome indica, o objectivo principal era, segundo V. Magalhães Godinho, a divulgação dos ideais socialistas e o estudo e discussão dos problemas portugueses e suas soluções:

“Obcecava-me a ideia de que era indispensável dar expressão às tendências não comunistas, não apenas as do antigo republicanismo, por muito generoso, mas principalmente ao projecto de uma democracia, política, sem dúvida, mas também económico-social e cultural. Não nos podíamos precipitar logo na constituição de um partido político. Entendi que devíamos começar por uma espécie de comissão cívica, que se consagrasse ao estudo e discussão de ideias, diagnóstico dos problemas, esboços de soluções, traçado de directrizes para a acção, e crescentes intervenções nas oportunidades que se abrissem.”³¹⁶

É notório um afastamento perante “o antigo republicanismo” e o “velho tipo de conjura militar”. Na perspectiva de V. Magalhães Godinho, era sobretudo importante a construção das bases de uma futura democracia, que um golpe militar não resolveria. Por outro lado, não havia, conforme criticaria o PCP em relação à restante oposição no MUNAF, uma intenção clara de agir para derrube do Estado Novo³¹⁷. Como salientou V. Magalhães Godinho, o seu projecto para o NDAS tinha presente a tentativa da Renovação Democrática do início da década de trinta, de que fizeram parte Álvaro Ribeiro, José Marinho, Delfim Santos, Pedro Veiga, entre outros, e para a qual chegaram a ser realizados alguns estudos preparatórios. Embora se tivesse o objectivo de “destruição do fascismo e clericalismo”, o NDAS tinha como intuito principal a preparação de estudos e a divulgação de ideias para a construção de uma democracia socialista e enraizamento do espírito democrático em Portugal.

Vislumbra-se nos objectivos propostos pelo NDAS ideias que serão características do pensamento de V. Magalhães Godinho. Antes de mais, a necessidade de as propostas políticas partirem da reflexão e das investigações científicas; mas também a construção de uma sociedade sem classes que garantisse o máximo de possibilidades materiais e culturais para todos. Para a concretização destes objectivos superiores, seria necessário construir uma “economia planeada”, “a socialização dos meios de produção e

³¹⁶ “Saudades de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 506.

³¹⁷ José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p.359 e ss.

circulação” e o “aproveitamento social de todos os progressos técnicos, com a organização da investigação técnica e sua ligação à investigação científica”³¹⁸.

A especificação relativa aos progressos técnicos não é desprecienda. Ainda nestes anos quarenta, V. Magalhães Godinho conferia uma grande importância às inovações técnicas e sua aplicabilidade na história das sociedades humanas³¹⁹. Era uma perspectiva privilegiada para chegar ao conhecimento do “homem real” e não apenas aos grandes homens que surgiam na maioria das crónicas e outra documentação. Por outro lado, acreditava que as inovações técnicas, quando vistas na sua dimensão humana – isto é, que procurassem responder às necessidades das sociedades, ao domínio do Homem sobre a natureza e não almejassem apenas o lucro de algumas minorias –, seriam um factor determinante de progresso.

A composição social do NDAS era, à semelhança de outros grupos em torno da Maçonaria e de antigos políticos da I República, de uma classe média ligada às profissões liberais³²⁰. Dele faziam parte advogados, militares, médicos, professores universitários – casos de V. Magalhães Godinho, Luís Dias Amado e Torre Assunção, todos professores da Universidade de Lisboa –, entre outras profissões. A maior adesão tinha ocorrido em Lisboa e Porto, mas tinham membros espalhados em vários pontos do país. José Magalhães Godinho refere ainda que se procurou “uma implementação na classe operária”, chegando-se a exercer alguns contactos na CUF, entre os ferroviários, na Sociedade Geral e nos Tabacos³²¹.

Como o próprio V. Magalhães Godinho reconheceu mais tarde, o NDAS “não bastava”. Só com a união das principais correntes da oposição seria possível derrubar o regime³²². Apesar dos “ventos favoráveis” que vinham de leste, a oposição portuguesa encontrava-se bastante dividida por questões ideológicas, estratégicas, históricas e mesmo etárias - de ministros e militares do tempo da I República a jovens que agora iniciavam o seu percurso político. Havia ainda o problema da relação dos sectores republicanos com o PCP, este último visto como representante da ameaça revolucionária das massas na rua, estando, por outro lado, ainda presente a celebração do Pacto Germano-Soviético, mal visto numa oposição republicana anglófila³²³.

³¹⁸ Susana Martins, *op. cit.*, p. 42.

³¹⁹ Cf. *A crise da história e suas novas directrizes*, Lisboa, 1946, pp. 89-115.

³²⁰ Cf. José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 342. Susana Martins, *op. cit.*, p. 42.

³²¹ José Magalhães Godinho, *Falas e escritos políticos*, p. 67.

³²² “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 507.

³²³ Fernando Rosas, vol. VII da *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, [s.l.], 1994, p. 388-389.

Embora as divergências entre a oposição portuguesa estivessem sempre presentes, a vitória em Stanilegrado no início de 1943 e a própria “reorganização” haviam reabilitado os comunistas aos olhos de outras correntes da oposição. A mediação entre os sectores mais conservadores da oposição e o PCP veio sobretudo a ser feita por uma “nova geração de políticos”, muitos dos quais associados ao NDAS, que mantinham boas relações, por vezes familiares, com diferentes correntes da oposição³²⁴. Não deixa por isso de ser relevante que, embora o PCP fosse o mais insistente na proposta de um caminho unitário, tal venha a acontecer sobretudo pela acção dos socialistas³²⁵.

O caso de V. Magalhães Godinho é bem representativo desse papel mediador desempenhado pela “nova geração”. Os contactos que mantinha com diversos intelectuais comunistas vinham, como se viu, ainda dos tempos de estudante na FLUL. Já em 1942 tinha participado nos célebres passeios do Tejo, que juntavam sobretudo jovens intelectuais e estudantes universitários, muitos dos quais com ligações ao PCP. Estiveram presentes nesses passeios, que se realizaram entre 1940 e 1942, Álvaro Cunhal, Bento de Jesus Caraça, Soeiro Pereira Gomes, Manuel da Fonseca, Sidónio Muralha, Alves Redol, entre muitos outros. Da parte dos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa também participaram, a convite de Fernando Piteira Santos, Jorge Borges de Macedo, Ruth Arons, Joana Campina, Barradas de Carvalho, Rui Grácio, Olívia da Cunha Leal, Maria Lucília Estanco e V. Magalhães Godinho, já então professor nesta Faculdade³²⁶.

Os passeios, organizados pelo núcleo neo-realista de Vila Franca de Xira, tinham como intuito dar a conhecer as paisagens e modos de vida das populações rurais ribatejanas, numa espécie de visita etnográfica das culturas que eram descritas nos romances e contos neo-realistas, sobretudo os de Alves Redol. Mas eram também uma oportunidade de reunir algumas dezenas de pessoas fora do controlado ambiente lisboeta, onde se podia comentar livremente as vicissitudes da Guerra, criticar o regime, trocar ideias sobre literatura, poesia, pintura, etc.

Segundo V. Magalhães Godinho, a ideia da criação do MUNAF tinha partido das discussões que então tivera com Piteira Santos. Teria contactado o seu tio, Barbosa de Magalhães (que representaria o PRP) e o seu irmão José Magalhães Godinho que traria a Maçonaria, outros republicanos e ligações aos meios militares. Piteira Santos

³²⁴ *Ibid.*, p. 388; José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 591.

³²⁵ José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 345.

³²⁶ Depoimento de Maria Lucília Estanco Louro concedido a 4 de Agosto de 2011.

seria o mediador do lado do PCP, aliciando também intelectuais da periferia do Partido³²⁷.

Mais uma vez, José Magalhães Godinho apresentou uma diferente versão sobre a origem do MUNAF. Teriam sido Bento de Jesus Caraça e alguns amigos a estabelecer os contactos para a realização de uma reunião nos finais de 1942 ou inícios de 1943. Nessa reunião, que contou com a presença de Álvaro Cunhal, Piteira Santos (PCP), José Magalhães Godinho, Manuel Mendes (US), Bento de Jesus Caraça, António Sérgio e mais duas ou três pessoas, que se teria dado o passo decisivo para a criação do MUNAF³²⁸.

A importância do MUNAF no processo de recomposição da oposição portuguesa nos anos quarenta foi significativa sobretudo ao nível simbólico. De facto, estiveram reunidas pela primeira vez as principais organizações e figuras oposicionistas – PCP, NDAS, membros do PRP, da Seara Nova, Bento de Jesus Caraça, António Sérgio, etc. Porém, não foi capaz de uma mobilização que pusesse em causa o regime. A “unidade” foi sempre posta em causa por discordâncias e diferentes perspectivas quanto às medidas a tomar e formas de acção a empreender. O PCP, através de Álvaro Cunhal, foi sempre crítico de uma tendência da restante oposição para se focar em demasia em questões programáticas que só fariam sentido após a queda do regime. Na perspectiva do PCP, havia que concentrar esforços com a intenção de derrubar primeiro o regime, impulsionando e criando as condições de agitação e mobilização populares³²⁹. Aqui residia uma das questões mais controversas. A maior parte das correntes de oposição não comunista acreditava que era necessário esperar pelas condições favoráveis à queda do regime, que passavam necessariamente pelo desfecho da Guerra e pelo isolamento imposto pelos Aliados ao Estado Novo. A conspiração militar também foi uma solução ponderada, um pouco à margem do MUNAF, que não gerou consenso.

Já outra projecção veio a ter outro movimento frentista que reuniu por esta altura as diferentes correntes da oposição: o Movimento de Unidade Democrática. Criado já no pós-guerra, em 1945, o MUD destacou-se, ao contrário do que até então era feito, pela via da legalidade, aproveitando as condições de “abertura” prometidas pelo regime. O primeiro acto público de apresentação foi no Centro Almirante Reis, em Lisboa, no

³²⁷ “Saudades de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 507.

³²⁸ Em entrevista a David L. Raby, “O MUNFAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47”, *rev. cit.*, p. 690.

³²⁹ José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 359 e ss.

dia 8 de Outubro. Seguiram-se várias manifestações e sessões públicas de apoio ao MUD e foram postas a circular as célebres listas de apoio que estiveram na origem de diferentes polémicas e perseguições políticas.

Posteriormente, V. Magalhães Godinho reconheceu que, embora tenha aderido ao MUD, se tinha distanciado da via legal adoptada pelo movimento³³⁰. Não acreditava que seria possível que o regime se deixasse cair pela via legal e plebiscitária. Era necessário prosseguir a acção e doutrinação clandestina, estando “convencido – embora também não acreditasse em golpes militares nem estivesse ligado a eles – de que só se podia ir por diante com a acção das massas, através de uma acção constante de consciencialização e realização”³³¹.

Embora estas declarações tenham sido feitas já no final dos anos oitenta, não será descabido considerar V. Magalhães Godinho como um dos representantes da corrente não comunista da oposição que nos movimentos unitários mais se aproximou da estratégia planeada pelo PCP. A recusa dos planos golpistas e a valorização da “acção das massas” são significativas dessa aproximação. Ainda assim, como se terá oportunidade de salientar, enquanto o PCP acentuava a necessidade de agitação e mobilização popular, numa estratégia de acção imediata e de potencialização da insatisfação gerada pelas privações da Guerra, V. Magalhães Godinho entendia a “acção das massas” como expressão de um processo de consciencialização e doutrinação de cariz socialista no âmbito da cidadania, numa estratégia de preparação para a democracia socialista.

Afastando-se do MUD, V. Magalhães Godinho prosseguiu a sua intervenção política na recém-criada União Socialista (US), resultado da fusão entre o NDAS e a União Democrato-Socialista (UDS) nos finais de 1943 ou já em 1944³³². V. Magalhães Godinho era um dos mais novos da recente organização, composta sobretudo por socialistas que na altura estariam em média na casa dos trinta anos, casos de José Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Mário e Carlos Cal Brandão, entre outros.

³³⁰ V. Magalhães Godinho estivera presente aquando dos telefonemas para Lisboa de Cal Brandão, António Macedo e Olívio França (já então membros, como Godinho, da União Socialista) para convencerem a Comissão Distrital e a Comissão Central do MUD a não entregarem as listas. As listas do sul seriam entregues às autoridades, ao contrário do que acontecera no Porto, onde, como consequência, foram presas várias pessoas. As listas do Porto só viriam a aparecer quatro anos depois e entregues a Norton de Matos. José Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 566-567; V. Magalhães Godinho, “Saudades de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 509.

³³¹ V. Magalhães Godinho, *Do ofício e da cidadania...*, p. 50.

³³² Susana Martins, *op. cit.*, pp. 43-45.

No período inicial da União Socialista foi criada uma comissão com o intuito de estabelecer as Bases da organização, que seriam aprovadas em 1945. Nesta comissão, V. Magalhães Godinho veio a ter o maior trabalho³³³, razão pela qual se considera que este documento, embora tenha sido alvo de uma discussão e aprovação em plenário, seja um dos mais relevantes para compreender diversos aspectos das suas convicções políticas no quadro de uma democracia socialista³³⁴.

Alguns dos princípios da US foram já referidos a propósito do NDAS. Logo na introdução às Bases da União Socialista, existe a necessidade de realçar que a organização era composta por “indivíduos que não têm responsabilidades no passado político da nação”, destaque que se insere numa tentativa de afastamento do passado dos regimes liberais:

“Não queremos regressar pura e simplesmente aos regimes liberais, cujos erros são patentes, embora reconheçamos o valor da obra realizada pela República em Portugal de 1910 e 1926.”³³⁵

É curioso notar que este afastamento dos anteriores regimes liberais, do “sistema capitalista” e da “civilização burguesa” era visto como expressão da “lei da evolução histórica”, ou seja, um princípio teleológico que enunciava as “forças sociais”, a implementação da propriedade social e de uma “civilização humanista”. Teria o uso da expressão “lei da evolução histórica” sido sugerida por Magalhães Godinho?³³⁶

Apesar da demarcação relativamente aos regimes liberais anteriores, existiam alguns aspectos do ideário liberal que lhes eram próximos. Tal é, em parte, a concepção de cidadão que é defendida. Na introdução das Bases da União Socialista refere-se que “só se é na verdade cidadão quando se possui os meios de subsistência suficientes, se goze de completa independência económica e se teve ensejo de educar integralmente a personalidade”. Costa e Silva, que fizera parte da US, reconhece que, a propósito do “esboço esquemático” do programa, fazia-se a distinção entre os direitos do homem e os

³³³ José Magalhães Godinho, *Falas e escritos políticos*, p. 68.

³³⁴ As Bases da União Socialista foram publicadas por José Magalhães Godinho, *op. cit.*, pp. 69-77 e por Costa e Melo, “União Socialista. Elementos para o seu conhecimento”, *Polis*, nº2, Janeiro-Março 1995, pp. 82-87.

³³⁵ Neste sentido, não concordo com José Pacheco Pereira quando refere que o socialismo defendido não mais era que uma “cobertura ideológica” para um “republicanismo renovado”. Cf. *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. II, p. 592.

³³⁶ A propósito da utilização do conceito de lei por V. Magalhães Godinho ver supra, capítulo II, subcapítulo “Comemorações e história”.

direitos do cidadão, “distinção essa que, sem dúvida, peca por uma separação, hoje injustificada”³³⁷.

Convém chamar a atenção, no entanto, para a inscrição nas Bases da União Socialista da defesa do sufrágio universal a adoptar na nova constituição, “a participação de todos os cidadãos de ambos os sexos na vida política”, a “elevação e dignificação social da mulher”, ou ainda a dignidade dos indígenas das colónias portuguesas:

“Reconhecimento da plena dignidade humana dos indígenas das províncias ultramarinas, com a sua valorização económica nos quadros da cooperação e não da exploração, com a sua educação geral e técnica até o nível do branco e com a sua progressiva educação cívica e comparticipação democrática na política.”³³⁸

Ao contrário do que foi defendido em diversos momentos dos regimes liberais, a concepção de cidadania para a União Socialista não teria consequências nas restrições a aplicar aos direitos políticos dos portugueses. Ainda assim, e apesar da contemplação do sufrágio universal, a cidadania era sobretudo entendida como um caminho ainda por trilhar e não uma simples consequência da implementação de um regime democrático. Talvez por isso a necessidade de se enfatizar nas Bases da US os requisitos necessários para se ser cidadão: esse trabalho de preparação cívica era um dos objectivos principais propostos pelo movimento.

Como princípios doutrinários, a União Socialista procurava conciliar uma vertente humanista e universalista – liberdade e igualdade de oportunidades para todos os homens com vista à plena realização material e espiritual de cada indivíduo – com uma organização colectiva de cariz socialista, que previa uma sociedade sem classes com base na cooperação e não na coacção hierarquizada.

Relativamente a esta segunda vertente, mais especificamente à organização da propriedade e economia nacionais, as Bases da US contemplavam a “socialização da propriedade dos meios de produção e circulação” – banca e seguros, latifúndios, grandes empresas industriais e de transportes e exploração da energia hidroeléctrica. A este plano de nacionalização associava-se o estabelecimento de uma “economia planeada” e

³³⁷ Costa e Melo, *art. cit.*, p. 66.

³³⁸ Repare-se que não existe qualquer referência à descolonização nem à igualdade imediata – antes progressiva – na participação democrática dos indígenas na política. Na opinião de Susana Martins, *op. cit.*, p. 46, a União Socialista advogava o retorno à política colonial da I República. As posições críticas em relação ao colonialismo só seriam adoptadas pela oposição a partir dos anos cinquenta.

a supressão, como objectivo último, do salariado e do patronato, do lucro, renda e juro. A cooperativização dos meios de produção e circulação eram igualmente um dos objectivos da União Socialista, tendo mesmo sido realizado um estudo sobre a constituição de cooperativas agrícolas³³⁹.

A concretização destes objectivos só seria possível com a supressão da “ordenação fascista e clericalista do Estado” e sua substituição por um regime democrático. A União Socialista propunha-se intervir na preparação para a construção de uma democracia socialista, sobretudo através do estudo e discussão de problemas e consequente divulgação das soluções que daí viessem. Como é referido nas Bases da US, documento que se tem vindo a analisar, “a política não é improvisação, antes audaz execução de estudos sólidos e vertebrados, guiada pela lucidez de objectivos”.

Neste sentido, Costa e Melo entende que a União Socialista foi mais um “grupo de intervenção” que propriamente um partido político, mesmo que clandestino. Para além da doutrinação, a União Socialista não realizou “acções de intervenção directa” e admitia que, pela “qualidade cívica e intelectual [dos membros da US], quase davam a entender tratar-se de um grupo ou movimento elitista que, de certo modo, transfigurava o figurino socialista pretendido e desejado, em academia teórica de silogismos programáticos com aplicação duvidosa à realidade social envolvente”, embora também reconheça que tal imagem não correspondia inteiramente à verdade³⁴⁰.

Em 1947, ano em que V. Magalhães Godinho se instalou em Paris, a União Socialista encontrava-se bastante debilitada pela prisão de vários dos seus membros mais importantes (incluindo José Magalhães Godinho) e pela apreensão do duplicador onde se imprimiam os jornais da organização, *A Terra* e *a Voz do Trabalhador*³⁴¹.

Sobretudo a partir do momento em que o MUD adoptara a via legal, V. Magalhães Godinho ter-se-ia “desencantado” com a acção política, considerando que se

³³⁹ Costa e Melo, *art. cit.*, pp. 93-98. Algumas destas posições foram posteriormente revistas por V. Magalhães Godinho, sobretudo depois dos “*trente glorieuses*” que marcaram a economia europeia no terceiro quartel do século XX, processo que acompanhou em França. Já no final dos anos sessenta, V. Magalhães Godinho prefere o caminho da “economia mista”, fruto de um equilíbrio entre o planeamento da economia e do sistema de concorrência, entre a iniciativa privada e pública. Foi, ainda assim, e até ao final da sua vida, muito crítico quanto à privatização de sectores fundamentais da economia portuguesa e da direcção do progresso técnico com o fito do lucro e não do real interesse dos consumidores. Cf. *O socialismo e o futuro da Península*, Lisboa, 1969; *Os problemas de Portugal. Os problemas da Europa*, Lisboa, 2010.

³⁴⁰ Costa e Melo, *art. cit.*, p. 71.

³⁴¹ José Magalhães Godinho, *Falas e escritos políticos*, p. 68.

realizaria melhor na investigação científica e no professorado³⁴². Mesmo no período que passou em Paris, V. Magalhães Godinho ter-se-ia dedicado exclusivamente às actividades acima referidas, não participando nas lutas e conspirações contra o salazarismo que se realizavam no exílio³⁴³. Só quando regressou a Portugal nos anos sessenta voltaria a envolver-se na acção política.

³⁴² *Do ofício e da cidadania...*, pp. 49-50; “Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *op. cit.*, p. 510.

³⁴³ “O homem que teima em ser cidadão”, entrevista conduzida por João Mesquita e José Pedro Castanheira, revista «Única» do *Expresso*, 10 de Maio de 2008. Também José-Augusto França revela ter-se distanciado das acções oposicionistas que surgiam em Paris. *Memórias para o ano 2000*, Lisboa, 2001, pp. 155-156.

Conclusão

Conforme se referiu na introdução, os três capítulos que deram corpo a esta dissertação procuraram abranger os vectores que marcaram a vida pública de Magalhães Godinho nos anos quarenta: o professorado, a investigação científica e a intervenção cívica. Vectores que se cruzaram e que permitem traçar os fundamentos do seu pensamento e acção. Um dos objectivos principais desta investigação foi precisamente identificar esses pontos de cruzamento que deram sentido e coerência às suas opções.

Procurou-se responder à questão de como o seu pensamento e investigação históricas se interligavam com a sua concepção democrática de sociedade. Não considerava Magalhães Godinho que a sua opção pela história e pelo ensino tinha sido de natureza cívica?

Desde os anos quarenta, Magalhães Godinho concebeu a sua intervenção pública como um acto de cidadania, posição que era também de oposição ao Estado Novo. Na sua concepção, a investigação científica exigia a existência de um espírito democrático e, como tal, era incompatível com certo tipo de regimes. Tanto a democracia como a ciência tinham como pressuposto a valorização da razão, ou seja, da persuasão – e não da coacção – como meio de legitimação. Nesse sentido, o combate pela afirmação do espírito científico entre nós era também um combate contra o regime ditatorial e pela democratização da sociedade.

Num tempo em que o exercício da cidadania se encontrava fortemente condicionado, o estudo do passado assumia um papel relevante como forma de

intervenção e procura de soluções alternativas ao modelo coercivo e anti-democrático imposto pelo Estado Novo. O ensino na Faculdade de Letras de Lisboa, as críticas à organização do ensino da história no ensino superior, a oposição à lenda henriquina, ao comemorativismo histórico e a definição de uma genealogia de historiadores-cidadãos não se apresentavam apenas como questões estritamente históricas, relativas ao estudo do passado. Eram também, no entendimento de Magalhães Godinho, formas de intervenção cívica, abrindo novas perspectivas para uma cultura moderna e uma sociedade democrática.

Não é de estranhar, assim, que o processo de renovação da historiografia portuguesa nesta época seja essencialmente (embora com algumas excepções) autónomo em relação às instituições estatais de ensino e investigação. Os casos de Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões, António Sérgio, Magalhães Godinho, Joel Serrão e muitos outros são exemplos desse posicionamento. Daí também a valorização do autodidactismo nas suas formações. Ainda durante a década de quarenta, Magalhães Godinho chamou a atenção para o facto de os grandes historiadores portugueses dos séculos XIX e XX, com especial destaque para Alexandre Herculano e Oliveira Martins, terem sido autodidactas, produzindo à margem das instituições de ensino superior.

A análise que fazia da história da historiografia portuguesa era, em grande medida, perspectivada com base na ideia de que o seu progresso estava relacionado com a natureza dos regimes políticos vigentes. Será que esta ideia se pode aplicar hoje à análise da evolução da historiografia portuguesa durante o Estado Novo?

Embora numa análise superficial, é possível afirmar que a natureza política e ideológica do Estado Novo condicionou o processo de renovação da historiografia portuguesa que se iniciou nos anos quarenta. A inscrição institucional deste processo de renovação só muito superficialmente se fez sentir. Será com o regime democrático nascido do 25 de Abril de 1974 que se assiste a esse processo de institucionalização, com o ingresso de professores então afastados do ensino superior. São, entre outros, os casos de Joel Serrão, Barradas de Carvalho, Magalhães Godinho ou Borges Coelho.

O processo de renovação da historiografia portuguesa foi, neste sentido, de limitada repercussão nas décadas seguintes ao seu início. Se nos anos quarenta existiu algum dinamismo e impacto das ideias da nova historiografia francesa – de que a docência de Magalhães Godinho na Faculdade de Letras de Lisboa é exemplo – parece-me que doravante esse impulso se vai perdendo. A dissolução da Sociedade Portuguesa

de História da Civilização, a ida para o estrangeiro de vários historiadores (Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho, Gentil da Silva, Julião Soares de Azevedo, etc.), o afastamento, voluntário ou forçado, da docência no ensino superior de alguns dos principais dinamizadores dessa renovação historiográfica, entre outros acontecimentos, parecem confirmar um recuo do ímpeto renovador dos anos quarenta. Não deixa de ser, por isso, curioso notar que existe alguma coincidência com o processo de oposição política ao Estado Novo, que também teve nos anos quarenta o seu apogeu, só voltando a ter novo impulso com o início do fim do Estado Novo.

A ideia de cidadania de Magalhães Godinho radicava, em grande medida, nos ideais republicanos que levaram ao 5 de Outubro. Transmitidos por via familiar e na convivência com intelectuais ligados à Seara Nova, estes ideais não se consubstanciariam apenas numa forma de Estado; eram também uma nova ideia de sociedade, em que se pretendia garantir a toda a população o acesso à cultura moderna e à mentalidade científica, uma sociedade de liberdade e de participação cívica³⁴⁴.

A formação de Magalhães Godinho é fortemente marcada por estes ideais num tempo já definido pela ascensão dos regimes ditatoriais no contexto europeu. Ainda nos anos quarenta e num contexto de apropriação do conceito de pátria por parte do Estado Novo, Magalhães Godinho recuperava a utilização deste conceito, criticando a sua instrumentalização ao serviço da ideologia de uma minoria, manipulando a memória de figuras e acontecimentos nacionais.

O horizonte nacional dos problemas levantados por Magalhães Godinho, ainda que em oposição ao nacionalismo exclusivista do Estado Novo, é uma constante nas suas investigações históricas. Lembre-se que, na sua opinião, o labor do investigador deveria focalizar-se nos problemas de raiz portuguesa, mesmo que estivesse no estrangeiro. Mas se esta perspectiva nacional se justificava pela forma como concebia o seu ofício como acto de cidadania, a verdade é que vai conjugá-la com uma dimensão universalista, como processo metodológico mas também como horizonte temático das suas investigações. Esta articulação era também visível, embora com diferentes configurações, no pensamento histórico de Jaime Cortesão e António Sérgio. Não surpreende, assim, que a história dos Descobrimentos e da Expansão tenha estado no centro das suas investigações históricas, afirmando-se como processo histórico

³⁴⁴ “O sonho de um país moderno”, entrevista a Vitorino Magalhães Godinho conduzida por Maria João Martins, *JL*, 6 a 19 de Outubro de 2010, p. 10.

privilegiado para a afirmação de uma forma de pensar que procurava analisar os problemas portugueses nas suas relações com o despoletar da modernidade europeia e da solidariedade universal³⁴⁵. As duas citações em epígrafe no início deste estudo procuram sintetizar esta dupla vertente do pensamento de Magalhães Godinho.

A escolha das relações entre história e cidadania para tema e título desta investigação não resultou apenas do destaque já conferido por Magalhães Godinho a este nexos. Considero que a análise destas relações tem toda a pertinência nos dias de hoje, bem diferentes, é certo, dos já distantes anos quarenta.

Ainda recentemente, Fernando Catroga considerava necessário retomar a discussão da problemática republicana para encontrar respostas para a “cidadania em crise” das sociedades contemporâneas³⁴⁶. De facto, o recente interesse que o conceito de cidadania suscita revela a crise – momento de reflexão, de mudança – que atravessa o modelo democrático de Estado, bem como o próprio conceito de democracia.

Também o perfil de historiador mudou consideravelmente nos últimos decénios, tornando-se progressivamente e maioritariamente um ofício desempenhado por professores e investigadores ligados às instituições de ensino superior, num processo tendente também à especialização de saberes. Em que medida este processo reconfigura as relações entre história e cidadania? Poder-se-á falar de um abandono do perfil intelectual do historiador, empenhado civicamente? Ou é este um processo mais amplo, extensível a outras profissões liberais, e que ditou o fim da figura do intelectual, como foi defendido por Magalhães Godinho?³⁴⁷

Será necessário os historiadores repensarem como o seu ofício se relaciona com as questões da cidadania, ou seja, que papel desempenham ou podem desempenhar nas sociedades contemporâneas. Reflectir, antes de mais, se é necessária esta relação entre história e cidadania ou, de outro modo, se um historiador tem que ser também um cidadão, preocupado e empenhado nos problemas e soluções para o presente e futuro. E pode esse comprometimento com o presente enformar o olhar sobre o passado? Não põe em causa a imparcialidade do estudo do passado ou, pelo contrário, esse assumir do

³⁴⁵ Veja-se, como exemplo de uma leitura universalista da história dos descobrimentos e expansão, António Sérgio, *Breve interpretação da história de Portugal* (1929), 14ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998, pp. 145-146.

³⁴⁶ Fernando Catroga, prefácio à 3ª edição de *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, 2010.

³⁴⁷ “Ciências sociais, cidadania e historiografia (I parte)”, entrevista a Magalhães Godinho conduzida por Fernando Rosas e José Miguel Sardica, *História*, ano XX (nova série), nº10, Janeiro 1999, p. 18.

condicionamento temporal é imprescindível para que o estudo da história tenha alguma relevância?

Não foi minha intenção com este estudo apresentar Magalhães Godinho como modelo a seguir. Não existem respostas e modelos válidos para todos os tempos e para todas as sociedades. A reflexão sobre as relações entre história e cidadania deve antes traduzir uma *tensão criadora*, que não cristalice certas posições adoptadas no passado e possa acompanhar as mudanças e problemas que o devir sugere. Se tivermos em conta os casos de Alexandre Herculano e Magalhães Godinho, como não notar logo as diferenças que os separam quanto aos temas históricos privilegiados e quanto às perspectivas seguidas? Ainda assim, era notória a admiração que Magalhães Godinho tinha por Herculano, porventura a principal referência no modelo de historiador-cidadão, preocupado em adaptar as directrizes da historiografia à função social que julgava necessário desempenhar.

Esta dissertação não teve o intuito de aprofundar todos os caminhos possíveis para a compreensão do pensamento de Magalhães Godinho. Outras perspectivas de investigação serão necessárias para se poder ter um maior conhecimento da sua múltipla e vasta obra. Investigações futuras poderão, por exemplo, numa tentativa de compreender o processo de introdução das ideias dos Annales em Portugal, identificar quais as propostas teóricas e metodológicas avançadas por Marc Bloch e Lucien Febvre e suas repercussões e apropriações no pensamento histórico de Magalhães Godinho a partir dos anos quarenta³⁴⁸. Poderão ainda privilegiar a análise dos seus trabalhos no campo da filosofia, reconhecendo quais as suas principais leituras de formação e de que forma as suas bases filosóficas contribuíram para os seus trabalhos historiográficos³⁴⁹.

A atenção que Magalhães Godinho dedicou, a partir dos anos cinquenta e sessenta, aos conceitos operatórios será também uma perspectiva a ter em consideração. A título de exemplo, seria interessante aprofundar o conhecimento dos processos de teorização e difusão de conceitos como “complexo histórico-geográfico”, “humanismo

³⁴⁸ Recorde-se que mesmo antes da sua ida para Paris, Magalhães Godinho revelava um conhecimento considerável dos trabalhos dos principais historiadores dos Annales. A título de exemplo, ainda em 1943 citava a obra de Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle*, publicada no ano anterior, apresentando-a como modelar na análise das relações entre história e psicologia. Cf. *Dúvidas e problemas à cerca de algumas teses da história da Expansão*, Lisboa, 1943.

³⁴⁹ Esta perspectiva foi seguida por Rui Santos, “With a mind to science. Theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinho’s historical work”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 339-350.

universalizante”, “estrutura” e “conjuntura”, muitas das vezes acompanhados de críticas a algumas conceptualizações características da historiografia marxista.

Seria importante que se viesse a realizar um estudo biográfico sobre Magalhães Godinho que, numa perspectiva cronológica mais alargada, contemplasse outros aspectos do seu pensamento e acção. Só assim se poderia medir com mais alcance a importância que os anos quarenta tiveram na estruturação do seu pensamento. Poder-se-á considerar que nos seus trabalhos deste decénio já se encontram os traços mais marcantes da sua concepção de história que aprofundará nas décadas seguintes?

Embora não tenha procurado realizar um estudo biográfico, a atenção ao seu pensamento e obra pareceu-me uma perspectiva válida para compreender alguns dos aspectos fundamentais do processo de renovação da historiografia portuguesa que se iniciou nos anos quarenta. Espera-se, nesse sentido, que esta investigação contribua para que esse estudo biográfico possa ser realizado.

O presente desconhecimento público do seu espólio pessoal (à semelhança do que acontece com os espólios de outros historiadores) e os caminhos que ainda se podem percorrer no estudo da historiografia portuguesa para o período que aqui foi privilegiado são elementos que me levam a considerar que a presente dissertação corre o risco de ficar rapidamente ultrapassada. Será um bom sinal que tal venha a acontecer. Por outro lado, o mundo em que actualmente vivemos, que continua obstinadamente a escapar à nossa compreensão, poderá renovar o interesse pela sua obra, que se pautou acima de tudo pela tentativa de compreender as sociedades humanas e, mais especificamente, os problemas estruturais da sociedade portuguesa.

Fontes e bibliografia

I – FONTES

1. Manuscritas e dactilografadas

1.1 Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-47).

Fichas de sumários de aulas, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1 [referentes às cadeiras de História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Clássica, História Medieval e História dos Descobrimentos, leccionadas por Vitorino Magalhães Godinho entre 1942 e 1944], cx. 2, cap. 13 e cx. 1, cap. 6 [referentes à cadeira de História da Antiguidade Oriental leccionada por Mário de Albuquerque e Ferreira de Almeida entre 1940 e 1942] e cx. 6, cap. 7 [referente à cadeira de História Medieval leccionada por Virgínia Rau em 1944].

1.2 Arquivo de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Processo de Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho.

1.3 Arquivo do Departamento de Gestão da Reitoria da Universidade de Lisboa

Processo de Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho.

1.4 Biblioteca Central da Marinha

RODRIGUES, Manuel Morbey, *História dos Descobrimentos e da Colonização portuguesas (aulas práticas) segundo as lições proferidas pelo Exm^o. Senhor Doutor Vitorino Godinho 1942-43* [exemplar dactilografado, sem data].

2. Impressas

2.1 Trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho

“Do conceito de homem integral”, *Seara Nova*, nº 392, 7 de Junho de 1934, p.125.

“D. Duarte”, *Seara Nova*, nº 432, 28 de Março de 1935, p. 382.

“Os Descobrimentos e a evolução da economia mundial”, *Revista do Porto*, nºs 2, 3 e 4, Novembro-Dezembro 1940.

Razão e história (introdução a um problema). Dissertação para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1939-40, Lisboa, 1940.

“História económica e história cultural”, *Horizonte. Quinzenário Cultural dos Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº6, 7 de Maio de 1942, pp. 1-5.

“Acêrca de alguns passos do «Esmeraldo»”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, pp. 133-137.

“A historiografia contemporânea. Orientações e problemas”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, pp. 71-114.

“Duarte Leite, Àcêrca da Crónica dos Feitos de Guinee – Lisboa, 1941”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VIII, 2ª série, nºs 1 e 2, 1942, pp. 183-186.

“Notas de história da Expansão”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IX, 2ª série, nº1, 1943, pp. 263-269.

“A România e a crise do século III”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IX, 2ª série, nº1, 1943, pp. 39-58.

Documentos sôbre a Expansão portuguesa, vol. I, Lisboa, Ed. Gleba, [1943].

Dúvidas e problemas àcêrca de algumas teses da história da Expansão, [s.l.], Edições Gazeta de Filosofia, 1943.

A Expansão quatrocentista portuguesa. Problemas das origens e da linha de evolução, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944.

O Antigo Império egípcio, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, [1944].

“A reorganização dos estudos de Direito”, *Seara Nova*, nº 944, 15 Set. 1945, pp. 37-40.

Os mitos à cerca da origem das guerras, Lisboa, Cadernos «Seara Nova», 1945.

“A história económica no ensino e na cultura”, *O Acelista. Órgão do Ateneu Comercial de Lisboa*, nº1, Jul. 1945, pp. 6-7 e 12.

Documentos sobre a Expansão portuguesa, vol. II, Lisboa, Gleba, [1945].

A crise da história e as suas novas directrizes, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1946.

“Palavras preliminares. A técnica, a economia e a organização social na cultura e na marcha da humanidade”, in Gustavo Glotz, *História económica da Grécia desde o período homérico até à conquista romana*, tradução, notas e prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Edições Cosmos, [1946].

“O comércio português com a África Ocidental até 1520”, *Mundo Literário*, nºs 21, 22, 23 e 24, Setembro-Outubro 1946.

História económica e social da Expansão portuguesa, primeiro tomo, Lisboa, Terra Editora, 1947.

Comemorações e história (a descoberta da Guiné), Lisboa, Cadernos «Seara Nova», 1947.

“Le Portugal devant l’histoire. Tour d’horizon bibliographique”, *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 3º ano, nº3, Julho-Setembro 1948, pp. 345-352.

“Prefácio”, in Mário Soares, *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1950, pp. XI-XXXI.

“Duarte Leite – o homem” in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos – colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, pp. 345-357.

“A historiografia portuguesa contemporânea do século XX – orientações, problemas, perspectivas” (1955), *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 229-247.

“Duarte Leite – balanço de uma obra” (1962), *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 285-323.

“Rumos do Mundo: em torno das colecções de história universal” (1963), *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 147-154.

“Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa” (1964), *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 327-341.

“Apontamentos sobre Veiga Simões”, *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 345-348.

Do ofício e da cidadania. Combates por uma civilização da dignidade, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990.

A Expansão quatrocentista portuguesa, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2008.

“Alexandre Herculano – o cidadão e o cientista” (1979), *Ensaio e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2009, pp. 469-485.

“Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos”, *Ensaio e estudos – compreender o mundo de hoje*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2010, pp. 503-515.

“Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, in *Alexandre Herculano – o cidadão e o historiador. Antologia*, organização de Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010, pp. 7-96.

2.1.1 Entrevistas

“10 minutos com V. Magalhães Godinho”, *Vida Mundial Ilustrada*, ano III, nº 141, 27 de Jan. 1944, p. 10.

“Problemas da investigação histórica em Portugal”, entrevista conduzida por António Borges Coelho, *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 271-281.

“Passos de um itinerário sem ilusões nem desistência”, entrevista conduzida por Manuel Cadafaz de Matos, *Do ofício e da cidadania Combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990, pp. 33-102. [originalmente publicado no «Jornal de Letras, Artes e Ideias», ano VIII, nºs 313, 314 e 315, Julho de 1988]

“Ciências sociais, cidadania e historiografia”, entrevista conduzida por Fernando Rosas e José Miguel Sardica, *História*, ano XX (nova série), nºs 10-11, Janeiro-Fevereiro de 1999.

“A cultura como cidadania”, entrevista conduzida por Maria João Martins, *Jornal de Letras*, 18 Jun. – 01 Jul. de 2008, pp. 12-14.

“O homem que teima em ser cidadão”, entrevista conduzida por João Mesquita e José Pedro Castanheira, revista «Única» do *Expresso*, 10 de Maio de 2008.

“Portugal não tem uma democracia”, entrevista conduzida por João Céu e Silva, *Diário de Notícias*, 27 de Fevereiro de 2009, pp. 26-27.

“O sonho de um país moderno”, entrevista conduzida por Maria João Martins, *Jornal de Letras*, 6-19 de Outubro de 2010, pp. 7-10.

2.2 Publicações periódicas*

Anuário da Universidade de Lisboa (1936/37 – 1943/44)

Horizonte. Quinzenário Cultural dos Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (1942-43)

Revista da Faculdade de Letras [da Universidade de Lisboa] (1936-1943)

2.3 Memórias e testemunhos

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *O obscurantismo salazarista*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

FRANÇA, José-Augusto, *Memórias para o ano 2000*, 2ª ed. revista, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

GODINHO, José Magalhães, “Como surgiu a União Socialista (para a história do movimento socialista na década de 40)”, *Falas e escritos políticos*, Lisboa, Moraes Editores, 1983, pp. 65-77.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “A universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário (1950-1964)”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”(no 7º Centenário da sua Fundação). 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 5, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, pp. 431-442.

MELO, Costa e, “União Socialista. Elementos para o seu conhecimento”, *Polis*, nº2, Janeiro-Março 1995, pp. 63-101.

SARAIVA, José Hermano, *Álbum de memórias. 3ª e 4ª décadas (anos 40 e 50). A década da esperança e o tempo das campanhas*, [s.l.], Ed. «Sol», 2007.

SERRÃO, Joel, “Os anos 40. Condicionalismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação”, in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40. Colóquios*, vol. VI, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, [1982], pp. 13-31.

SOARES, Mário, *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, [s.l.], Editora Arcádia, 1974, pp. 35-59.

VENTURA, Cândida, *O «socialismo» que eu vivi. Testemunho de uma ex-dirigente do PCP*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1984, pp. 24-37.

* Indicam-se apenas aquelas que foram alvo de uma análise sistemática e não pontual.

2.4 Outras fontes

Album dos finalistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: curso de 1940-1944, [Lisboa], [s.e.], 1944.

AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, pp. 185-284.

BOXER, Charles Ralph, “Some considerations on portuguese colonial historiography” (1953), in *Opera minora*, ed., introd. e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 3-16.

_____, “Some notes on portuguese historiography (1930-1950)” (1954) in *Opera minora*, ed., introd. e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 17-27.

CORREIA, João da Silva, “A reforma da Universidade”, in *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, tomo IV, nº 1-2, 1937, pp. 253-258.

“Ensino universitário”, *Seara Nova*, nº 864, 4 de Março de 1944.

LEITE, Duarte, *Coisas de vária história*, [Lisboa], Seara Nova, 1941.

_____, “Documentos sobre a Expansão portuguesa por Vitorino Magalhães Godinho”, *Seara Nova*, nº 852, 1943, pp. 259-261.

_____, *História dos Descobrimentos – colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, pp. 67-122.

LIMA, Sílvio, “Recensões críticas. Filosofia, história e pedagogia”, in *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XIX, 1943, pp. 509-511.

MARTINS, J. P. de Oliveira, *Os filhos de D. João I* [1891], introdução de Maria das Graças Moreira de Sá, [s.l.], Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998.

MOTA, A. Teixeira da, *A descoberta da Guiné*, [s.l.], 1946, pp. 312-317, separata do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», nº 2, Abril de 1946.

Nós fomos assim... de 1942 a 1946. Os finalistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, [s.e.], 1946.

PINTO, Sérgio da Silva, *O pseudopedestal do infante D. Henrique e o prof. Magalhães Godinho*, Porto, 1960, separata do jornal «Praça Nova», nº 1 e 2.

SANTOS, Delfim, *Linha geral da nova universidade*, Lisboa, [s.e.], 1934.

SÉRGIO, António, “Divagações proemiais”, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal* (1941), edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, V.

Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organização de Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 1-21.

SERRÃO, Joel, “Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia, ideologia e tempo”, *A emigração portuguesa – sondagem histórica*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982 (1ª ed., 1972), pp. 9-23.

SIMÕES, Alberto Veiga, *Estudos de história*, edição e apresentação de A. A. Marques de Almeida, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

TORRES, Flausino, “Godinho, Vitorino Magalhães – História económica e social da Expansão portuguesa” [recensão crítica], *Revista de Economia*, vol. I, Fasc. II, Jun. 1948, pp. 112-114.

II – BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

1.1 Dicionários, enciclopédias e cronologias

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de história dos Descobrimentos portugueses*, 2 vols., [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

DELACROIX, C., F. DOSSE, P. GARCIA e N. OFFENSTADT, *Historiographies. Concepts et débats*, 2 vols., [s.l.], Éditions Gallimard, 2010.

Dicionário enciclopédico da história de Portugal, 2 vols., [s.l.], Publicações Alfa, 1990.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia/Edições Zairol, [s.d.].

LEAL, Ernesto Castro (coord. científica), *Memória da imprensa estudantil universitária*, 3º vol., [s.l.], Os Fazedores de Letras, 2009.

LISBOA, Eugénio e ROCHA, Ilídio (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, organizado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, 6 vols., Mem Martins, Europa-América, 1987-2001.

PIRES, Daniel, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*, 2 vols., 3 tomos, Lisboa, Grifo, [1996-2000].

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em datas*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, vols. VII-IX (coord. de Maria Filomena Mónica e António Barreto), Porto, Figueirinhas, 1999-2000.

VENTURA, António, *Memórias da resistência. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo*, [s.l.], Biblioteca Museu República e Resistência / Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

1.2 Obras de carácter geral

BETHENCOURT, Francisco e Kirti CHAUDHURI (dirs.), *História da Expansão portuguesa*, vols. 4 e 5, [s.l.], Temas e Debates, [2000].

CALAFATE, Pedro (dir.), *História do pensamento filosófico português*, vol. V, tomo 2, Lisboa, Ed. Caminho, 2000.

CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 7º vol. (Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)»), [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

SARAIVA, António José e Óscar LOPES, *História da literatura portuguesa*, 17ª ed., [Porto], Porto Editora, [s.d.].

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos. Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, 2ª ed., 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

2. Estudos

2.1 Sobre Vitorino Magalhães Godinho

COSTA, Leonor Freire, “Les circuits atlantiques dans l’économie portugaise du XVII^e siècle”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l’oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 41-61.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral, “Affluences, croisements, permanences: Vitorino Magalhães Godinho dans le cours d’histoire de l’Université de São Paulo”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de

l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 63-68.

FRAGOSO, João e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, “Vitorino Magalhães Godinho et les réseaux impériaux”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 83-109.

FURTADO, Júnia Ferreira, “Magalhães Godinho, le commerce et les marchands brésiliens”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 69-82.

GOMES, Rita Costa, “Lectures de l'histoire médiévale dans l'oeuvre de Magalhães Godinho”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 123-132.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et adversis animi fortitudine”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 1-16.

_____, “Charles Ralph Boxer et Vitorino Magalhães Godinho: une polémique qui n'aura pas lieu”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 15-24.

NEVES, Maria de Fátima Pinto das, *A vertente sociológica da obra do professor Vitorino Magalhães Godinho*, trabalho de fim do curso de Sociologia da Universidade de Évora, 1991.

PINTO, Maria Luís Rocha, “Population et démographie dans l'oeuvre de Magalhães Godinho”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 133-140.

PRAKASH, Om, “Magalhães Godinho et l'historiographie des portugais dans le commerce de l'océan Indien”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 25-31.

SANTOS, Rui, “With a mind to science. Theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinho's historical work”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 339-350 (publicado também, com algumas alterações, em *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 33-40).

TOMICH, Dale, “Vitorino Magalhães Godinho: atlantic history, world history”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 305-312.

VALÉRIO, Nuno, “Vitorino Magalhães Godinho et l’histoire économique du Portugal”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l’oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 111-121.

WALLERSTEIN, Immanuel, “La découverte de l’économie-monde”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L (Le Portugal et le Monde. Lectures de l’oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 3-14.

2.1.1 Entradas em enciclopédias e dicionários

“Godinho, Vitorino Magalhães”, in *Dicionário cronológico de autores portugueses*, vol. IV (coord. de Ilídio Rocha), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998, pp. 675-679.

“Magalhães Godinho (Vitorino de)”, in *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, vol. XV, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], p. 909 (ver as actualizações no vol. XL, 1960, p. 65 e na versão actualizada, vol. VII, [1985], p. 374).

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “Godinho, Vitorino Barbosa de Magalhães”, in Sérgio Campos Matos (coord.), *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)* [consult. Em 10 de Novembro de 2011] http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_godinho.htm

MAURÍCIO, Domingos, “Godinho (Vitorino de Magalhães)”, in *Enciclopédia Verbo luso-brasileira da cultura. Edição século XXI*, vol. 13, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2000, col. 771.

PEDREIRA, Jorge, “Godinho, Vitorino Magalhães”, in Joel Serrão (dir.) *Dicionário de história de Portugal*, vol. III (coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), [s.l.], Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 100-101.

VALÉRIO, Nuno, “Godinho, Vitorino Magalhães”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 383.

2.1.2 Bibliografias e currículo

“Elementos bio-bibliográficos”, in Jorge Crespo (coord.), *Vitorino Magalhães Godinho: Portugal e os portugueses*, Lisboa, Edição Fórum, 1988.

TOMAZ, Fernando, “Bibliografia do prof. Vitorino Magalhães Godinho”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 17-41.

“Vitorino Magalhães Godinho currículo”, *Review Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, nº4, 2005, pp. 365-403.

2.2 Memória e historiografia

CARVALHO, Filipe Nunes de, “Historiografia e propaganda colonialista do Estado Novo: a coleção «Pelo Império» (1935-1961)”, *Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, nºs 11-12, Jan.-Dez. 1996, pp. 91-102.

CURTO, Diogo Ramada, “O atraso historiográfico português”, in Charles Boxer, *Opera minora*, introdução, edição e notas de Diogo Ramada Curto, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. XIII- XXV.

JOÃO, Maria Isabel, *O infante D. Henrique na historiografia*, [s.l.], Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [1994].

_____, *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, pp. 499-701.

MACEDO, Jorge Borges de, “Rúben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea” in *In memoriam Rúben Andresen Leitão*, vol. I, [s.l.], [s.e.], 1981, pp. 216-224.

MADEIRA, João, “Os novos remexedores da história”, in David Santos (coord.), *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, 2007, pp. 304-331.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Breve notícia do estabelecimento da história económica em Portugal 1860-2004/2005* [oração de sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo de 2009 na Universidade de Coimbra], separata de «Notas económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra», nº 30, Dezembro de 2009 [consult. em Out. 2011, <http://notas-economicas.fe.uc.pt/texts/ne030n0201.pdf>].

MARQUES, Alfredo Pinheiro, *A historiografia dos Descobrimentos e Expansão portuguesa*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Esboço histórico da historiografia portuguesa” (1974), *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editores, 1988, pp. 11-53.

MATOS, Sérgio Campos, “A historiografia portuguesa dos Descobrimentos no século XIX”, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 51-71.

_____, “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 215-230.

MAURÍCIO, Carlos, “História. – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. VIII (coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), [s.l.], Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 172-177.

_____, *A invenção de Oliveira Martins. Política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp. 136-149.

MORENO, Humberto Baquero, “A regência do infante D. Pedro segundo a historiografia portuguesa contemporânea”, in *A historiografia portuguesa de Herculano a 1950. Actas do colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, pp. 181-199.

NEVES, José, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China Edições, 2010, pp. 303-385.

SANTOS, João Marinho dos, e José Manuel Santos e SILVA, *A historiografia dos Descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004, pp. 101-106.

TORGAL, Luís Reis, José Amado MENDES e Fernando CATROGA, *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1996.

VALENTIM, Carlos Manuel, *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, [s.l.], Edições Culturais da Marinha, 2007, pp. 89-100.

2.3 Oposição política no Estado Novo

MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras / Editorial Notícias, 2005, pp. 39-68.

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. II («Duarte», o dirigente clandestino (1941-1949)), Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 340-378 e 550-599.

RABY, David L., “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47”, *Análise Social*, vol. XX, nº 84, 1984-85, pp. 687-700.

2.4 Ensino superior e investigação científica

CASTRO, Ana Cristina Pimenta e Elisa M^a Mendes das Neves TRAVESSA, *Faculdade de Letras de Lisboa – anos 40. Contexto de evolução e análise centrado nos sumários de História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa*, 1996 [policopiado].

FITAS, Augusto dos Santos, “Investigação científica e cultura científica”, in A. Pedro Pita e Luís Trindade (eds.), *Transformações estruturais do campo cultural português*, Coimbra, CEIS20, 2008, pp. 55-78.

MARQUES, A. H. de Oliveira, António José SARAIVA e Vitorino Magalhães GODINHO, *A situação da Faculdade de Letras (Alguns aspectos)*, Lisboa [s.e.], 1970, separata de «Ocidente», vol. LXXVIII.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, *Ensaios de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editora, 1988, pp. 123-199.

NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995.

“Os 75 anos da Faculdade de Letras. Mesa redonda” (1986), in *Revista da Faculdade de Letras*, 5^a série, nº6, Dez. 1986, pp. 159-184.

PICARD, Emmanuelle, “Enseignement supérieur et recherche”, in C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia e N. Offenstadt (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, [s.l.], 2010, pp. 140-152.

ROSAS, Fernando e Cristina SIZIFREDO, *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo [1933-1974]*, [s.l.], Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo, [2011].

TORGAL, Luís Reis, *A universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999.

Apêndices

1.	Cronologia da vida e obra de Magalhães Godinho	144
2.	Carta de Magalhães Godinho ao Conselho Escolar da FLUL	148
3.	Acta do Conselho Escolar da FLUL sobre a saída de Magalhães Godinho	152
4.	Gráfico da relação entre as aulas teóricas e práticas de Magalhães Godinho na FLUL	154
5.	Gráfico da percentagem das aulas de Magalhães Godinho dedicadas à reflexão histórica	155
6.	Ficha de aluno de Magalhães Godinho na FLUL	156
7.	A “biblioteca” da FLUL	157
8.	1ª página do abaixo-assinado de alunos da FLUL contra a saída de Magalhães Godinho	158

1. Cronologia da vida e obra de Magalhães Godinho *



V. Magalhães Godinho
nos anos 40.

Fonte: *Vida Mundial
Ilustrada*, nº141, 1944.

- 1918** Filho de Vitorino Henriques Godinho e Maria José Vilhena Barbosa de Magalhães, nasce em Lisboa no dia 9 de Junho. É o mais novo dos quatro filhos do casal.
- 1919** Seu pai torna-se adido militar em Paris, onde Magalhães Godinho irá permanecer até 1923. Passará a infância em Lisboa e também em Sangalhos (onde tem família), durante um ano.
- 1929** Entra no Liceu Gil Vicente, em Lisboa. Mudará posteriormente para o Liceu Pedro Nunes que tinha secção de Letras. Terminou com média de 17 valores, recebendo como prémio oito livros de Alexandre Herculano.
- 1933** Então com 14 anos, começa, através do seu professor Câmara Reis, a frequentar o meio intelectual da *Seara Nova*, convivendo com António Sérgio, Bento de Jesus Caraça, Rodrigues Lapa, entre outros.
- 1934** Primeira colaboração em periódicos. Uma crítica a uma obra de Joaquim Leitão na *Seara Nova* (10 de Maio).
- 1936** Inscreve-se na Faculdade de Letras de Lisboa (22 de Setembro), no mesmo ano em que se inicia a Guerra Civil em Espanha. Chega a fazer parte do Bloco Académico Anti-Fascista com Piteira Santos, Cândida Ventura, Armando de Castro, Mário Dionísio, entre outros.
- 1939** Por sugestão de António Sérgio, traduz e anota *Sete teses do positivismo lógico reexaminado criticamente* de William Werkmeister.
- 1940** Licencia-se em Ciências Históricas e Filosóficas com a dissertação *Razão e história (introdução a um problema)*, obtendo 15 valores.
- Traduz e prefacia *O significado da história do pensamento científico* de Federigo Enriques (Julho).
- Publica o primeiro artigo sobre a história dos Descobrimentos e Expansão, «Os Descobrimentos e a evolução da economia mundial» na *Revista do Porto* (Novembro-Dezembro).

* Deu-se particular destaque aos acontecimentos e publicações que marcaram o seu percurso até ao final dos anos quarenta. Daí em diante assinalarei apenas os marcos fundamentais da sua vida política e académica.

- 1941** Obtém o diploma de Ciências Pedagógicas pela Faculdade de Letras de Lisboa e realiza o estágio para professor de liceu no Pedro Nunes.
- Profere quatro palestras na Voz do Operário sobre «História do trabalho e da civilização» (Dezembro de 1941 – Fevereiro de 1942).
- 1942** É contratado, por sugestão de Manuel Heleno, como professor extraordinário na Secção de História da Faculdade de Letras de Lisboa, leccionando várias cadeiras (7 de Janeiro).
- Participa nos célebres passeios no Tejo, em que se reuniram intelectuais e jovens universitários críticos do Estado Novo (5 de Julho).
- Realiza na Faculdade de Letras de Lisboa as conferências «A historiografia contemporânea» (18 de Abril) e «Problema das causas dos Descobrimentos» (25 de Novembro).
- É um dos fundadores do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, juntamente com o seu irmão, José Magalhães Godinho, Dias Amado, Moura Dinis, Gustavo Soromenho, entre outros.
- Casamento com Maria Antonieta Tornelli Cordeiro Ferreira.
- 1943** É editado o primeiro volume dos *Documentos sobre a Expansão portuguesa*, os *Esboços sobre alguns problemas da Lógica* e o opúsculo *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses de história da Expansão*, onde critica algumas ideias de Joaquim Bensaúde.
- É um dos fundadores do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF).
- 1944** Recusa assinar novo contrato proposto pela Faculdade de Letras de Lisboa, alegando que o Conselho Escolar prevê a possibilidade das suas aulas poderem ser supervisionadas pelo professor catedrático da respectiva Secção. O Conselho Escolar decide retirar a proposta de contrato, ditando a sua saída (Janeiro).
- Em protesto, 178 alunos dirigiram um abaixo-assinado ao Director da Faculdade (3 de Março).
- 1944-45** Após a sua saída da Faculdade de Letras de Lisboa, ensina livremente no Ateneu Comercial de Lisboa, contando com o apoio de antigos alunos.
- 1945** É editado o segundo volume dos *Documentos sobre a Expansão portuguesa*, o ensaio *A Expansão quatrocentista portuguesa* e ainda *Os mitos acerca da origem das guerras*, ensaio marcado pelo ambiente pós-guerra que se vivia na Europa.
- Torna-se director da colecção «A marcha da humanidade», lançada pelas Edições Cosmos. Serão lançados 14 volumes (Fevereiro).

- Tradução, prefácio, anotação e organização bibliográfica da *História de Inglaterra* de George Macaulay Trevelyan (Fevereiro de 1945 – Janeiro de 1946).
- No âmbito do centenário martiniano, profere, no Ateneu Comercial do Porto, a conferência «Oliveira Martins historiador» (5 de Maio).
- No contexto da proibição das sessões do M.U.D., realiza a conferência «Meditação sobre a história de Portugal» no Club Fenianos Portuenses (1 de Dezembro).
- 1946** É editado o ensaio *A crise da história e as suas novas directrizes*, refundição e ampliação de um artigo escrito em 1942 na *Revista da Faculdade de Letras*.
- Tradução, prefácio, anotação e actualização bibliográfica da *História económica da Grécia* de Gustave Glotz.
- Troca correspondência com Lucien Febvre, Fernand Braudel e Marcel Bataillon.
- 1947** Torna-se bolsheiro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em Paris (Janeiro).
- São dados os primeiros passos para a constituição da Sociedade Portuguesa de História da Civilização, da qual é o principal dinamizador. Dela fazem parte Joel Serrão, Borges de Macedo, António José Saraiva, Barradas de Carvalho, entre outros.
- Em colaboração com Borges de Macedo, traduz e organiza a edição de *O homem faz-se a si próprio – o progresso da humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano* de Gordon Childe (Julho).
- São publicados *Comemorações e história (a descoberta da Guiné)* e *História económica e social da Expansão portuguesa*.
- 1955** Adquire o diploma em Ciências Económicas e Sociais da VI secção da École Pratique des Hautes Études (Junho) com a tese *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*.
- 1959** *Docteur ès-Lettres* pela Sorbonne com a tese *l'économie de l'empire portugais - XV^e XVI^e siècles* (Junho).
- 1960** Torna-se professor catedrático no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, sendo demitido, por razões políticas, em 1962.
- 1962** É publicada *A economia dos Descobrimentos henriquinos*.
- 1963** Inicia-se a publicação de *Os Descobrimentos e a economia mundial* (1963-1970), versão portuguesa e desenvolvida da sua tese de doutoramento em dois volumes.
- 1969** Participa no II Congresso Republicano de Aveiro, de que resulta a publicação de *O socialismo a o futuro da Península* nesse mesmo ano.

1971	Professor catedrático associado da UFR Lettres et Sciences Humaines de Clermont-Ferrand, posição que abandona quando regressa a Portugal em 1974. É publicada <i>A estrutura da antiga sociedade portuguesa</i> .
1974	Ministro da Educação e Cultura no segundo e terceiro governos provisórios (Junho-Novembro).
1975	Ingressa na FCSH da Universidade Nova de Lisboa como professor catedrático. Jubila-se em 1988.
1978	Fundador e director (até 1988) da <i>Revista de História Económica e Social</i> .
1984	É nomeado director da Biblioteca Nacional, cargo que abandona por divergências com o então Governo (Janeiro-Novembro).
1990	Publicação de <i>Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar – séculos XIII-XVIII</i> .
1991	Recebe o Prix International Balzan-Histoire.
2009-2010	São publicados os dois volumes dos <i>Ensaaios e estudos</i> (2009-2010), <i>Os problemas de Portugal. Os problemas da Europa</i> (2010) e um estudo introdutório à antologia de <i>Alexandre Herculano, o cidadão e o historiador</i> , do qual é também co-organizador (2010).
2011	Morre no dia 26 de Abril.

2. Carta em que Magalhães Godinho expõe as razões que o levaram a rejeitar a renovação do contrato proposta pela FLUL (19 Jan. 1944) *

Ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Foi-me apresentado para assinar o contrato para professor extraordinário da secção de História e Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, válido de 7 de Janeiro de 1944 a 7 de Janeiro de 1945. Neste contrato vem redigida uma das cláusulas de maneira diversa da redacção que figurava nos dois contratos anteriores; em vez de se indicar, de maneira geral, que o contratado fica sujeito à mesma lei do professor extraordinário efectivo, salienta-se que fica sujeito ao artº 94º do Decreto nº 20.860 e ao artº 51º do Decreto nº 18.717.

Surpreendeu-me a nova redacção dessa cláusula, visto que não altera o estatuto legal do professor extraordinário contratado.

Mas o Snr. Director da Faculdade esclareceu que a nova redacção da cláusula significa que o contratado se compromete a aceitar a fiscalização à sua actividade docente exercida pelo professor catedrático da respectiva Secção sob a forma de comparência dêste às aulas do professor extraordinário.

Um esclarecimento verbal não tem qualquer valor jurídico, e rigorosamente não me poderia considerar obrigado senão pela lei e pelas cláusulas escritas do contrato, visto que também se não admite em direito a reserva mental quanto à interpretação de quaisquer textos. Prefiro, no entanto, por razão de lealdade, vir expor sinceramente o meu ponto de vista sobre a questão.

Os textos legais relativos à recondução e actividade docente do professor extraordinário são designadamente os seguintes:

- a) Artigo 50º do “Estatuto Universitário” (Decreto nº 18.717, de 27 de Julho de 1930): “Os professores auxiliares ficam sujeitos a recondução no fim dum estágio de três anos. O Conselho Escolar examinando os trabalhos do estagiário e tendo em conta o relatório escrito, devidamente fundamentado, dos professores catedráticos do grupo respectivo deliberará sobre a recondução deixando de fazer parte do corpo docente os estagiários que não forem reconduzidos”.
- b) Artigo 55º do “Estatuto Universitário”: Marca o prazo para o doutoramento.
- c) Artigo 51º do “Estatuto Universitário”: “A actividade docente dos professores auxiliares exerce-se pela coadjuvação prestada aos professores catedráticos nos trabalhos da sua cadeira, pela regência de cursos práticos sob a direcção dos respectivos professores catedráticos, pela substituição accidental dêstes e pela regência de cadeiras ou cursos

* Transcrição a partir de uma cópia que consta no seu processo individual de professor, Departamento de Gestão da Reitoria da Universidade de Lisboa. Esta carta foi publicada, com ligeiras diferenças formais em relação à cópia transcrita, na *Seara Nova*, nº 864, 4 de Março de 1944. Optou-se por rever as gralhas e manter a ortografia.

que lhes sejam confiados pelo Conselho da respectiva Faculdade, sobre proposta dos professores catedráticos do grupo”. O artº 94º do Decreto 20.860 é idêntico a este.

- d) O artº 2º do Decreto nº 31.658 de 21 de Novembro de 1941: “ O professor extraordinário pertence a determinado grupo e cabe-lhe a regência efectiva dos trabalhos práticos e o desempenho da função da investigação científica, podendo ser também incumbido de fazer o ensino magistral”.

Esclareço que a situação do professor extraordinário contratado é, pelos próprios termos do contrato, em tudo semelhante à do professor extraordinário efectivo, excepto quanto à efectividade.

Em nenhum dos artigos transcritos se faz qualquer referência ou sequer alusão indirecta à comparência do professor catedrático às aulas do professor extraordinário. O artº 51 do “Estatuto Universitário” estabelece que a regência dos cursos práticos pelo professor extraordinário está sujeita à direcção do respectivo professor catedrático, mas por “direcção” é absolutamente impossível entender “fiscalização”, e menos ainda “comparência às aulas do professor extraordinário”; por “direcção” só pode entender-se que o professor catedrático marcará ao professor extraordinário o plano dos trabalhos práticos, a orientação geral das aulas; como o professor catedrático é responsável pelo ensino da sua cadeira, é lógico e conveniente que se informe a par e passo do que se realiza nos cursos práticos, que aprecie os exercícios escritos e exames de frequência e, sobretudo, que faça questionários e interrogatórios dos exames finais, ou sujeite à aprovação êsses questionários e assista a êsses interrogatórios. Mas nunca êste artº pode servir para fundamentar a comparência de um professor catedrático às aulas práticas (e muito menos às aulas teóricas) de um professor extraordinário que simultâneamente rege as aulas teóricas.

O artº 50º do “Estatuto Universitário” legisla àcerca dos professores extraordinários estagiários, mas não repugna aceitar que se aplique, por analogia, aos professores extraordinários contratados. Êste artº estabelece que a recondução é resolvida pelo Conselho da Faculdade com base: 1º no exame, por todo o Conselho, dos trabalhos do estagiário; 2º no relatório escrito, devidamente fundamentado, dos professores catedráticos do grupo respectivo. O Snr. Director e o Conselho da Faculdade de Letras de Lisboa interpreta a segunda condição do seguinte modo: o relatório escrito só estará devidamente fundamentado se o professor catedrático tiver assistido a aulas do professor extraordinário. Tal conclusão, contudo, não se impõe. O relatório escrito pode assentar:

- a) na investigação científica realizada pelo estagiário;
- b) nos programas das cadeiras elaborados pelo estagiário e nas bibliografias afixadas;
- c) nos sumários das lições (a que o estagiário pode ser chamado a prestar esclarecimentos);
- d) nos questionários apresentados pelo estagiário para exercícios escritos, exames de frequência e exames finais;

- e) no exame das provas escritas prestadas pelos alunos;
- f) nos interrogatórios orais feitos pelo estagiário, ou até no interrogatório feito pelo professor catedrático aos alunos sobre matérias expostas pelo estagiário;
- g) nos interrogatórios e discussões de licenciaturas feitos pelo estagiário;
- h) nas conferências e lições públicas realizadas pelo estagiário;
- i) no conceito entre os alunos e nos meios de fora da Faculdade acerca do estagiário;
- j) na acção do estagiário junto da biblioteca;
- k) na participação do estagiário em sessões pedagógicas em que se discutam os problemas do ensino superior;
- l) na projecção fora da Faculdade dos trabalhos e acção do estagiário.

Acresce que na nova redacção da cláusula do contrato não se menciona o artº 50º do “Estatuto Universitário” e por conseguinte não seria de aplicar ao contratado.

A comparência dos professores superiores na hierarquia às aulas dos professores inferiores não se dá no ensino liceal, não se dá na Faculdade de Letras de Coimbra nem em qualquer outro estabelecimento de ensino superior (excepto, mas só em alguns casos, no que respeita aos assistentes).

Concluo que a comparência dos professores catedráticos às aulas dos professores extraordinários não tem fundamento legal, foi estabelecido pelo Conselho só com base numa interpretação muito duvidosa de um artigo do “Estatuto Universitário.

Consideremos agora o aspecto moral da questão.

Há uma diferença profunda entre o professor extraordinário encarregado só da regência de aulas práticas e aquêle que está também encarregado de cursos teóricos. É inadmissível que se confie um curso teórico – quanto mais dois, como é o meu caso – a um professor extraordinário sem que prèviamente nêle se deposite inteira confiança de que saberá desempenhar-se acertadamente de tão árdua missão. É imprescindível que o professor encarregado da regência de curso teórico apareça perante os alunos na plenitude do prestígio, sem qualquer diminuição. A entrada de outro professor, como fiscalizador, em aulas cuja responsabilidade foi confiada a um professor extraordinário é, pois, inexplicável e inadmissível.

A modalidade de fiscalização que agora o Conselho pretende impôr constitui uma inovação relativamente à prática anterior. Enquanto fui aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, de 1936 a 1940, nunca, que me constasse, se deu a comparência de professores catedráticos às aulas de professores extraordinários. Enquanto professor nessa Faculdade tal comparência deu-se só relativamente aos assistentes e isoladamente quanto a um único professor extraordinário. Quando me convidaram para professor dessa Faculdade não me foi revelado que se exerceria tal modalidade de fiscalização – e eu não poderia adivinhar através das leis que em tal não falam; quando se renovou o meu contrato, em 7 de Janeiro de 1943, também nada me foi comunicado a êste respeito.

A fiscalização pela assistência às aulas do professor ou assistente contratado pelo professor catedrático, nos casos em que se exerceu, redundou em total desprestígio do professor ou assistente contratado. O alargamento dessa prática implica, por conseguinte, o rebaixamento do professor contratado sobre que recaia.

Pelo que pessoalmente me respeita, suponho que o Conselho já teria tido ensejo de apreciar os meus esforços e actuação no sentido de bem desempenhar a missão que me foi confiada e o seu resultado.

Considerando as razões acima expostas, não posso aceitar ser reconduzido a não ser em condições do contrato ser cumprido da mesma forma que os contratos anteriores.

Com elevada consideração, subscrevo-me reconhecido.

(a) Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho

Lisboa, 19 de Janeiro de 1944

3. Parte da acta da segunda sessão de 25 de Janeiro de 1944 do Conselho Escolar da FLUL em que se determina retirar a proposta de renovação de contrato a Vitorino Magalhães Godinho*

[Estiveram presentes nesta sessão os professores Oliveira Guimarães (director da Faculdade e presidente do Conselho), Vieira de Almeida, Simões Neves, Manuel Heleno, Vitorino Nemésio, Orlando Ribeiro e Luís Schwalbach Lucci].

O sr. Presidente comunicou ao Conselho os seguintes factos relativos à renovação de contrato para professor extraordinário do grupo de Ciências Históricas do licenciado Vitorino Godinho: “de conformidade com a deliberação tomada, como princípio, pelo Conselho da Faculdade, introduzira no primeiro contrato a celebrar com professores extraordinários, que foi o referente ao licenciado Vitorino Godinho, uma cláusula, na qual se consignava que o mesmo contratado teria de exercer as suas funções nos termos taxativamente prescritos no Art. 94º do Regulamento da Faculdade. O contratando, depois de ler o projecto de contrato, procurou-o para saber, precisamente, se por essa cláusula ficava obrigado a consentir que o professor catedrático do grupo assistisse, tôdas as vezes que o entendesse, às suas lições e outros trabalhos docentes. O Director, continuando a sua exposição, informou que respondera afirmativamente à pergunta feita pelo consul[t]ante, porque, de facto, a assistência dos catedráticos às lições e a outros trabalhos dos professores extraordinários do seu grupo, ainda mesmo quando estes exerçam o seu cargo vitaliciamente, por via de concurso, se encontra taxativamente prevista e regulada no Art. 94º do Regulamento da Faculdade e se pressupõe ainda no parágrafo 2º do Art. 95º que estabelece a obrigação de se tomar “em linha de conta” no julgamento dos candidatos ao concurso para o lugar de professor catedrático o *curriculum vitae* dos professores extraordinários concorrentes.

Destas razões concluiu que, se aos professores extraordinários efectivos não assiste direito de se oporem ou mesmo sequer de estranharem que os catedráticos do seu grupo, com os quais devem trabalhar em cooperação estreita, se informam por via directa a respeito da sua acção docente, muito menos tal direito assiste aos professores extraordinários contratados, que não prestaram provas de idoneidade profissional, mas tão sómente a deixaram presumir, e exercem além disso as suas funções por meio de um contrato anual, renovável ou não, consoante o parecer do Conselho, emitido sobre proposta escrita dos professores catedráticos do respectivo grupo a respeito da sua competência.

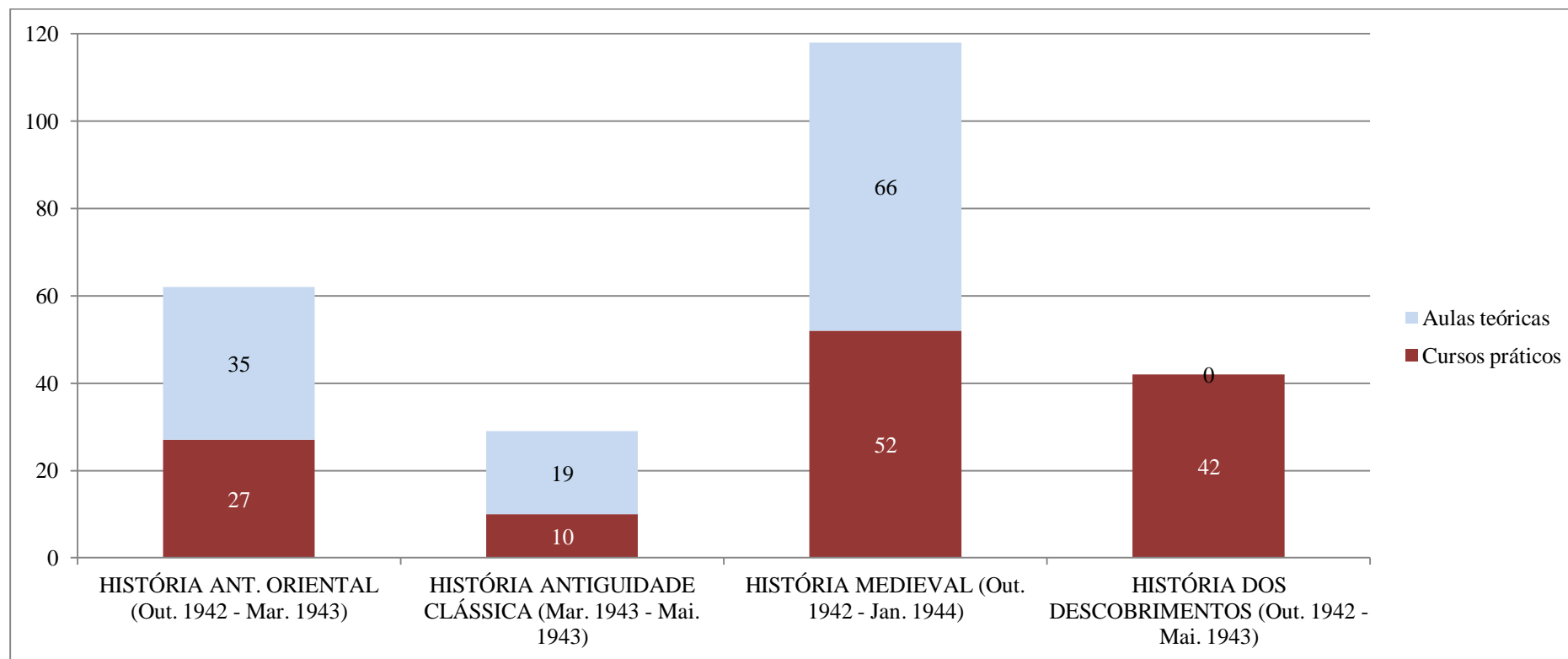
O contratando, licenciado Vitorino Godinho, declarou que não aceitava esta interpretação do Conselho que reputava vexatória e desprestigiante e que por isso não assinava o contrato.

Ficando, por êste motivo desprovidas de regência as cadeiras de História de Antiguidade Oriental, Clássica e Medieval que estavam confiadas ao recusante, propunha – conclui o Director – que se deliberasse sobre o seu provimento no corrente ano lectivo.”

* AHFLUL - *Actas da sessão do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-1947)*, fls. 55v.-56v.

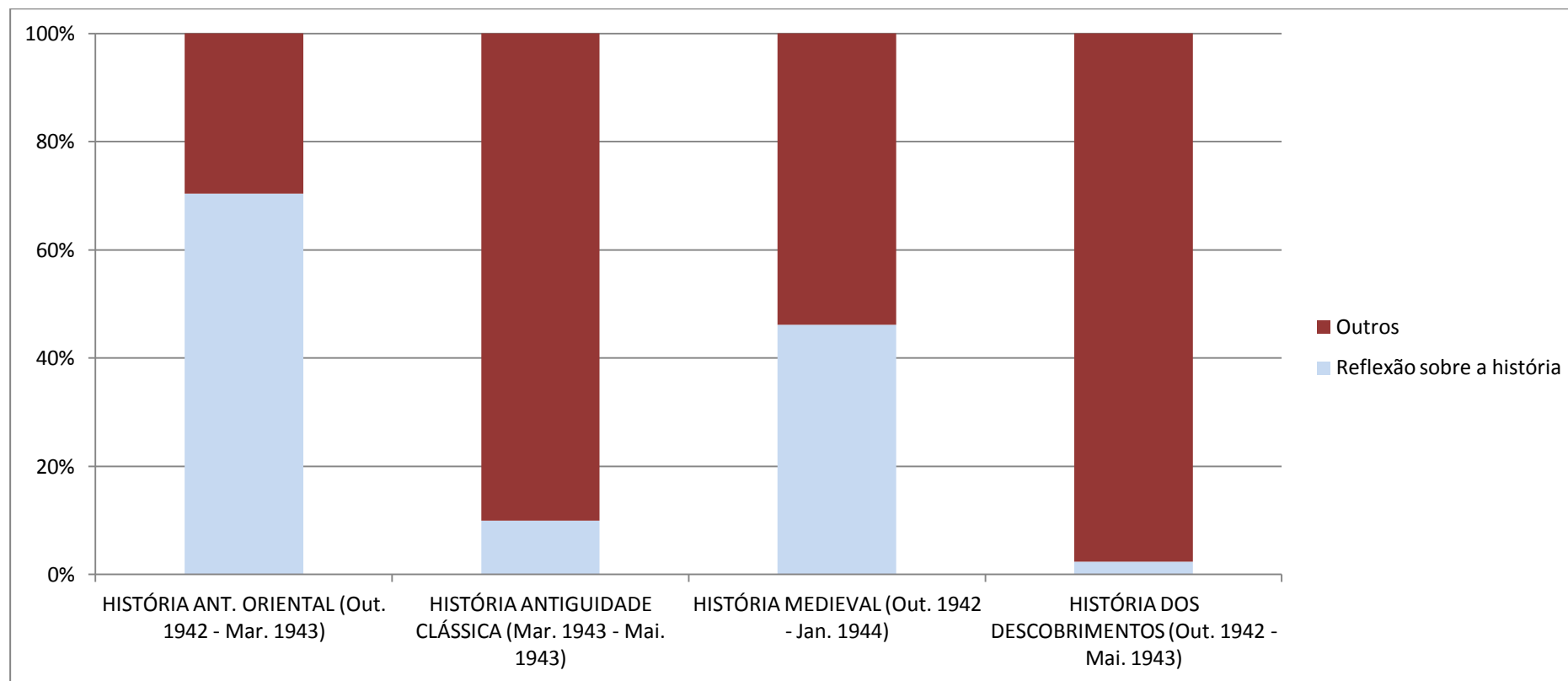
Depois leu-se uma exposição apresentada pelo licenciado Vitorino Godinho e que ficou arquivada na Secretaria da Faculdade. Nessa representação foi lançado o seguinte despacho: “O Conselho da Faculdade não abdica do direito que lhe assiste, e também é dever, de se informar por via directa de tôdas as manifestações da actividade docente dos professores que contrata. Consignando, porém, que o contratando licenciado Vitorino Barbosa de Magalhães obstinadamente se recusa a reconhecer a legitimidade da assistência dos professores catedráticos às suas lições magistrais e aos trabalhos de aplicação, resolve retirar o contrato que lhe propõe.”

4. Relação entre as aulas teóricas e práticas das cadeiras ministradas por Magalhães Godinho na FLUL




Fonte: Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1 (Vitorino Magalhães Godinho – “História Oriental”, “História Clássica”, “História Medieval” e “História dos Descobrimentos”).

5. Percentagem das aulas dedicadas à reflexão epistemológica, conceptual e metodológica da história e historiografia no total dos cursos práticos ministrados por Magalhães Godinho na FLUL



Fonte: Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – *Fichas de sumários de aulas*, cx. 4, cap. 16 e cx. 6, cap. 1 (Vitorino Magalhães Godinho – “História Oriental”, “História Clássica”, “História Medieval” e “História dos Descobrimentos”).

6. Ficha de aluno de Magalhães Godinho na FLUL



Faculdade de Letras

L.º 9 fls. 55

Aluno Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho

natural de Lisboa

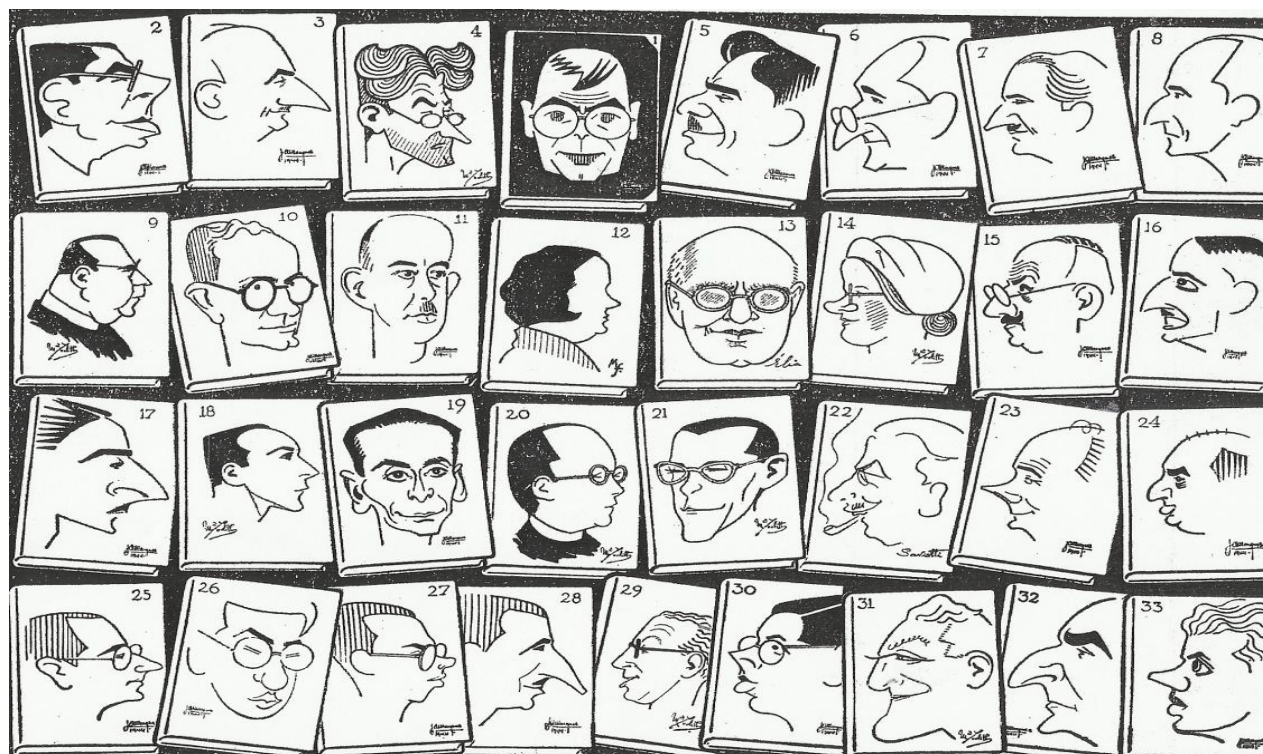
filho de Vitorino Henrique Godinho

Data do nascimento 9 de Junho de 1918

Data da 1.ª matrícula 22 de Setembro de 1936

Fonte: Ficheiros de alunos (Letras), Departamento Académico (divisão de alunos), Reitoria da Universidade de Lisboa

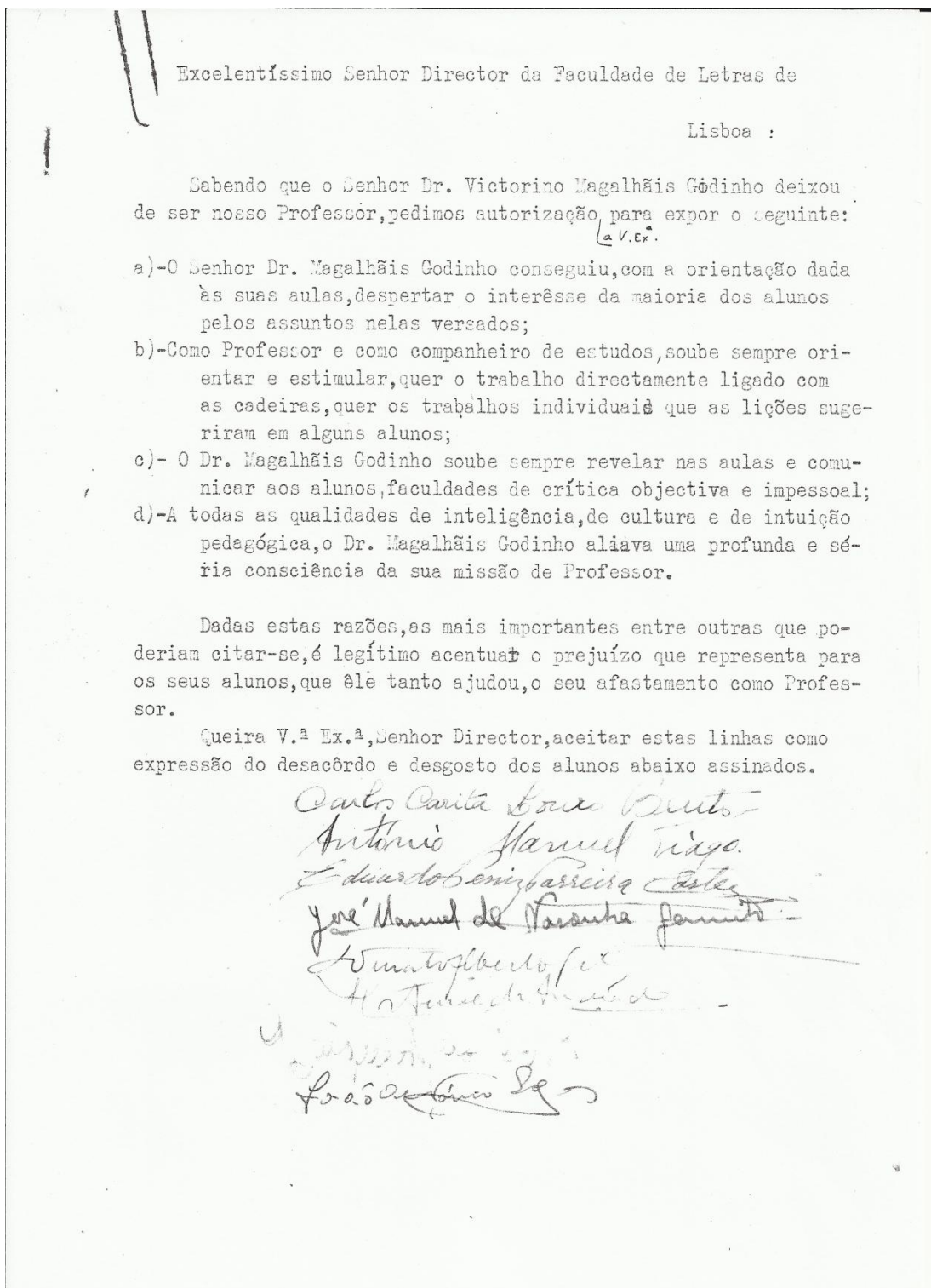
7. A “biblioteca” da FLUL



Caricaturas dos professores do curso de 1940-44. A caricatura de Magalhães Godinho (26) está na última coluna (a segunda a contar da esquerda) Era acompanhada da perspicaz legenda: “Em perfeita consciência/ juro, sôbre o coração:/ o Dever dêle é Ciência,/ a Honra nele é razão”. Foram também caricaturados Vitorino Nemésio (2), António José Saraiva (17), Matos Romão (15), Mário de Albuquerque (24), entre outros.

Fonte: *Album dos finalistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: curso de 1940-1944*, [Lisboa], 1944, pp. 5-7. Agradeço ao Pedro Barros por ter-me disponibilizado esta fonte.

8. 1ª página do abaixo-assinado de alunos da FLUL contra a saída de Magalhães Godinho



Fonte: Processo individual de V. Magalhães Godinho no Arquivo de Pessoal da FLUL.

